

Universidade do Algarve  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**O SURTO DAS IDEIAS REPUBLICANAS NO ALGARVE (1876-1910)  
ATRVÉS DA IMPRENSA**

MARIA DE FÁTIMA PEGADO MARTINS DE ALMEIDA PIRES

MESTRADO EM HISTÓRIA DO ALGARVE

2012

Universidade do Algarve  
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais

**O SURTO DAS IDEIAS REPUBLICANAS NO ALGARVE (1876-1910)  
ATRAVÉS DA IMPRENSA**

MARIA DE FÁTIMA PEGADO MARTINS DE ALMEIDA PIRES

MESTRADO EM HISTÓRIA DO ALGARVE

Dissertação orientada pelos professores da Faculdade de Ciências Humanas e  
Sociais:  
Prof. Doutor António Rosa Mendes  
Prof. Doutor António Paulo Oliveira

2012

(...)

Lento en mi sombra, la penumbra hueca  
exploro con el báculo indeciso,  
yo, que me figuraba el Paraíso  
bajo la especie de una biblioteca

(...)

Al errar por las lentas galerías  
suelo sentir con vago horror sagrado  
que soy el otro, el muerto, que habrá dado  
los mismos pasos en los mismos días.

Jorge Luís Borges, do *Poema de los Dones*

## ÍNDICE GERAL

## PÁGINAS

AGRADECIMENTOS .....	V
INTRODUÇÃO.....	1
Capítulo I - A Imprensa Republicana Na Monarquia Constitucional .....	8
Capítulo II - O Partido Republicano e o Algarve .....	26
2.1. Da ideia republicana à descentralização .....	26
2.1.1 O Club Democrata Progressista de Tavira .....	31
2.2. A organização partidária republicana .....	39
2.2.1. As lutas internas no PRP – o radical Roque Feria .....	48
2.3. A Geração ativa e o assalto ao poder.....	51
2.3.1. A Publicação do programa em 1891.....	51
2.3.2. As dificuldades do PRP (1891- 1903) .....	52
2.3.3. A unidade partidária (1906 - 1910) .....	55
Capítulo III – Estratégia de Implantação do PRP .....	65
3.1. O alargamento da base social de apoio do PRP.....	65
3.2. A Propaganda republicana.....	75
Capítulo IV - As questões políticas na imprensa regional.....	86
4.1 O Federalismo .....	86
4.2 O sufrágio universal .....	97
Capítulo V - A cultura republicana na imprensa regional .....	101
5.1. O Feminismo .....	101
5.2. A educação .....	110
5.3. O anticlericalismo republicano .....	122
VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
Anexo 1 – O Programa Republicano de 1891 .....	146
Anexo 2 – A Organização do partido republicano no Algarve .....	149
FONTES .....	153
ESTUDOS .....	156

## **AGRADECIMENTOS**

O meu agradecimento aos funcionários da Biblioteca Nacional que, pela sua disponibilidade e profissionalismo, contribuíram para que este estudo fosse facilitado. O meu agradecimento ao Mestre Barracosa Mendonça pela sua colaboração desinteressada.

O meu agradecimento especial ao Prof. Doutor António Rosa Mendes e Prof. Doutor António Paulo Oliveira, orientadores desta tese, cuja disponibilidade e apoio foram muito superiores ao que eu aqui possa registar.

## **O SURTO DAS IDEIAS REPUBLICANAS NO ALGARVE (1876-1910) ATRAVÉS DA IMPRENSA**

MARIA DE FÁTIMA PEGADO MARTINS DE ALMEIDA PIRES

### **RESUMO**

O presente estudo enquadra-se na afirmação das ideias republicanas no Algarve. O capítulo I, de âmbito genérico e contextualizador, aborda a imprensa, com incidência para o Algarve, veículo de divulgação do ideário republicano. A imprensa de propaganda assumiu papel complementar aos centros republicanos, tentáculos da estrutura partidária.

Algumas personalidades algarvias responderam, desde o primeiro momento, ao apelo organizativo dos republicanos de Lisboa. As divergências e a pluralidade marcaram a ascensão das ideias republicanas na região que, tal como no resto do país, se apoiaram numa militância interclassista e na propaganda, dita democrática.

Seguimos esta evolução nos capítulos II e III, sem nos prendermos numa história do clubismo republicano algarvio.

Nos capítulos IV e V, abordamos as questões transversais ao ideário político e cultural republicano, desde a ideia à tomada do poder. O Sufrágio Universal, o Federalismo e o Feminismo, o Anticlericalismo e a Educação foram as grandes questões que, reconhecidamente, caracterizaram o republicanismo.

Estas questões são abordadas a partir do enfoque na imprensa regional.

Na divulgação das ideias antimonárquicas, procuramos estabelecer as raízes filosóficas do ideário, alimentado, primeiramente, pelo Positivismo.

O âmbito cronológico imposto à investigação iniciou-se em 1876, o que corresponde à primeira tentativa de aglutinação das diferentes facções republicanas, onde muitos autores situam o nascimento do PRP.

A impossibilidade de abordar as ideias republicanas no Algarve, sem estabelecer a sua dimensão nacional, leva-nos, ao longo de todo o estudo, a essa integração.

## **THE REPUBLICAN IDEAS OUTBREAK IN ALGARVE (1876-1910) - THROUGH THE PRESS**

Maria de Fátima Pegado Martins de Almeida Pires

### **ABSTRACT**

This essay fits within the establishment of the republican ideals in Algarve. Chapter I gives the general purpose and context of this essay, and then it examines the press, mainly from Algarve, as it was the most important vehicle of the dissemination of the republican ideals. The republican propaganda press complemented the activities of its centers, tentacles of the Republican Party structure.

From the first moment, some personalities of Algarve answered to the call of the republican organization, in Lisbon. The differences and plurality marked the rise of republicanism in Algarve. Both in Algarve and in the rest of the country, the militancy of different classes and the strong support of propaganda, viewed as democratic, marked the rise of republicanism.

This gradual development is followed in chapters II and III, though not trying to outline the history of Algarve republican clubs.

Chapters IV and V approach the issues that were transverse to the republican political and cultural ideas, from the introduction of the ideal to the revolution – Universal Suffrage, Federalism and Feminism, Anti-clericalism and Education were the issues that recognizably marked the republican ideal.

These issues - political and cultural – are addressed from the focus on regional press.

The philosophical roots of the republican ideas, first enhanced by Positivism, are here sought when presenting the spread of anti-monarchist ideas.

The chronological scope of this research goes back to 1876, which corresponds to the first attempt to agglutinate the different republican factions and is considered by many the birth of the PRP (Portuguese Republican Party).

Given the impossibility of covering the spread of the republican ideal in Algarve, without relating it to a national dimension, such inclusion is made throughout this essay.

## INTRODUÇÃO

A afirmação das ideias republicanas na sociedade (1876 – 1910), fase conhecida como de propaganda, constitui um dos períodos mais estudados na História de Portugal. O centenário da implantação da República, que se comemorou em 2010, em muito contribuiu para esse facto. Assim, face a uma grande diversidade de estudos e fontes à disposição, optaremos por indicar, em bibliografia, aqueles que forem efetivamente utilizados.

Nessa ordem de ideias, não podemos deixar de mencionar os estudos de Fernando Catroga, publicados ao longo dos últimos 20 anos, que constituem a referência mais importante para qualquer abordagem do período de propaganda republicana: 1977, *A Importância do Positivismo na Consolidação da Ideologia Republicana em Portugal*; 1985, *Nacionalismo e Ecumenismo, a Questão Ibérica na 2ª metade do século XIX*; 1986, *A laicização do casamento e o feminismo republicano*; 1988, *Laicismo e questão religiosa em Portugal (1865/1911)*; 1991, *A memória de 1848 na fundamentação do republicanismo português*; 1996, *Positivistas e Republicanos*; 1999, *O Céu da Memória Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos em Portugal*; 2006, *A República única e indivisível*; 2010a, *O Republicanismo em Portugal, da Formação ao 5 de Outubro de 1910*; 2010b, *Res Publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*.

Sem qualquer dúvida, continuam a ser de utilidade, para qualquer estudo sobre o assunto, as diversas obras publicadas por Oliveira Marques: s/d, *História da Primeira República: as estruturas de base*; 1980, *A 1ª República Portuguesa*; 1988, *Ensaio de História da I República Portuguesa*; 1990, *Portugal da Monarquia para a República*; 2010, *A Primeira República Portuguesa*.

De igual modo, os artigos do *Dicionário de História de Portugal*, (1975), dirigido por Joel Serrão, continuam a merecer a atenção dos investigadores.

Por outro lado, diversas Histórias de Portugal abordam a temática em estudo. Destacamos os artigos de António Reis: 1983, *A I República*, in José Hermano Saraiva, *História de Portugal*, 6 volumes e 1990, *Portugal Contemporâneo*.

No mesmo sentido, há que levar em consideração o contributo dos estudos de Ernesto Castro Leal: 2006, *A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)*; 2008, *Partidos e Programa, o campo partidário republicano português 1910-1926*; 2011, *O Campo Político dos Partidos Republicanos Portugueses (1910-1926)*. E de Carvalho Homem: 1990a, *A Propaganda Republicana (1870 – 1910)*; 1990b, *O Radicalismo Republicano e o Temor do Poder*; 1997, *O anti iberismo dos republicanos radicais portugueses (1870-1910)*; 2001, *Da Monarquia à República*; 2011, *João Franco, O Nefasto, in Lagos da República*.

Ainda com esse objetivo, a revista *Análise Social* tem, igualmente, um leque variado de artigos sobre este período, em especial os da autoria de Rui Ramos: 1992a, *A Ideia Republicana e a História da República em Portugal*; 1992b, *A formação da intelligentsia portuguesa (1860-1880)*; 2001, *João Franco: uma educação liberal (1884-1897)*; 2004, *Para uma História Política da cidadania em Portugal*; também de Vasco Pulido Valente, 1992, *A República Velha*.

Recentemente, Romero Magalhães publicou uma obra que constitui uma referência na interpretação da fase da propaganda republicana: (2009), *Vem aí a República*.

Por último, a obra de Fernando Rosas (2010), *Porque venceu e se perdeu a I República*, e os artigos de Alice Samara em *A História da Primeira República* (2010), coord. por Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, revelam perspetivas de análise a ter em conta.

Não podemos deixar de referir que o pensamento político dos diferentes intervenientes com responsabilidades no Partido Republicano está igualmente tratado, em alguns casos, por diferentes estudos. Destacamos, de Rita Garnel, *A República de Sebastião de Magalhães Lima* (2004), e de Joana de Freitas, *Manuel de Arriaga* (2011).

Relativamente às grandes questões que fizeram parte do ideário específico, quer no aspeto político, quer da cultura republicana, temos igualmente à disposição um variado conjunto de estudos. Destacamos a obra de Vítor Neto, 1998, *O Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, e os estudos de João Esteves sobre o Feminismo: 1998, *As origens do Sufragismo Português*; 2000, *O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª metade do século XX (1896-1947)*.

Sobre a Educação, será importante mencionar o estudo de Maria Cândida Proença (2010), *A Educação* e de Paulo Guinote 2010, *A I República E A Questão Da Instrução Popular*.

É importante acrescentar que a Ideia Federal Republicana foi um tema tratado por Fernando Catroga e Rui Ramos, entre outros.

Relativamente ao Algarve, Barracosa Mendonça apresenta-se como o historiador que mais estudos tem produzido acerca do PRP na região: 2006a, *A Reorganização do Partido Republicano no Algarve*; 2006b, *O Partido Republicano em Tavira nos finais da Monarquia Constitucional*; 2007, *Subsídios para a História do Partido Republicano no Algarve*; 2010, *A Propaganda Republicana no Algarve até 1910*.

Conhecemos ainda as abordagens de algumas figuras de relevo para a afirmação das ideias republicanas no Algarve, como são os casos de *Silvestre Falcão, um republicano da geração do Ultimatum* de Luís Guerreiro (2010); de Marco Lopes, (2010), *António Pires Padinha, um republicano desde os bancos da escola, apontamentos biográficos*; e de António Ramos (1996), *Afonso Costa e Bartolomeu Constantino e o Movimento Republicano e o Operariado em 1904*. Houve, no entanto, outras figuras de relevo para a afirmação do republicanismo no Algarve, como Roque Feria, que se encontram por estudar.

Uma das fontes mais relevantes para o estudo do projeto republicano é a imprensa, em especial a imprensa de propaganda. Neste âmbito, o estudo de Tengarrinha continua a ser uma fonte interessante: (1989), *História da Imprensa Periódica Portuguesa*.

Existem inventários da imprensa periódica algarvia da autoria de Patrícia Palma, (2008) *A Produção Literária na Imprensa no Algarve durante os séculos XIX e XX*, e de Vilhena Mesquita, (1989) *História da Imprensa do Algarve*.

Recentemente, a BNL publicou um inventário a nível nacional, (2011) *Jornais Republicanos, 1848-1926*, da autoria de Sá e Rêgo, com prefácio de Jorge Couto.

Falta, no entanto, uma análise ao posicionamento da imprensa de propaganda republicana algarvia e às ideias veiculadas para a opinião pública. Como se posicionou face às ideias republicanas, introduzidas em meados do século XIX, propagandeadas a partir de 1869 e tendencialmente organizadas a partir de 1876? Foi pioneira? Quais as

ideias que defendia? Era um projeto em alinhamento com as propostas do PRP a nível nacional? Como se organizaram os republicanos algarvios face ao PRP? São estas questões que urge deslindar!

Está assim por conhecer o projeto político dos algarvios, revelado através da imprensa de propaganda que atuava em consonância com os Centros Republicanos. Como afirmou Brito Camacho, no jornal *A Lucta*, “havia republicanos federalistas e unitários; parlamentaristas e presidencialistas; conservadores e liberais; descentralizadores na ordem administrativa e centralizadora até à tutela do município. Com respeito às relações do Estado com a Igreja, senão sob tutela, no menos sob a imediata e direta fiscalização do Estado, e havia os que reclamavam um regime de separação como veio a decretá-lo, mais tarde a França, sem renunciar à supremacia do poder civil” (cit. Leal, 2008:17).

Barracosa Mendonça manifestou, igualmente, a sua opinião acerca desta lacuna de conhecimento: “a atividade da imprensa republicana é algo que ainda falta estudar. São, certamente, muitas centenas de jornais que emergiram pelo país, ligados ao Partido Republicano. A sua ação, pontual ou prolongada no tempo, ajudou a formar uma opinião pública cada vez mais favorável aos seus projetos e permitiu aumentar o número de militantes.” (Mendonça 2006a:39).

Nessa ordem de ideias, principiaremos por situar os periódicos de propaganda republicana, no contexto da imprensa algarvia e nacional, e os seus problemas de afirmação face à política nacional para o setor (*Leis de Imprensa*), na última fase da Monarquia Constitucional.

Estabeleceremos, em seguida, a evolução da organização republicana algarvia, desde a primeira tentativa de constituição do Partido Republicano (1876) até à tomada do poder, estabelecendo, com esse fito, um paralelo entre o PRP no Algarve e a nível nacional.

Utilizaremos a imprensa para compreender o contributo de figuras de relevo para a divulgação das ideias republicanas no Algarve e a forma como intervieram nas discussões nacionais (será o caso de Roque Faria).

Explicaremos, finalmente, como os periódicos algarvios de propaganda veicularam para a opinião pública as questões políticas e culturais que fizeram parte

do ideário republicano (Sufrágio Universal e Federalismo / Feminismo, Educação e Anticlericalismo).

A nossa investigação consistirá no surto das ideias republicanas no Algarve, no período de 1876-1910. Seguiremos a evolução dessas ideias, as lutas nacionais pela sua afirmação e a forma como os republicanos algarvios se posicionaram face a esses combates.

Procuraremos justificar as opções ideológicas republicanas, a partir de um quadro filosófico de base, onde o Positivismo teve um lugar de destaque. Recorreremos, sempre que se justificar, ao pensamento dos ideólogos do republicanismo, em especial, Teófilo Braga e Henriques Nogueira.

Levaremos em linha de conta os periódicos algarvios de propaganda republicana, *A Folha Democratica*, *A Provincia do Algarve*, *O Combate*, *O Porvir*, *O Futuro*, *O Povo Algarvio* e *Provincia do Algarve*.

Dedicaremos, igualmente, alguma atenção, aos semanários não republicanos, *O Algarve* e *O Herald*, por terem sido aqueles que se editaram por um período mais longo no Algarve. Recorreremos, ainda, a outros periódicos algarvios, relevantes para a investigação: *Jornal dos Artistas* e *Echo do Algarve*. Não podemos deixar de referir que, quando considerarmos pertinente, compararemos as ideias defendidas pelos periódicos de propaganda republicana e pelos não republicanos.

É necessário ter em atenção que houve outros periódicos republicanos publicados no Algarve, que não contemplaremos nesta investigação, em virtude de terem subsistido por curtos períodos de tempo e não terem privilegiado a propaganda. Estão neste caso, *O Petiz de Silves*, *O Noticias de Silves* e *os Novos*<sup>1</sup>. Utilizaremos, igualmente, periódicos não algarvios, em especial os editados na capital, onde procuraremos informações acerca da atividade republicana nacional e regional, nomeadamente, os almanaques do final da Monarquia: *Album das Glórias*; *Almanach da Biblioteca Republicana*; *Almanach da Republica para 1893-94*; *Almanach Republicano para... (1876-1883)*; *Almanach de O Mundo*; *Archivo Democrático*; A

---

1 O semanário *Distrito de Faro* não se encontra disponível. A Biblioteca Nacional dispõe apenas de alguns números dispersos por diferentes décadas.

*Victoria da Republica, A Batalha, o Almanach do Seculo* e ainda o *Pontos nos ii e Republica Portuguesa*.

Completaremos a investigação com a análise de outras fontes, nomeadamente, os discursos proferidos em Cortes, em especial pelos deputados eleitos pelo Algarve e pelo PRP.

Por último, não podemos deixar de declarar que a ortografia das citações da imprensa foi atualizada, em contrapartida preservamos a sintaxe, incluindo a pontuação. O uso de maiúsculas foi respeitado, quando se entendeu que o mesmo tinha um significado valorativo conferido a certas palavras. Optamos por indicar a página do jornal de onde o excerto da notícia foi retirado, no entanto, nomeamos o autor sempre que for considerado relevante. Decidimos utilizar o sistema de citação de Harvard, todavia, recorreremos à nota de rodapé sempre que for considerado relevante introduzir informação adicional extra texto. Finalmente, os títulos serão mantidos como no original, sem correção. A ausência do nome do diretor, em alguns periódicos indicados nas fontes, deve-se à omissão dos responsáveis e não nos ter sido possível apurar essa informação<sup>2</sup>.

---

2 Nem sempre foi possível indicar o diretor dos periódicos consultados, em virtude de o nome não constar, apesar de os Decretos-lei nº 270 de 15/11/1837, 253 de 24/10/1840 e 144 de 17/5/1866 indicarem a obrigatoriedade da referência. O reforço, através do Art.º 4 do Dec. Lei. nº 76 de 29/3/1890, pressupõe que nem sempre as determinações legislativas foram cumpridas, facto que podemos comprovar. A partir da década de 80 do século XIX, contudo, foi comum os periódicos exibirem essas referências.

## ABREVIATURAS E SIGLAS

*Art.º - Artigo*

*BNL* – Biblioteca Nacional de Lisboa

*Cf.* – Confrontar com

*Cit.* - Citado por

*Coord.* – Coordenação

*DCD* – Diário da Câmara dos Deputados

*Dec.* – *Decreto*

*Dir.* - Direção

*FMS* – Fundação Mário Soares

*PRP* – Partido Republicano Português

## CAPÍTULO I - A IMPRENSA REPUBLICANA NA MONARQUIA CONSTITUCIONAL

Segundo os estudos de Tengarrinha, o jornalismo de propaganda republicana nasceu em Portugal em 1869, com o triunfo da revolução espanhola que depôs Isabel II. Tratava-se de uma imprensa propagandística que utilizava uma linguagem apaixonada. Dirigia-se às camadas mais baixas da população, embora com predomínio da pequena e média burguesias (Tengarrinha, 1989:236).

*O Republicano* foi, efetivamente, o primeiro periódico de propaganda a ser editado na capital. Nesse mesmo ano, iniciou-se a publicação, igualmente em Lisboa, do semanário *Republica Federal*, coordenado por João Bonança (Sá e Rêgo, 2011:10).

No que se refere ao Algarve, de acordo com os estudos de Vilhena Mesquita, em Lagos, em 9/9/1868, foi fundado o jornal republicano, *Echo do Algarve*<sup>3</sup>, prenunciando uma forte vocação republicana desta cidade, o que levou este autor a classificá-la como “A Escola de Lagos” (Mesquita, 2010:6). Pelos números do jornal *Echo do Algarve* que nos foi possível consultar, verificamos que, efetivamente, tratava-se de um jornal republicano, o primeiro do Algarve, que sem ser um periódico de propaganda, fazia uma defesa clara, mas tímida desse ideal, numa fase em que o republicanismo ainda era uma ideia incipiente na sociedade portuguesa, como se verifica pelo excerto da notícia: “o partido<sup>4</sup> liberal democrático e republicano organiza-se e agita-se por toda a parte vamos pois a esta obra da regeneração que vai nela o futuro do país” (*Echo do Algarve*, nº 32, 11/4/1869:1-2).

Por outro lado, manifestava a sua crença no futuro de uma Europa republicana, pois considerava que “a monarquia está provada, e está julgada na Europa. O partido republicano, no meio das hesitações monárquicas, não pode deixar de fazer conquistas” (*Echo do Algarve*, nº 27, 7/3/1869:1).

---

3 Talvez por lapso, Vilhena Mesquita designa este semanário como *O Echo do Algarve*, cujos redator e administrador eram, respetivamente, José Teixeira Simões e António Corrêa, quando na realidade é *Echo do Algarve* e localiza-o na Biblioteca Distrital de Faro apesar de, atualmente, se encontrar no Arquivo Distrital de Faro (Mesquita, 1989:583-4).

4 O conceito de partido aparecia, frequentemente, aplicado a um conjunto de pessoas que partilhavam um ideal e não a um grupo político organizado.

A opção republicana do *Echo do Algarve* aparecia ainda envolta em contradições, visíveis quando se tratava de abordar a possível reunião das coroas portuguesa e espanhola sob o monarca D. Fernando. Perante esta hipótese, defendia que, “nestas circunstâncias a aceitação do sr. D. Fernando, podia ser-nos útil, de preferência a outro qualquer monarca” (*ibidem*).

Porém, a desilusão foi grande perante a renúncia de D. Fernando, como se constata no excerto: “ as esperanças fundadas sobre o sr. D. Fernando estão desvanecidas em presença das declarações categóricas deste príncipe, que prefere as doçuras da vida doméstica aos cuidados inerentes ao duro ofício de reinar” (*Echo do Algarve*, nº 32, 11/4/1869:1).

Não parece haver dúvida que o primeiro semanário de propaganda republicana fundado no Algarve seria *A Folha Democratica*, em Lagos, em 1883. Este integrava um conjunto de 14 periódicos de propaganda editados fora de Lisboa e do Porto, incluindo as Ilhas e as colónias<sup>5</sup>.

De acordo com os estudos de Tengarrinha, em 1887 existiam no país 4 jornais diários republicanos<sup>6</sup> e dezenas de semanários (Tengarrinha, 1989:237). Em 1886, era fundado em Tavira *A Provincia do Algarve*<sup>7</sup>, folha republicana, e em 1887, por encerramento deste, *O Combate*, ambos dirigidos por Roque Feria. De acordo com os estudos de Barracosa Mendonça, “este comerciante e jornalista republicano tem a particularidade de ver todos os jornais que fundou serem compulsivamente encerrados, ele que se estabeleceu primeiro em Tavira e depois em Olhão” (Mendonça, 2011:1).

---

5 As outras localidades da província onde se editavam jornais de *propaganda* republicana em 1883 eram: Barcelos, Guarda (2), Viana do Castelo, Tomar, Coimbra (2), Fafe, Peso da Régua, Aveiro e ainda, Luanda e Açores (2) (Sá e Rêgo, 2011: *passim*).

6 Tengarrinha não indica o nome desses periódicos. Entre todos os diários, o republicano *O Seculo*, dirigido por Magalhães Lima, foi o de maior tiragem, só ultrapassado pelo *Diário de Notícias*.

7 Apesar de ser editado em Tavira, *A Provincia do Algarve* dirigia-se aos republicanos algarvios e estava ao serviço de uma estratégia de organização regional do Partido Republicano. O projeto foi anunciado aquando da vinda dos membros do diretório do PRP ao Algarve, em 1884, apesar disso, só se concretizou em 1886 (cf. anexo 2). Não nos foi possível concluir se cumpriu com as regras definidas pelo Conselho Provincial, devido aos poucos números existentes na Biblioteca Nacional, no entanto, consideramos que o facto de ter sido suspenso devido a conflitos com o Regimento de Caçadores 4 indicia o contrário.

É sabido que a imprensa republicana teve dificuldades em sobreviver durante a Monarquia. *O Republicano* foi perseguido e encerrado ao fim de três números (Sá e Rêgo, 2011:10). Segundo os estudos de Vilhena Mesquita, no Algarve, o Governador Civil de Faro, representante do poder monárquico, devido a uma “onda de calúnias”, suscitou o assalto à tipografia do *Echo do Algarve* (Mesquita, 2010:7). A edição saía, deste modo, atrasada e por vezes com uma única folha de duas páginas. Em consequência dos ataques, o jornal teve que encerrar em 23/5/1869<sup>8</sup>.

A crise aberta na sociedade portuguesa com o Ultimato e a Bancarrota tornou a imprensa republicana particularmente aguerrida contra a Monarquia e os seus representantes. Esse facto levou a que fosse publicado o Dec. Lei de 29/3/1890 que coartava a liberdade de imprensa. Estes limites eram, desta forma, justificados pela Lei do Ministério de Serpa Pimentel:

“ Os abusos de manifestação de pensamento por meio da imprensa periódica aumentam e agravam-se de dia para dia à sombra da quase constante impunidade. Escrevem-se as maiores injúrias contra o sistema monárquico representativo fundado na carta constitucional e nos seus atos adicionais, ofende-se a pessoa do Rei e os membros da família real quer dirigindo-se-lhe frases insultuantes, quer atribuindo-se-lhe falsamente atos de lesa patriotismo e procurando-se adrede abater o seu prestígio perante o conceito público, proclama-se a desobediência às leis e aos poderes constituídos, publica-se artigos contrários à ordem e à tranquilidade, ameaça-se com a subversão violenta das instituições, e faz-se propaganda contra elas, não pela oposição de um ou outro princípio de doutrina, ou de um ou outro sistema político, mas sim pela difamação e pela injúria” (*Diário do Governo*, 29/3/1890).

A tentativa falhada de implantar a República a 31 de janeiro de 1891 provocou o desnorte no seio do PRP o que, associado aos limites impostos à liberdade pela lei anterior, fizeram decair a imprensa republicana. A perseguição foi particularmente forte nos meses de fevereiro e março de 1891 (Prefácio de Jorge Couto *in* Sá e Rêgo, 2011:21).

---

<sup>8</sup> Só nos foi possível consultar 14 números dispersos, apesar de Vilhena Mesquita indicar as existências do jornal até ao número 38 (Mesquita, 1989:583-4).

Em Olhão, em fevereiro de 1891, o Administrador do Concelho, Manoel Reis Fonseca, suspendeu o semanário republicano *O Porvir*, dirigido por Gustavo Cabrita<sup>9</sup>. Tal facto não invalidou que o mesmo senhor fundasse outro semanário republicano, em março 1891, agora designado *O Futuro*. Não obstante, as notícias sobre o encerramento de periódicos republicanos sucediam-se em *O Futuro*.

*O Porvir*, cujo lema era “Direito, Liberdade, Humanidade”<sup>10</sup>, desde a sua fundação que contava com a desconfiança Administrador do Concelho de Olhão, Gualdino Mendonça, que, através de exigências<sup>11</sup> “pretende amordaçar a imprensa” (*O Porvir*, nº 10, 30/12/1888: 2).

Esta desconfiança prendia-se com a querela entre o comandante do Regimento de Caçadores 4, “aquele malfadado regimento” (*O Porvir*, nº 8, 16/12/1888:2) de Tavira e Roque Feria, proprietário de *O Combate*. Conforme foi afirmado anteriormente, fora um primeiro episódio deste conflito que levava ao encerramento de *A Provincia do Algarve* em 1887 (*Mendonça, 2006b:187*).

Como referiu Roque Feria em *O Porvir*, não foram estas razões que determinaram o fim de *O Combate*. Partilhamos esta afirmação, consideramos que o projeto de *O Combate* estava exausto em 1888, devido ao radicalismo das posições adotadas por Roque Feria, facto que ele próprio testemunhou: “vimos e escrevemos réplicas que nos levaram a cortar relações com homens de cuja amizade nos orgulhávamos; fomos prejudicados como poucos pela guerra surda, vil e hipócrita que injustamente se nos moveu” (*O Porvir*, nº 9, 24/12/1888:1)<sup>12</sup>.

Uma das querelas foi de tal forma violenta que, como afirmou em *O Porvir*, “o *negregado criminoso* [Roque Feria] para não ficar ferido na vista pelos olhares do

---

9 Por morte de Roque Feria, em abril de 1889, de uma pneumonia, em Tavira.

10 Este já havia sido o lema do jornal *O Combate* dirigido igualmente por Roque Feria em Tavira até 1888.

11 As exigências prendiam-se com um registo criminal isento de condenações. Roque Feria tinha um processo em curso, movido pelo comandante do Regimento de Tavira, de que resultaria uma condenação em 1889.

12 Temos dificuldade em compreender quem seriam os leitores de *O Combate*, uma vez que o jornal afirmava-se, quase exclusivamente, pela discussão ao nível partidário. Até por ter alinhado com a facção republicana radical, derrotada em Congresso em 1887, o projeto de *O Combate* estava esgotado.

chacal [o comandante da unidade, coronel Rodrigues] mudou de residência ausentando-se de Tavira onde residia há vinte anos” (*O Porvir*, nº 9, 24/12/1888:1).

Na sequência do segundo processo, Roque Feria seria condenado a dois meses de prisão e a uma multa de 200 réis por dia durante um ano, por referir-se, segundo o seu próprio testemunho, à “vontade despótica do excelentíssimo comandante” (*O Porvir*, nº 17, 17/2/1889:1). Ficamos com reservas se teria sido apenas esta afirmação que conduziu à condenação, já que confirmámos outras bem mais violentas no jornal.

Não obstante, o subcomandante da unidade, tenente-coronel João Eduardo Augusto Vieira, moveria novo processo a Roque Feria que, por sua vez, apesar de se ter transferido para Olhão, continuava a denunciar as prepotências da unidade militar de Tavira. Vejamos alguns exemplos:

- Vexame dos músicos de 3ª classe com detenções nos calabouços; ordem de dispersão aos oficiais que conversavam amigavelmente; promessa de promoção a segundos cabos aos soldados que “tiveram manas cujos olhares tenham fascinado a sua excelência”; pernoita dos sargentos junto de cabos e soldados; repreensão por se queixarem das repreensões de capitães em frente de cabos e soldados; promessa de transferência de supostos republicanos; repreensões a supostos autores de artigos do jornal (*O Porvir*, nº 8, 16/12/1888:2).

A perseguição das autoridades à imprensa foi completada pela lei de 13 de fevereiro de 1896, pelo Ministério de Hintze Ribeiro, a “lei antianarquista”, a “lei celerada” que, entre outras medidas, no art.º 3º, suprimia o júri nos julgamentos dos crimes de abuso da liberdade e permitia a prisão sem culpa formada e sem admissão de fiança até ao julgamento. O art.º 4º impedia a notícia de factos ou atentados de anarquismo ou dos processos instaurados contra anarquistas (*Diário de Governo* nº 37, 15 de Novembro de 1896). Como afirmou Carvalho Homem:

“Atacou-se também a liberdade de imprensa e foi-se ao ponto de censurar a própria Sociedade de Geografia, determinando-se que esta não poderia exprimir quaisquer opiniões sobre as políticas colonialistas do governo. Tal como em todos os regimes de força, exigiu-se também aos professores de estabelecimentos superiores de ensino que jurassem fidelidade ao *Trono e ao Altar*, na presença de autoridades civis e eclesiásticas” (Homem, 2001:1).

Os anarquistas eram o alvo preferencial desta lei, mas como afirmou Salgado Zenha, “de facto todos os opositores ao regime monárquico podiam vir a cair sob a sua alçada, tanto mais que os respetivos julgamentos eram subtraídos ao júri” (cit. Barreiros, 1980:596).

A 15 de julho de 1898, uma nova lei readmitia o júri em certos casos de abuso da liberdade de imprensa e definia, no art.º 39, que uma ofensa ao rei ou a qualquer membro da família real era considerada um crime ou provocação contra a segurança do Estado. Ressalvava, ainda, no art.º 40, a possibilidade de proibir a circulação de publicações estrangeiras em território nacional.

A perseguição movida em inícios do século XX pelo Juiz Veiga foi particularmente violenta. O Dec. Lei de 19 de setembro de 1902 conferia amplos poderes na vigilância da imprensa opositora ao regime e nas atividades de republicanos e anarquistas. Já não se limitava a punir os insultos à família real, proibia, também, a abordagem de assuntos melindrosos para o regime e para o governo (Tengarrinha, 1975:254).

Como se afirma nos estudos publicados pela Fundação Mário Soares, a forma de atuação do juiz era montar “ sucessivas operações policiais de infiltração e perseguição dos 'suspeitos’”. Em nome da ordem pública, instala, de facto, a censura à imprensa desafeta, embora veja, com frequência, as suas vítimas absolvidas em tribunal a que não seria alheio o facto de o republicano e maçom Trindade Coelho desempenhar as funções de procurador da Coroa no tribunal da Boa-Hora” (FMS, 2011: 1).

À medida que a Monarquia agonizava, perseguia-se a imprensa, os jornais políticos, que acusavam de praticar “excessos e desmandos” (Tengarrinha, 1975: 272). Entre estes jornais, os mais aguerridos eram, sem dúvida, os republicanos que davam voz aos descontentes do regime.

Com a reorganização do PRP, após 1903, cresceram as críticas à Monarquia, acompanhadas pela censura e a perseguição aos periódicos republicanos. Afonso Costa denunciava essa situação em sessão do Parlamento:

“Todas as vezes que a voz do orador nos comícios populares ou a pena do jornalista nos jornais democráticos afirmavam uma verdade tão incontestável como é esta [suspeita de adiantamentos à Casa Real] - os esbirros, a polícia e a guarda municipal, as patas dos seus cavalos, todos os opressores às ordens da monarquia, abafavam o som da nossa voz, esmagavam e trucidavam a liberdade de imprensa, apreendendo jornais; suprimindo-os, destruindo-lhes o tipo como sucedeu a um dos jornais do meu querido amigo França Borges<sup>13</sup>, cujo nome de homem de bem, de jornalista insigne, de patriota devotadíssimo, eu folgo de recordar e saudar dentro desta Casa do Parlamento” (*DCD*, nº 34, 20/11/1906:14-15).

A perseguição movida à imprensa não impediu o aumento significativo do número de jornais de propaganda republicana, que se foram disseminando em Portugal, entre 1903 e 1907, à medida que o descrédito da Monarquia aumentava (Prefácio de Jorge Couto *in* Sá e Rêgo, 2011:24). Não foi o caso do Algarve, devido à fraca atividade republicana neste período na região, onde o PRP só viria a reorganizar-se a partir de 1906.

A questão dos Adiantamentos à Casa Real, amplamente discutida no Parlamento, a 20 de novembro de 1906, após a sua divulgação por João Franco, agravou os ataques à Monarquia, aos partidos do rei e especialmente a D. Carlos, apesar das sucessivas Leis de Imprensa. António José de Almeida vaticinava então que “a monarquia teve hoje a sua morte moral” (*DCD*, nº 34, 20/11/1906:23).

Nesta sessão, Afonso Costa seria mesmo expulso do Parlamento, por guarda policial e preso em nome da Carta Constitucional, porque “a pessoa do Rei é inviolável e sagrada” (*ibidem*). Na realidade, após um discurso de 5 quartos de hora, o deputado republicano afirmara: “e mais ordena o povo, solenemente, que, logo que tudo esteja pago, diga o Sr. Presidente do Conselho ao Rei: Retire-se, Senhor, saia do país, para não ter de entrar numa prisão, em nome da lei!... Por muito menos crimes do que os cometidos por D. Carlos I, rolou no cadafalso, em França, a cabeça de Luís XVI!” (*DCD*, nº 34, 20/11/1906:16-17).

---

13 França Borges dirigia o Jornal *O Mundo*, fundado em 1900.

A situação repetir-se-ia com a polícia a retirar outro deputado republicano a sala do parlamento, Alexandre Braga, na sequência da afirmação: “há quem receba adiantamentos por baixo de mão, nesta falperra de manto e coroa” (*DCD*, nº 34, 20/11/1906:26-27).

Afonso Costa e Alexandre Braga voltariam às Cortes, um mês depois do incidente, na sessão parlamentar de 20/12/1906, na sequência de uma petição com 44 389 assinaturas (*Almanach de O Mundo*, 1908:21).

A denúncia constante dos escândalos da Monarquia, explorados hábil e insistentemente pelos republicanos, levou o governo a aprovar, mais uma vez, “uma lei contra a imprensa”, como ficou conhecida, da autoria de João Franco, em 11/4/1907. Como afirmou Jorge Couto a esse respeito:

“Combinava pesadas penas pecuniárias e de prisão aos articulistas e aos jornais que publicassem peças consideradas insultuosas para as instituições, bem como de suspensão temporária de publicação, tendo a competência para julgar, de forma sumária, os chamados ‘crimes de imprensa’ sido cometida ao Juízo de Instrução Criminal com vastos poderes, o apodado ‘Gabinete Negro’” (Prefácio de Jorge Couto *in* Sá e Rêgo, 2011:28).

No dia seguinte à aprovação da dita lei eram dissolvidas as cortes e iniciava-se (mais) um período de ditadura. A lei de imprensa de 20/6/1907 constituía um reforço da lei anterior, ao afirmar:

“A necessidade urgente e inadiável de pôr cobro à agitação que tão pertinaz e desvairada especulação política procura alimentar na capital e estender a todo o país, e de que aquela imprensa é o principal instrumento, reclamam imperiosamente, em nosso entender, uma medida extraordinária, de carácter transitório, que habilite o Governo com os meios indispensáveis para de pronto e eficazmente impedir e sufocar essa propaganda subversiva e revolucionária” (*Diário do Governo*, 20 de Junho de 1907).

Como se constata, a intenção desta última lei era silenciar os jornais, em especial os republicanos. Na realidade, deu azo a fortes perseguições, com a suspensão de periódicos e a multiplicação de julgamentos por “delitos de imprensa”. Guerra Junqueiro viu-se condenado a 50 dias de prisão por ataques ao rei D. Carlos, na

sequência de um artigo publicado no jornal *Voz Publica* (Prefácio de Jorge Couto *in* Sá e Rêgo, 2011:28).

Esta perseguição feroz aos jornais, em especial republicanos, seria denunciada, mais tarde, em pleno Parlamento, por Francisco José Medeiros que, em 1909, integrava o Ministério de Venceslau de Lima, sobraçando a pasta da Justiça: “eu não tenho lembrança de uma campanha política tão violenta por parte da imprensa como a que foi feita naqueles sombrios fins do ano de 1907 e começos do ano de 1908; e todavia é certo que a imprensa estava então sob um regime violentíssimo, inexcusavelmente coercivo” (*DCD*, nº 54, 11/8/1909:41). O mesmo político, porém, constatava, de igual modo, que “as apreensões são inúteis por ineficazes para os fins a que as destinam, e que, se a censura prévia poderá, acaso, bem servir os intuitos de regimes e de Governos essencialmente contrários à liberdade, as apreensões são insuficientes para isso” (*ibidem*). Enganava-se o estadista, pois como constatou Jorge Couto, “é muito revelador da eficácia da atuação da polícia, da censura e dos tribunais o facto de não ter surgido, nesse ano, em Lisboa, um único jornal republicano” (Prefácio de Jorge Couto *in* Sá e Rêgo, 2011:29).

Competia aos Governadores Civis a vigilância dos periódicos “atentatórios da ordem ou segurança pública” (*Diário do Governo*, 20/6/1907: art.º 1º). Este decreto, no art.º 7º, previa ser aplicado ao longo de um ano. Não chegou ao fim, pois o regicídio (fevereiro de 1908) interrompeu o processo político.

Digno de nota é o facto de, na Lei de Imprensa de João Franco, de 11/4/1907, se proibir, no art.º 36, “sob pena de desobediência abrir subscrições públicas para despesas relativas a processos criminais, seus incidentes e respectivas cauções” (*Diário do Governo* de 11/4/1907). Na realidade, uma rede de solidariedade levava a que o PRP aproveitasse para transformar esses julgamentos em verdadeiras manifestações políticas,<sup>14</sup> pondo os seus quadros ao serviço dos camaradas alvo de perseguição pelas autoridades.

---

<sup>14</sup> Veja-se a este respeito o ponto 2 do capítulo II acerca do julgamento de Bartolomeu Constantino.

No Algarve, *O Porvir* dava conta, em 1889, da enorme afluência ao tribunal para assistir à defesa de Roque Faria, por Manuel de Arriaga. *O Povo Algarvio* também nos noticiava as extraordinárias manifestações, aquando das deslocações do advogado e deputado do PRP, Alexandre Braga, em abril de 1910, quando veio a Lagos defender Roberto Berger Cabral, num processo movido por “um republicano, rendido há anos à monarquia, e que como renegado é dos piores inimigos que tem o partido republicano”<sup>15</sup> (*O Povo Algarvio*, nº 32, 16/4/1910:1). O jornal descrevia o ambiente no tribunal: “logo que as portas se abriram foi a sala tomada de assalto ficando completamente apinhada de espetadores ansiosos de ouvir o discurso do grande advogado (...) acompanhou depois em aclamações delirantes, do tribunal ao hotel e deste ao centro republicano “ (*ibidem*).

A cena repetiu-se em Loulé, aquando do regresso do mesmo advogado, em junho, para defender, graciosamente desta vez, o diretor de *O Povo Algarvio*, Paulo Madeira, num processo movido pelo padre José Pedro. Apesar da chegada tardia do comboio de Lisboa, esgotaram os carros de aluguer em Loulé e S. Brás. No tribunal compareceu gente de todo o Algarve (*O Povo Algarvio*, nº 39, 4/6/1910:1).

A abertura do regime com D. Manuel II e o restabelecimento da liberdade de imprensa permitiram que os jornais republicanos afirmassem a sua propaganda. Ao mesmo tempo, dirigentes políticos republicanos que se encontravam presos foram libertados, o que permitiu retomar uma intensa atividade jornalística.

Nesta conjuntura, ressurgiu em Tavira o jornal *Provincia do Algarve* (outubro de 1908), como órgão de propaganda republicana, dirigido por Silvestre Falcão e com José de Arriaga como redator principal<sup>16</sup>. Foi, igualmente, fundado o semanário *O Algarve* (29/3/1908), dirigido por Artur Águedo de Miranda, ainda que fosse um periódico independente. Em Loulé surgiu, em 1909, o semanário republicano, *O Povo Algarvio*, fundado por Paulo Madeira.

---

15 Curiosa é a forma de *O Povo Algarvio* fazer jornalismo. Inicialmente noticiou o processo contra José Berger, pai do verdadeiro acusado, movido pelo padre João Henriques. Afinal, o processo era contra o filho e movido por um correligionário republicano.

16 Este jornal assumiu-se como herdeiro do outro de 1886/7, não só através da manutenção do nome, como pelo conteúdo formal (cf. anexo 2, “Do Jornal”). Efetivamente, o *Provincia do Algarve* era um jornal vocacionado para a propaganda, recorrendo para isso a artigos doutrinários na primeira página; primou pela verdade (cf. nota 108), não recorreu a artigos “insultantes” e a ataques pessoais.

A imprensa republicana tinha um papel importante na divulgação da ideologia e na preparação dos espíritos para o movimento do 5 de outubro. Como afirmou Vilhena Mesquita, “a imprensa desempenhou um papel preponderante, sobretudo em Lisboa e no Porto, mas também nas grandes cidades da província, nomeadamente em Coimbra, cuja Universidade despontara o ideário republicano, e nas cidades industriais de Braga, Aveiro, Leiria e Setúbal, para além de outras menos populosas como Castelo Branco, Évora, Beja e Faro” (Mesquita, 2010:6).

Relativamente às cidades mencionadas pelo autor, como centros de uma imprensa republicana ativa, temos que incluir Olhão e Tavira onde, ao longo das três últimas décadas da Monarquia Constitucional, se implantou uma imprensa de propaganda republicana.

Nos últimos 30 anos da Monarquia Constitucional publicaram-se, no Algarve, 7 semanários de propaganda republicana: *A Folha Democratica* (1883), em Lagos, tendo Salazar Moscoso como redator principal; *A Provincia do Algarve* (1886/87) e *O Combate* (1887/88), em Tavira dirigidos por Roque Faria; *O Porvir* (1889/91) em Olhão, dirigido por Roque Faria e Gustavo Cabrita; *O Futuro* (1891/1909) em Olhão dirigido por Gustavo Cabrita; *O Povo Algarvio* (1909) em Loulé, dirigido por Paulo Madeira; *Provincia do Algarve* (1908), em Tavira, dirigido por Silvestre Falcão (Mesquita, 1989: *passim*).

O dezenário *Notícias de Silves* dirigido por João Duarte em 1909; o mensário *O Petiz de Silves* dirigido por Adelino de Mello, fundado em 1909; O quinzenário *Os Novos (Olhão)*, dirigido por Manuel Lopes de Almeida e fundado em 1906, foram classificados por Vilhena Mesquita como periódicos republicanos, no entanto, não eram jornais de propaganda. Não podemos deixar de certificar que a vida de todos estes periódicos foi efémera.

Será de referir que em Lagos, que Vilhena Mesquita classificou como “A Escola de Lagos, alfobre da imprensa republicana algarvia” (Mesquita, 2010:19), não se publicava qualquer jornal de propaganda republicana nas vésperas da revolução.

Para além dos jornais referidos, editaram-se ainda o semanário independente *O Algarve* (Faro), dirigido por Artur Miranda, fundado em 1908, e o semanário *Districto de Faro* (Faro), dirigido por António Bernardo da Cruz, fundado em 1876 e que, de

acordo com a investigação de Vilhena Mesquita, se tratou de um jornal “noticioso, regionalista, cultural, literário, republicano que com o decorrer dos anos apoiou o Partido Regenerador”<sup>17</sup> (Mesquita, 1989:Ivol. 270). No entanto, pelos poucos números existentes na Biblioteca Nacional, não nos foi possível chegar a qualquer conclusão.

De todos os periódicos de propaganda republicana, *O Futuro* seria o que atingiria maior longevidade no período da Monarquia Constitucional, no Algarve, e durante largos anos, o único na região, só terminando com a morte do diretor em 1909<sup>18</sup>. Atravessou mesmo o período de perseguição feroz à imprensa.

Será também necessário ter em conta que Vilhena Mesquita considera que *O Heraldo*, “com o aproximar do fim do regime monárquico, já evidenciava forte inspiração republicana” (Mesquita, 1989 II:460). Esta opinião pode ser sustentada pela intervenção parlamentar, em 3/9/1909, do deputado Estêvão de Vasconcelos, em que comparava as despesas de educação em Portugal e noutros países e se referia desta forma ao jornal *O Heraldo*: “vem publicado em anúncio no jornal relativamente monárquico o Heraldo, que se publica na cidade de Tavira” (DCD, nº 57,3/9/ 1909:10). Era a seguinte a notícia referida pelo deputado em causa:

“Como a Câmara ve (*sic*) por este documento, o cidadão Domingos José Soares declara publicamente para conhecimento de todos os interessados que nunca mais fará fornecimento algum às escolas oficiais de instrução primária do concelho de Tavira, enquanto lhe não forem pagos os que tem feito desde 1905 e que sobem a perto de 300\$000 réis, sem que os seus instantes reclamações de pagamento tenham sido satisfeitos” (*ibidem*).

Na nossa opinião, a referência ao *Heraldo* como “relativamente monárquico”, não passava de retórica política, talvez derivada do facto de, como constatou Vilhena Mesquita, apresentar um conjunto de colaboradores conhecidos pela militância republicana, entre os quais se destacava Lyster Franco.

---

17 Supomos tratar-se de um lapso pois, na página 274 da obra citada, o mesmo autor esclarece que a adesão deste periódico aos ideais republicanos ocorreu a 22/6/1911, através de uma nota da redação, no nº 1835 do jornal.

18 Na Biblioteca Nacional existem exemplares do jornal até ao nº 781, de dezembro de 1907, com a cota J. 2063 M., apesar disso, sabemos que Sá e Rêgo (2011:105) indica as existências apenas até 1900. Na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra existe até ao número 842 de 18/4/1909. Não percebemos porque é que Vilhena Mesquita (1989:173) informa da extinção do jornal com o nº 835 em 28-2-1909.

De referir que o artigo do *Heraldo* não chegava a ser uma notícia contra a Monarquia, mas tão só uma declaração pública feita pelo município, relativamente à indisponibilidade de fornecimento de material escolar por um particular, por dívidas acumuladas do governo central. Parece não haver dúvida que o periódico se mostrava apoiante, sem rodeios, do Partido Regenerador, como se verifica no excerto: “filiou-se no partido regenerador o sr. Conde Vilalva, filho do digno par do reino, sr. Carlos Eugénio de Almeida, que também acompanha o nosso partido” (*O Herald*, nº 1457, 10/7/1910:1).

Relativamente ao rei, *O Herald* manifestava uma atitude de grande respeito, como se pode constatar na seguinte afirmação: “El-Rei, como supremo magistrado da nação, deve estar acima das paixões e lutas políticas” (*O Herald*, 1458, 17/7/1910:1). Consideramos, porém, que *o Herald* era um jornal monárquico, sem ser fanático, como se pode comprovar: “reprovamos e achamos indignos todos os ataques a El-Rei, que é o chefe sagrado do Estado e, como tal, sagrado. O mesmo diríamos amanhã, se o sr. D. Manuel fosse presidente da República” (*ibidem*).

Entre os jornais políticos editados no Algarve, transitaram da Monarquia para a República, *O Algarve*, *O Districto de Faro*, *O Herald*, *O Povo Algarvio* e *o Provincia do Algarve*. Destes, *O Herald* e *o Districto de Faro* foram os únicos casos de possível “adesivagem” à República. Nas vésperas do 5 de outubro, *O Herald* defendia veementemente o Partido Regenerador. Recebeu a República sem entusiasmo, resignado. Afirmava a esse respeito, “está proclamada a República (...) que ela traga a esta Pátria gloriosa o sossego, a paz, o progresso e a prosperidade (...) para nós teve a naturalidade das coisas que são impostas por um destino fatal” (*O Herald*, nº 1471, 16/10/1910:3).

Revela-se digno de nota o facto de, antes da implantação da República, não existir qualquer publicação de carácter religioso dirigida à população algarvia, e que a partir de 1910, tenham existido 4, o quinzenário *Boletim do Algarve* (Faro, 1910 a 1914); o semanário *A Boa Nova* (Lagos, janeiro a julho de 1912); o quinzenário *A Verdade* (Fuzeta, 1913-14); o semanário *O Algarvio* (S. Brás, março a julho de 1912)

(Mesquita, 1989:*passim*). Todos eles foram publicados no período de maior intolerância religiosa por parte das autoridades<sup>19</sup>.

Dos dois jornais de propaganda republicana existentes em 1910, *O Povo Algarvio* era fortemente combativo, mas sem a consistência ideológica do *Provincia do Algarve*. Fortemente anticlerical, não se apoiava numa linha filosófica para explicar as suas opções ideológicas que se traduziam, por esta razão, em ataques pessoais, alguns de baixo nível. Veja-se a este respeito o excerto: “convencidos de que o padre em questão [padre José Pedro] não é mais do que um safado urinol, onde todos os cães do clericalismo vão levantar a perna e verter as águas sujas com que tentam salpicar-nos, avisamos enojados, tal criatura que se o encontrássemos lhe escarrávamos na cara” (*O Povo Algarvio*, nº38, 28/5/1910:1).

Não se ficando pela ameaça, a verdade é que o diretor do jornal, num encontro com o padre, passou das palavras aos atos e uma sucessão de escarros, bengaladas e ameaças com arma de fogo, valeram-lhe um processo com três acusações. Apesar da defesa pelo “eminente republicano e glória da advocacia portuguesa”, (*O Povo Algarvio*, nº16, 5/9/1909:2), o reputado Alexandre Braga, e do Juiz ter saudado o deputado que “honrou o tribunal com a sua presença”, (*ibidem*) a verdade é que “o valente e honesto diretor do Povo Algarvio” (*ibidem*), Paulo Madeira, seria condenado pelo crime de posse de arma sem licença.

Noutros casos, a tentativa de *O Povo Algarvio* para justificar as opções ideológicas revelava um posicionamento muito primário, como se verifica no excerto: “as mulheres, sobretudo, deviam ser todas republicanas. E principalmente, as que já são mães! Numa república, todas as mães, por mais obscuras que elas sejam, podem legitimamente aspirar a ver seus filhos ascendidos ao lugar de supremo representante da nação” (*O Povo Algarvio*, nº46, 30/7/1910:1).

No que se refere ao território nacional pode-se certificar que se editaram, no período de 1908-10, 81 publicações de propaganda republicana, das quais, 64 na

---

19 Esta foi a fase aguda de conflito entre a República e a Igreja Católica, na sequência da publicação da Lei de Separação em abril de 1911.

província, incluindo as edições nas colónias e os três periódicos algarvios, e 17 em Lisboa (Sá e Rêgo, 2011:*passim*).

Era do domínio público que Lagos era uma das câmaras republicanas do país em 1908. Apesar disso, nos almanaques republicanos entre 1908-10, as notícias sobre o Algarve eram escassas. Repare-se, a este respeito, as referências relativas à atividade republicana no Algarve, feitas por *O Mundo*: a realização de um comício de propaganda republicana em Faro, em 1906 (*Almanach de O Mundo*, 1908:21); dois outros comícios de propaganda em Tavira e em Faro (1908) (*Almanach de O Mundo*, 1909:14); a adesão ao PRP do Dr. Cabrita Rato em Lagos (*Almanach de O Mundo*, 1909:7); o 5º aniversário da morte do eminente republicano de Lagos, João Marreiros Neto (*Almanach de O Mundo*, 1909:18); o 23º aniversário da morte do Dr. Francisco Emiliano Parreira que, em Loulé<sup>20</sup>, prestou relevantes serviços políticos e associativos (*Almanach de O Mundo*, 1909:18 e 1910:23); 6º aniversário da morte do livre-pensador, em Portimão, Frederico Moreira, que deixou testamento para ser enterrado civilmente, mas a quem a igreja e as autoridades locais não respeitaram a vontade (*Almanach de O Mundo*, 1910:3); o 37º aniversário de nascimento do “infortunado” comerciante republicano em Lagos, Gonçalves de Azevedo (*Almanach de O Mundo*, 1909:15) e nada mais.

Este facto parece-nos explicável pelo aumento significativo da atividade republicana do país, na última fase da Monarquia Constitucional. Como demonstrou Barracosa Mendonça, não foi por falta de influência dos algarvios ao nível das esferas dirigentes do partido pois, “desde os primórdios, é possível encontrar personalidades ligadas ao Algarve “ (Mendonça, 2006a:39).

Teria o Algarve maior visibilidade no contexto da ideologia republicana em Portugal na década de 80 do que nas vésperas da implantação da República? Pensamos que sim. As posições radicais de Roque Faria trouxeram protagonismo para

---

20 Emiliano Parreira, apesar de ser natural de Loulé, radicou-se em Tavira, onde exerceu medicina. Nesta cidade, esteve ligado à constituição do Clube Republicano, de que foi o primeiro presidente em 1884, e às estruturas regionais do partido. Desconhecemos a que associações de Loulé se refere o almanaque, no entanto a notícia carece de rigor, até porque o *Diário Ilustrado* noticiou a morte de Emiliano Parreira a 2/5/1886 e não a 4/5/1886. Era a o seguinte o teor da notícia do *Diário Ilustrado*: “Faleceu em Tavira o sr. Dr.Francisco Emiliano Parreiro (*sic*) esclarecido facultativo e abastado proprietário” (*Diário Ilustrado* 2/5/1886, nº 4675:2).

o Algarve que, por essa circunstância, foi várias vezes considerado pelos jornais da capital. Em 1884, *O Seculo* publicava uma coluna com um apelo do candidato Jacinto Nunes dirigido, especificamente, aos cidadãos eleitores do círculo 94 - Tavira (*O Seculo*, nº 1052,14/6/1884:2). As divisões, o apelo à abstenção pelos radicais, nas eleições que se avizinhavam e as dificuldades em constituir um Centro republicano justificaram essa atenção. Em 1888, Roque Feria constatava que os jornais *O Combate* e *O Radical*<sup>21</sup> eram os que mais representavam as ideias radicais no país (*O Combate*, 27/9/1888:1).

Em 1899, o almanaque *A Victoria da Republica* dedicou-lhe uma biografia, como fez relativamente a outros grandes vultos do republicanismo como Magalhães Lima, Rodrigues de Freitas e Py y Margal (*A Victoria da Republica*, 1890:81-84).

O Algarve teve, inclusivamente, honras de ser referido pelo periódico *Pontos nos ii* de Rafael Bordalo Pinheiro, ainda que ridicularizando *O Porvir*, designado de *Provir*. Roque Feria constatava, com amargura<sup>22</sup>, a chacota do correligionário Bordalo Pinheiro, acerca da notícia da morte do cangalheiro Cristóvão Machado: “faleceu no dia 24 este nosso simpático conterrâneo, um dos homens que, em funerais, mais serviços tinha prestado aos seus patrícios” (*Pontos nos ii*, 31/1/1889:38).

Outro eminente algarvio, com destaque entre os periódicos da capital, foi Emiliano Parreira. *O Almanach do Seculo* dedicou-lhe, igualmente, uma biografia.

Na realidade, o republicanismo no Algarve tinha expressão na década de 80. Em 1886, tinha 23,8%<sup>23</sup> dos centros republicanos existentes fora de Lisboa, para uma população de 4,5%<sup>24</sup> do total do país. Se excluirmos as cidades de Lisboa e Porto, essa percentagem subia para 29,4%. Era a terceira província do país em número de centros

---

21 Supomos que se referia ao *Radical*, *Folha republicana legalmente habilitada*, que se publicou no Porto entre 4/3/1888 e 16/7/1888.

22 Roque Feria revelava-se um homem derrotado face à ironia do correligionário (cf. com cap. II). Este facto resulta, certamente, de se encontrar no final da vida (viria a falecer em abril), desgastado por diversas lutas políticas e pessoais que o haviam levado, inclusivamente, a mudar-se para Olhão.

23 A partir dos dados fornecidos pelo Almanaque *A Victoria da Republica*, 1887, p. 14.

24 Dados do censo de 1890: População portuguesa – 5 049 729; População algarvia – 228 635.

republicanos, a seguir à Estremadura e ao Douro Litoral. A segunda, a seguir à Estremadura, em termos de rácio por habitante.

No que respeita ao número de centros com bibliotecas ou gabinetes de leitura, na década de 80, verificava-se que o Algarve apresentava 3 com essas valências: Tavira (1884), Silves (1886) e Loulé (1889). Estes representavam metade de todos os existentes fora de Lisboa, nesta década<sup>25</sup> e 13% dos centros existentes em Portugal que prestavam serviços desta natureza às populações<sup>26</sup>.

Na década de 80, o PRP depositava grandes esperanças no Algarve e esperava que viesse a desempenhar um papel notável no movimento de regeneração da pátria. Em 1884, *O Seculo* vaticinava, na sequência da visita dos 3 membros do diretório, que “dentro de um ano o Algarve será inteiramente republicano (...)” (*O Seculo*, nº 1187, 20/11/1884:1). Esta adesão à causa republicana devia-se, na opinião daquele jornal, ao abandono a que o Algarve se encontrava votado pelos governantes.

Por sua vez, em 1910, o Algarve encontrava-se entre as 7 províncias com menor número de centros republicanos do país, equiparado a Beja, Guarda, Leiria, Portalegre, Viana do Castelo e Ilhas. Era ultrapassado por Aveiro, Braga, Coimbra, Évora, Lisboa, Porto, Santarém, Vila Real e Viseu (Ribeiro, 2011:47).

Em contrapartida, em 1910, o Algarve seguia a regra do país em termos de Comissões Municipais Republicanas: 60% no Algarve para 57% do país. Como constatou Lia Ribeiro, as Comissões Municipais eram órgãos destinados à propaganda e militância, pelo que eram menos complexos e de mais fácil implantação do que os centros (*ibidem*).

A chegada da linha de caminho-de-ferro a Faro, em 1889, teria contribuído para desmobilizar os descontentes da Monarquia<sup>27</sup>? A receção aos membros do diretório

---

25 Os restantes eram Évora, Cacilhas e Estarreja.

26 Lia Ribeiro indica a existência de 22 centros nesta década em Portugal, com bibliotecas e salas de leitura, dois para o Algarve (2011:57), no entanto, teremos que acrescentar que o Centro de Loulé foi reconhecido por desenvolver esta atividade lúdica/cultural no almanaque *A Victoria da Republica* (1889:12).

27 *O Seculo* dava conta do descontentamento dos algarvios face ao isolamento a que estavam votados e questionava o investimento na linha de caminho-de-ferro em Espanha (2700 contos), com vista a aproximar-nos da Europa, quando o Algarve se

republicano, em 1884, no qual participaram, inclusivamente, as populações rurais, teria sido por mera curiosidade?

Não podemos deixar de constatar que, depois de Lisboa ter tomado a iniciativa de aglutinação das diferentes fações republicanas e de descentralização, com vista à constituição do PRP em 1881-83, o Algarve respondeu com uma estratégia regional <sup>28</sup>. Nesse âmbito, foi elaborado “O projeto de organização do PRP”, da responsabilidade do Conselho Provincial, e para o qual contribuiu, decisivamente, o secretário, um republicano de Monchique, José Bentes Castel Branco.

---

encontrava “criminosamente” abandonado. Por outro lado, o imposto lançado sobre o sal agravou o descontentamento dos pescadores, o que pode explicar a sua disponibilidade para receber os republicanos em 1884. No comício de Olhão estiveram cerca de 5000 pessoas. Na Fuzeta não se realizou o *meeting* previsto, por proibição das autoridades (*O Seculo*, nº1187, 20/11/1884:1). Apesar de admitirmos o exagero dos números, não deixamos de registar a disponibilidade dos algarvios para receber os membros do diretório do PRP.

28 (cf. Anexo 2).

## CAPÍTULO II - O PARTIDO REPUBLICANO E O ALGARVE

### 2.1. Da ideia republicana à descentralização

A ideia republicana teria surgido em Portugal, pela primeira vez, entre os liberais da Ilha Terceira, conforme foi testemunhado pelo deputado Rodrigues Vidal, em sessão Parlamentar:

“É geralmente sabido que dos liberais da ilha Terceira alguns, antes da organização da regência, se lembraram, num ato de desesperação, de recorrer ao meio extremo de constituir-se em república federativa dos estados portugueses ultramarinos, se conseguissem apoderar-se deles, começando no arquipélago açoriano. Devo acrescentar que um tal plano fora abandonado logo que se instaurara a regência em nome da Rainha, e se foram acumulando os meios para a restauração do trono legítimo” (*DCD*, nº 15, 19/3/1859:160-161).

Esta afirmação foi, porém, veementemente contestada por Mouzinho da Silveira, na mesma sessão: “nunca o fizeram, Sr. Presidente! Estão presentes muitos desses homens, e podem atestar a verdade! Rejeito, Sr. Presidente, rejeitamos todos semelhante insinuação!” (*ibidem*).

Não podemos deixar de asseverar que essa discussão confirma a tese de Catroga de que, até à geração de Henriques Nogueira, o republicanismo era uma ideia incipiente que surgira no período das lutas liberais entre alguns intelectuais isolados (Catroga, 2010a:11).

Parece evidente que, como doutrina, o republicanismo surgiu em Portugal após 1848, no rescaldo da Guerra Civil Patuleia (1846/47), que terminou com a Convenção de Gramido (junho de 1847) e a intervenção de tropas estrangeiras que repuseram o controlo do governo de D. Maria II (Prefácio de Jorge Couto *in* Sá e Rêgo, 2011:9). Esta solução mostrou, mais uma vez, a fragilidade da Monarquia Liberal na resolução dos problemas internos, situação que levou a que, como refere Jorge Couto, “algumas figuras mais relevantes do setembrismo de esquerda, como José Estêvão, Rodrigues Sampaio ou Oliveira Marreca – que haviam considerado uma humilhação o recurso pela rainha a forças estrangeiras para reprimir os portugueses – a optar pelo regime republicano” (*ibidem*).

Félix Nogueira foi o mestre que lançou as raízes do republicanismo em Portugal, que se animou com a revolução espanhola de 1868. Na década de 70, o movimento ganhou com o contributo de muitos intelectuais, entre os quais Teófilo Braga. Este mesmo facto pode ser testemunhado no Algarve, através da publicação do periódico *Echo do Algarve*, em Lagos em 1868, que seguiu, atentamente, os acontecimentos no país vizinho. A fixação de Roque Faria, de origem espanhola, em Tavira, nesta altura, contribuiu, igualmente, para a dinamização das ideias republicanistas no Algarve.

Era o período em que ainda coexistiam os republicanistas históricos, ligados ao movimento de 1848, e os republicanistas socialistas, de que se destacava Antero de Quental. Em 1875, com a criação do Partido Socialista, houve uma cisão no seio do movimento. As divergências entre republicanistas e socialistas punham-se no que tocava à “questão política” e à “questão social”. Para os primeiros, a mudança do regime tinha a primazia, acreditavam que só ela poderia resolver a “questão social”, ideia refutada pelos segundos. Para Teófilo Braga, este era o erro do socialismo, o facto de os operários serem indiferentes a tudo o que não fosse o conflito do salário e das horas de trabalho (Braga, 2010:99).

Face à fundação do Partido Socialista (1875), os republicanistas tiveram necessidade de aglutinar as diferentes fações - a moderada (representante da geração de 48), a democrata (reformistas) e a federalista (a mais combativa)<sup>29</sup>.

Em 18 de março de 1876, num comício realizado no Casino Lisboense, ocorreu “a primeira manifestação coletiva em que figuravam as diversas *nuances* do partido republicano” (*O Futuro*, nº 84, 16/10/1892:3)<sup>30</sup>. *O Jornal dos Artistas* referiu-se, igualmente, à reunião: “no dia 18 [março] teve lugar numa das salas do centro histórico, na rua do Alecrim, uma reunião à qual assistiram o centro reformista e

---

29 Os moderados denunciavam o perigo da colaboração com sectores monárquicos, bem como os exageros revolucionários dos sectores republicanistas mais radicais. Os democratas viam na colaboração com as forças monárquicas liberais a tática a aplicar no caminho da República. Por último, o grupo federalista era formado por elementos oriundos de associações operárias de influência socialista (Monteiro, 2009: 21).

30 Fernando Catroga (2010a:26) referiu a reunião no dia 19. *O Futuro* situou a reunião igualmente nesse dia. *O Jornal dos Artistas* indicou o dia 18 de março, tal como Ladislau Batalha (1876:12).

republicano. Falaram entre outros os srs. Miguel Osório e José Elias Garcia” (*Jornal dos Artistas*, nº 20, 25/3/1876:3).

Uma semana depois, num jantar a 25 de março, com 150 pessoas, presidido por Oliveira Marreca, na rua do Alecrim, no Palácio do Barão de Quintela<sup>31</sup>, selava-se o compromisso assumido e celebravam-se “as vitórias eleitorais alcançadas, pelos republicanos franceses<sup>32</sup>, por meio de um fraternal banquete de 150 talheres” (*Almanach Republicano*, 1877:13).

Um par de dias depois, a 27 de março, numa “ grande reunião política de todos os membros dispersos do partido republicano, numa casa da rua da Rosa, 105, 1ª” (*O Futuro*, nº 84 16/10/1892:3) ensaiou -se, pela primeira vez, a unificação das diferentes fações republicanas, fundando-se o Centro Republicano Democrático de Lisboa. Do seu “diretório”<sup>33</sup> faziam parte, entre outros, o ex-padre, fundador da Associação Protetora do Trabalho Nacional<sup>34</sup>, João Bonança.

A fundação do Centro Republicano Democrático, em 1876, levou a que muitos historiadores situassem, nessa ocasião, o nascimento do PRP<sup>35</sup>. Não se tratava ainda, porém, de um partido segundo os conceitos modernos, na tese de Catroga, mas começou, efetivamente, nesta altura, a propaganda e a descentralização (Catroga, 2010a:35-42). Até aí fora um “Clube de Lunáticos”, nome pelo qual ficou popularizado o Grupo do Pátio Salema (1868), onde militaram algumas figuras do futuro movimento republicano, como Latino Coelho ou Bernardino Ribeiro. No início da década de 70, era

---

31 O Palácio aparece igualmente designado como do Monteiro dos Milhões, pois foi vendido no último quartel do século XIX pelo Barão de Quintela. Situa-se entre a Rua do Alecrim e a das Flores, no Largo do Barão de Quintela.

32 Vitória alcançada nas eleições de 20 de fevereiro.

33 Lia Ribeiro afirma que o primeiro Diretório só seria eleito em 1883, depois das diligências do Clube Henriques Nogueira (Ribeiro, 2011:32). Ladislau Batalha refere-se à direção do Centro Democrático Republicano como o Diretório (Batalha, 1876:passim).

34 Esta tinha por objetivo criar associações, principalmente sociedades cooperativas de consumo, e facilitar o seu desenvolvimento (Baptista, 2004:90).

35 Estão nestes casos João Medina e Alice Samara (Medina, 1990:16; Samara, 2010:62).

em torno do jornal *O Rebate* (1873), que os republicanos se reuniam e veiculavam as suas ideias para a opinião pública.

A adesão foi grande<sup>36</sup> e em agosto foi enviada uma carta-circular para a província, no sentido de se organizarem centros republicanos, à imagem de Lisboa (Catroga, 2010a:27). O periódico *Almanach da Biblioteca Republicana Democratica* referiu-se, igualmente, a esta carta enviada aos “amigos da província”.

*O Jornal dos Artistas*, sem referir a carta, divulgou a sua adesão aos ideais propostos pelo centro de Lisboa, em 22 de junho, reproduzindo o texto a que alude Catroga: “o desenvolvimento gradual e pacífico das ideias democráticas nas instituições do país e, em evolução do natural futuro, o estabelecimento da República em Portugal” (*Jornal dos Artistas*, nº 33, 22/6/1876:2).

O “amigo” do Algarve, contactado pelo recente *Centro Republicano Democratico*, foi, assim, Gomes Leal, diretor do *Jornal dos Artistas* de Portimão, com vista a “promover a organização de centros para o mesmo fim em todas as províncias” (*ibidem*). Supomos que este contacto não foi feito diretamente, mas através de Roque Feria, pois este sugeriu, uma vez, informação privilegiada, numa carta, como correspondente, uma semana antes do jornal a veicular nas suas colunas regulares<sup>37</sup>.

O elo de ligação entre o Centro Republicano Democratico e o Algarve pode ter sido João Bonança, natural de Lagos. Este tinha sido um dos oradores do *meeting* de 18 de março e, como referido anteriormente, um dos membros do primeiro “diretório”. Em 1877, iniciaria, inclusivamente, uma colaboração regular com o *Jornal dos Artistas*. Outra possibilidade teria sido Carrilho Videira que, ao longo da década de 80, mostrou ter relações privilegiadas com Roque Feria. Na sua livraria em Lisboa, reuniam-se escritores, pelo que Gomes Leal tinha, igualmente, relações de proximidade com o livreiro expulso do Centro Republicano Democratico de Lisboa<sup>38</sup>.

---

36 Catroga refere cerca de 500 adesões (Catroga, 2010:26).

37 Uma carta assinada por Roque Feria, correspondente do jornal em Tavira, noticiou a intenção de formar clubes republicanos na província, uma semana antes do *Jornal dos Artistas* divulgar a estratégia e o apelo de Lisboa (*Jornal dos Artistas*, nº 32, 15/6/1876:3).

38 A expulsão ocorreu a 29/7/1876.

Pela leitura do *Jornal dos Artistas*, concluímos que o objetivo dos republicanos de Lisboa era a unificação de todos os descontentes da Monarquia, sob o seu ideal:

“A instituição deste centro oferece-nos como consequência lógica do seu fim a vantagem de fazer entrar na vida política muitos elementos que, dispersos, estão fora de toda a política faciosa, e de nos garantir no futuro, por meio da propaganda das ideias democráticas, uma mudança nas nossas instituições políticas e sociais sem o menor receio da perturbação da ordem na atualidade, nem da guerra civil no futuro, o que seria um grande mal para os povos” (*Jornal dos Artistas*, nº 33, 22/6/1876:3).

Efetivamente, os monárquicos, descontentes, também participaram nesta reunião, bem como alguns socialistas, seduzidos pela ideia republicana, entre os quais João Bonança.

A adesão de Gomes Leal ao projeto foi imediata: “abraçamos a ideia como se fora nossa e envidaremos todos os nossos esforços, como até hoje temos feito, em auxílio da Propaganda Democrática” (*Jornal dos Artistas*, nº33,22/6/1876:2). Pôs em prática, inclusivamente, uma estratégia de concretização do pedido:

“As comissões que temos organizadas na maior parte dos concelhos do país desde a criação desta folha com o fim de representarem perante a sua redação os interesses da classe obreira se organizem em centros democráticos, ampliando-se e traduzindo em factos o que hoje é apenas uma vontade enérgica e louvável dos que se empenham na propaganda cujos princípios de entre da vida liberal melhor garantem os direitos de bem-estar do cidadão operário que até hoje têm sido desconsiderados e desprezados pela realeza” (*Jornal dos Artistas*, nº 33, 22/6/1876:2).

O *Jornal dos Artistas* manifestava a sua adesão ao projeto, contudo não escondia os seus propósitos: defesa dos interesses dos operários. Era um jornal operário, defensor do associativismo e cooperativismo, na linha do socialismo proudhoniano. Apesar de conhecer as propostas do socialismo revolucionário, considerava que a humanidade ainda não estava preparada para que a revolução lhe

fosse proveitosa (*Jornal dos Artistas*, nº 4, 2/12/1875:1). O *Jornal dos Artistas* funcionava como o farol dos clubes de artistas<sup>39</sup> na região, o seu orientador ideológico.

Por seu lado, João Bonança comungava das ideias defendidas pelo *Jornal dos Artistas*, pelo que via na instrução e associativismo dos operários uma forma de os tornar mais conscientes. Mostrava-se, igualmente, adepto de uma linha do socialismo cooperativo proudhoniano, não marxista (Baptista, 2004:90ss). A República Socialista era a opção política de João Bonança em 1876, tal como era a do *Jornal dos Artistas* e de alguns dirigentes dos artistas de Tavira. A República, por si só, não os satisfazia.

O jornal pretendia utilizar os correspondentes locais para a responder ao apelo do Centro Republicano Democrático de Lisboa<sup>40</sup>. A ideia republicana penetrava no Algarve com uma estratégia organizativa, pela mão dos artistas, dirigidos por algumas figuras de relevo que militavam nessa área nesta província. Em Tavira, o comerciante Roque Faria, um republicano radical, adepto da “República Social”, portanto em sintonia com o *Jornal dos Artistas* e João Bonança, chamou a si essa tarefa com uma dedicação fora de comum.

### 2.1.1 O Club Democrata Progressista de Tavira

Em 27 de abril de 1876 formou-se, em Tavira, o Club Democrata Progressista<sup>41</sup>. Este centro tem levantado alguma discussão entre os estudiosos da matéria. Catroga, por exemplo, identifica um centro republicano em Tavira e situa a sua formação, juntamente com outros 8 centros<sup>42</sup> fora de Lisboa, na sequência da carta enviada aos “amigos da província”, em agosto, pelo diretório do Centro Republicano Democrático (Catroga, 2010a:27).

---

39 Os clubes de artistas tinham em vista a defesa dos interesses dos artesãos. Eram, no entanto, constituídos por pessoas de diferentes quadrantes profissionais.

40 O *Jornal do Artistas* designava-o como Centro Republicano Democrático Português o que revelava falha na informação.

41 Este clube foi mencionado no *Jornal dos Artistas* como Club Democrata Progressista (nº 78, 3/5/1877:3) e no *Almanach do Século* como Club Democrático Progressista (1887:31).

42 Os outros centros formaram-se em Alcântara, Porto, Setúbal, Coimbra, Vila Real, Grândola, Figueira da Foz e Angra do Heroísmo (Catroga, 2010a:27).

No mesmo sentido, Barracosa Mendonça identificou esse possível centro com o Club Democrata Progressista e reconheceu que alguns dos seus fundadores, como Roque Faria, viriam a ser conhecidos pela militância republicana e o centro foi referenciado como tal pelos almanaques de fim de século (Mendonça, 2006b:184-185). Situou, também, a sua constituição em abril de 1876, portanto antes da carta para os “amigos da província”. Mendonça, de igual modo, referiu a forma como, numa ocasião, foram dadas vivas à Monarquia, facto noticiado pelo *Jornal dos Artistas* de Portimão (*ibidem*).

Pudemos comprovar as referências nos almanaques republicanos, evidenciadas por Barracosa Mendonça, no entanto, não concordamos com a interpretação deste autor, de que “este centro aparece mesmo referido como sendo centro republicano em alguns almanaques republicanos publicados nos anos 80 e 90 do século XIX” (Mendonça, 2006b:184).

O *Seculo* noticiou, em primeira página, na rubrica “Efemérides do Movimento Democrático Português”, a inauguração em Tavira de “uma associação intitulada Club Democrata Progressista, cujos fundadores eram na sua maioria indivíduos que professavam as ideias republicanas” (*O Seculo*, nº 396, 27/4/1882:1). Esta mesma efeméride seria assinalada posteriormente, pelo *Almanach do Seculo*<sup>43</sup>: “inaugura-se em Tavira uma associação democrática denominada *Club Democrático Progressista*” (*Almanach do Seculo*, 1887:31). Em 1893, o *Almanach a Batalha* repetiria a notícia, exatamente nos termos do *Almanach do Seculo* (*A Batalha*, 1893:138). Como se verifica, nenhum dos periódicos consultados confunde o Club Democrata Progressista com um clube puramente republicano.

Apesar de a constituição do Club Democrata Progressista ter ocorrido, quase em simultâneo, com os primeiros clubes republicanos da província, o *Jornal dos Artistas* informava-nos de que a sua formação surgiu por desavenças internas, de carácter ideológico, é certo, no seio do Club Artístico Tavirense<sup>44</sup>, consumadas na

---

43 A notícia pretendia assinalar a data constituição do Clube, 6 anos depois.

44 Este Clube aparece igualmente mencionado no *Jornal dos Artistas* como Sociedade Artística Tavirense.

sequência de um baile de carnaval. Um Obreiro Democrata, correspondente do jornal, que acreditamos, em concordância com Barracosa Mendonça, tratar-se de Roque Feria, pela formação ideológica e pela defesa do cooperativismo, participou nesta rutura, que Um Penicheiro<sup>45</sup> classificou de “Conspiração Penicheira”. Acusaram um grupo de colegas e a direção do clube de desprezo pela educação dos operários. Como afirmou Um Obreiro Democrata, até o *Jornal dos Artistas*, defensor e educador dos operários, a direção do clube artístico tinha dificuldade em aceitar, não desistia da assinatura porque já estava paga. Só se interessava por aquilo que trazia trabalho aos artistas (*Jornal dos Artistas*, nº 16, 24/2/1876:3).

Na verdade, o Club Artístico morreu e o grupo de dissidentes formou uma nova sociedade. Inicialmente ponderaram chamar-lhe Club Progresso Tavirense ou Club Civilizador Recreativo, contudo, acabariam por designá-la de Club Democrata Progressista de Tavira. Foi uma forma de estabelecer o consenso entre os que pretendiam que se chamasse Club Democrata e os que defendiam Club Progressista. A sua finalidade seria de “civilizar, instruir e recriar os sócios” (*Jornal dos Artistas*, nº 22, 26/4/1876:3), no espírito do associativismo e cooperativismo, ideais pelos quais pugnava o *Jornal dos Artistas*. Esta formação ocorreu em 27 de abril de 1876, um mês e meio após a reunião da rua do Alecrim e dois meses antes de ter sido ensaiada a descentralização republicana para o Algarve. Não deixa de ser um facto que, apesar de ter surgido anteriormente à estratégia implementada pelo Centro Republicano Democrático de Lisboa, o Club Democrata Progressista de Tavira enquadrava-se no plano equacionado pelo *Jornal dos Artistas* para responder ao apelo de descentralização dos republicanos de Lisboa.

O Club Democrata Progressista surgiu, de igual modo, anteriormente à constituição do Partido Progressista, que ocorreu em setembro de 1876<sup>46</sup>, pelo que não pode ter sido formado em alinhamento com este novo partido, apesar das dúvidas

---

45 Este correspondente interveio uma única vez no jornal, em apoio de Um Obreiro Democrata.

46 O Pacto da Granja foi um acordo firmado a 7 de setembro de 1876, entre as lideranças dos dois grandes partidos da esquerda parlamentar de então, o Partido Histórico e o Partido Reformista. A fusão deu origem ao novo Partido Progressista, sob a liderança de Anselmo José Braamcamp, após a assinatura do acordo a 4 de dezembro de 1876 (Fernandes, 2007:158).

iniciais existentes, em alguns setores da sociedade portuguesa, quanto ao verdadeiro modelo político que defendia<sup>47</sup>.

É nossa opinião que *O Club Democrata Progressista* foi um clube de defesa dos artistas, onde um grupo, onde militava Roque Faria, pretendeu implementar a linha ideológica da “República Socialista”, de inspiração proudhoniana, perspectiva seguida pelo *Jornal dos Artistas* de Portimão. Pretendia instruir os artistas numa cultura de associativismo e cooperativismo<sup>48</sup>. Como referiu Pacheco Pereira no estudo que fez sobre o assunto, “os jornais associativos contribuíram para a formação de uma consciência operária e foram um passo para a progressiva compreensão da necessidade de autonomia da classe perante o patronato e o Estado” (Pereira, 1981:142).

Esta nossa interpretação pode ser comprovada pelo artigo assinado por Um Obreiro Democrata, onde se congratulava pela constituição de uma cooperativa de

---

47 Atente-se à discussão mantida no Parlamento, em 1877, entre Anselmo Braamcamp e Luciano de Castro, por parte do Partido Progressista, e Júlio Vilhena do Partido Regenerador. De acordo com as declarações proferidas pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros (do Partido Regenerador no governo), a quem o deputado Luciano de Castro pedia explicações, o programa progressista continha “ideias subversivas da ordem pública, da liberdade e das instituições vigentes” (*DCD*, nº 18, 27/1/1877:185-195); estavam ameaçados “o país, a sociedade, a ordem pública e a monarquia” (*ibidem*). A resposta, por ausência do ministro, coube ao deputado regenerador Júlio Vilhena que confirmou a opinião do seu partido de que o programa progressista “proclama princípios que, a realizarem-se, fariam uma revolução completa na organização da sociedade portuguesa; reconhecendo ao mesmo tempo que proclama outros que são exatamente os nossos” (*ibidem*). A grande questão alvo das suspeições que recaíam sobre o programa progressista era a afirmação de que “é necessário investir diretamente com o Rei” (*ibidem*). Isto levou o partido Regenerador, e largos setores da sociedade, a considerar o emergente Partido Progressista como potencialmente revolucionário e republicano. Em resposta, Luciano de Castro explicou que a afirmação não podia ser descontextualizada e que investir com o Rei era uma tese que decorria dos “perigos que podem resultar da decadência e da falsificação do sistema representativo e se este recurso falece, só resta o supremo remédio da revolução...” (*ibidem*). Júlio Vilhena reforçava, triunfante, esta afirmação “é preciso investir diretamente com o Rei. É o prólogo da revolução” (*ibidem*). Luciano de Castro rematou afirmando que “não se pode ter medo de um partido que começa por declarar no seu programa que é francamente monárquico” (*ibidem*). Perante esta declaração serenaram os ânimos e Júlio Vilhena congratulou-se porque, como referiu, “obriguei o Sr. Luciano de Castro a explicar o pensamento do programa do partido progressista, associando-se às ideias monárquicas que estão no ânimo da câmara e do país. Talvez eu interpretasse mal as palavras do programa, e estimo que s. Ex.<sup>a</sup> tivesse ocasião de afirmar a sua adesão à monarquia” (*ibidem*). Estas dúvidas, porém, eram injustificadas, em virtude de o Partido Progressista ter publicado o seu programa o que constituía uma novidade. Aconteceu que o Partido Progressista nasceu ideologicamente próximo dos Reformistas, mas com a organização dos Históricos, o que confundiu as pessoas (Fernandes, 2007: 160)

48 Roque Faria viria a assumir a sua opção radical/federalista nos jornais que dirigiu: o cooperativismo representava a faceta económica do federalismo político/administrativo isto é, sendo o indivíduo um ser naturalmente societário, o cooperativismo surgia como o autogoverno de base das federações económicas. Como afirmou Antero de Quental citando Proudhon, tratava-se de “pôr em harmonia a política com a economia” (Quental, 1982:215).

ferreiros que levou todos os ferradores a casa de José João do Carmo Vieira (*Jornal dos Artistas*, nº 37, 20/7/1876:3). Esta, na opinião do correspondente, “foi o fruto que um dos ramos de indústria da minha terra [Tavira] colheu com a leitura do seu *Jornal dos Artistas*” (*ibidem*). Em setembro de 1876, era a vez de se formar uma Sociedade Livraria, com Gabinete de Leitura, iniciativa de “cinco moços novos” (*Jornal dos Artistas*, nº47, 28/9/1876:3) o que provocaria a “chacota” dos tavirenses. Em novembro de 1876, formava-se uma cooperativa de consumo de tabaco, mas o objetivo era alargar a outras áreas. As inscrições de sócios eram em casa de Roque Feria.

O novo clube, Democrata Progressista, pretendia pautar a sua intervenção “longe de uma política nefasta que tão dividida e mal quista traz à maioria dos Tavirenses entre si” (*Jornal dos Artistas*, nº 22, 6/4/1876:3). A ausência de propósitos de intervenção política foi contrariada pelos artigos anteriores à constituição do Clube, onde foi defendido, pelo correspondente Um Obreiro Democrata, a necessidade de um compromisso político dos artistas com o grande partido revolucionário que defendia a emancipação da classe operária (*Jornal dos Artistas*, nº 5, 9/12/75:3). Teria sido, assim, mera coincidência a “Conspiração Penicheira” ter ocorrido em sintonia com a primeira tentativa de constituição do PRP?

Pacheco Pereira, nos seus estudos, constatou a frequência do envolvimento político dos clubes de artistas e das divisões provocadas: “embora a posição oficial do associativismo fosse a independência política e partidária, os ativistas do movimento embarcavam com frequência no canto de sereia dos políticos, o que era uma das fontes dos conflitos frequentes entre associações” (Pereira, 1981:143).

A 15 de junho de 1876, Roque Feria assinava um artigo no *Jornal dos Artistas* onde clarificava a sua opção política<sup>49</sup>, dava conta das divisões existentes no seio dos artistas e das dificuldades para os instruir: “se a maior parte dos nossos artistas não sabem o que é democracia, o que se entende por sufrágio universal, nem tão pouco o que é a liberdade de consciência, como poderão eles compreender as vantagens que

---

49 Roque Feria anunciava a venda, em Tavira, dos volumes da Biblioteca Republicana Democratica, Almanaque dirigido por Carrilho Videira para o ano de 1875, cuja leitura recomendava aos artistas.

resultam do dilema político que tenha em si considerado estes três princípios?” (*Jornal dos Artistas*, nº 32, 15/6/1876:3).

As lutas políticas/ideológicas não foram estranhas ao movimento associativo oitocentista, como destacou Pacheco Pereira: “tais conflitos não se travavam dentro da vida associativa propriamente dita (que era escassa e reduzida a um número pequeno de pessoas), mas nos jornais, porta-vozes dos principais ativistas do movimento associativo. Estes eram muito personalizados e serviam como instrumento da intervenção do associativismo ao lado das lutas políticas” (Pereira, 1981:143).

Por fim, na carta de 15/6/1876, Roque Faria declarava que, “pessoa competentíssima<sup>50</sup> assegurou-me que se trata de organizar nesta cidade [Tavira] um centro que tem por fim propagar as ideias democráticas, porém, por ora nada mais posso assegurar a tal respeito; mas se assim for, ele que venha, que a luz é sempre necessária para os que marcham incertos nas trevas” (*Jornal dos Artistas*, nº 32, 15/6/1876:3). Pelo exposto se conclui que Roque Faria aludiu, como correspondente do jornal em Tavira, à estratégia de descentralização do centro de Lisboa, antes mesmo de o *Jornal dos Artistas* o fazer.

Como se depreende da notícia, a criação desse outro centro não se podia confundir com o Club Democrata Progressista, a não ser que alguns membros de um eram os promotores do outro. A tentativa de politização do clube esbarrou na divisão dos artistas, o que levou alguns associados a aderir à criação de um novo centro, em junho, fiel aos ideais republicanos. A sua constituição, sob a forma de Associação Livraria, seria noticiada a 28/9/76, “disfarçada” entre uma cooperativa de ferreiros e uma futura cooperativa de tabacos, como se se tratasse de mais uma sociedade, no espírito do *Jornal dos Artistas*. Ter-se-ia gorado a tentativa de criação de um centro republicano, em junho, e esta foi a forma encontrada para responder ao apelo de Lisboa?

No ano que se seguiu, houve períodos de silêncio de Um Obreiro Democrata, que o próprio constatou, três intervenções contra as 18 no ano anterior. Estas não se

---

50 Referir-se-ia a João Bonança, membro do Diretório?

pautaram por qualquer compromisso político de caráter republicano: um incêndio<sup>51</sup> e o andamento do associativismo em Tavira que, como voltava a constatar, continuava a não ter a adesão dos artistas.

A missão estava cumprida, estava dado o primeiro passo para a constituição de uma associação republicana em Tavira, aproveitando para isso as estruturas do Club Democrata Progressista, à imagem da Livraria que Carrilho Videira mantinha em Lisboa: local de encontro e discussão ideológica. A estas valências acrescia a instrução, com um Gabinete de Leitura que viria a ser uma característica dos centros republicanos no final da Monarquia Constitucional.

Os propósitos políticos dissimulados da Associação Livraria não passaram despercebidos aos tavirenses e os “risos” da população foram constatados por Um Obreiro Democrata.

Não nos restam dúvidas do aproveitamento do Club Democrata Progressista para fins políticos republicanos/socialistas, por parte de um grupo de sócios, onde se incluíam, pelo menos, Roque Feria e os “cinco moços novos”, que acreditamos serem os mesmos que constituíram uma cooperativa de tabacos.

A nova Sociedade Livraria, sob designação de Livraria Central, girava sob a firma *RF& C<sup>a</sup>*<sup>52</sup>. Estava, assim, cumprida a estratégia do *Jornal dos Artistas* de utilizar os correspondentes locais para a descentralização republicana.

No final, o Club Democrata Progressista não se comprometeu com o projeto republicano. No primeiro aniversário, o Presidente deu, inclusivamente, Vivas à Monarquia, conforme noticiou o correspondente sob o anonimato das iniciais M.R.:

”Na abertura, em lugar de foguetório e outras coisas pelo estilo, tivemos o prazer de ouvir do presidente da direção, algumas frases (por certo bem nobres) dedicadas a essa infeliz quanto merecedora classe operária, e que finalizaram com três vivas à Independência Nacional e Monarquia Portuguesa, à civilização, à ciência e ao Club Democratico Progressista. Vivas que foram calorosamente aplaudidas (notando somente a meu ver, que a monarquia

---

51 Roque Feria esteve ligado à fundação da corporação de Bombeiros de Tavira e foi o seu primeiro presidente.

52 Acreditamos que se tratava da sociedade comercial de Roque Féria.

estava demais naquelas palavras puramente democráticas) ” (*Jornal dos Artistas*, nº 78, 5/5/1877:3).

Em simultâneo, o Presidente da Direção manifestava a sua esperança de que todos os sócios, e em especial os operários, acabassem de vez com aquilo que classificou como “niquices”. O Presidente fazia questão de afirmar, publicamente, a pluralidade política do Club Democrata Progressista, para que não se confundisse com um clube republicano.

Em 1884 nascerá, em Tavira, um outro centro, com propósitos republicanos claros, onde militará Roque Feria que manterá a fidelidade a alguns dos princípios que defendeu no Club Democrata Progressista de defesa dos operários, da “República Social”, a facção radical, federalista e socialista, a esquerda republicana, apesar do reacender das divergências agora, entre republicanos.

O início da década de 80 foi a fase onde o sonho de reunião da família republicana voltou a ser alimentado por iniciativa do Clube Henriques Nogueira do Círculo 96, que resultou de uma cisão no Centro Republicano Federal. Manuel de Arriaga e Teófilo Braga, que já haviam saído do Centro Republicano Democrático em alinhamento com os federalistas Carrilho Videira e Ladislau Batalha, saíram agora para fundar o Clube Henriques Nogueira.

Não deixa de ser um facto que, na década de 70, pela primeira vez, os republicanos ensaiaram a divulgação das suas ideias pelo país, através da criação de clubes que haviam de persistir até ao final da Monarquia. Estes centros desenvolviam uma ação pedagógica, a par da militância política, eram sociedades de instrução e recreio, auxílio e discussão ideológica. Através deles procurava-se ganhar influência eleitoral, no entanto, não será possível falar, ainda, como já afirmámos, de um partido organizado. Não havia um chefe incontestado, os centros regionais continuavam a reclamar a sua independência político-ideológica e a viver da iniciativa de uns quantos dirigentes locais que os dinamizavam (Catroga, 2010a:18-20).

Em Tavira, eram os casos de Roque Feria e mais tarde, na década de 80, de Emiliano Parreira, que, como afirmava o jornal *O Futuro*, “atearam vigorosamente o fogo vivificador da democracia” (*O Futuro*, nº 770, 3/10/1907:1). Foram “dois

beneméritos que ao partido prestaram serviços relevantíssimos, à custa de sacrifícios muito penosos” (*ibidem*).

No *Almanach do Mundo* foi, igualmente, referenciado, mais do que uma vez, a morte em 1886 do eminente republicano Dr. Francisco Emiliano Parreira, pelo seu destacado empenho à causa do associativismo (*Almanach de O Mundo*, 1909:19). Efetivamente, Emiliano Parreira viria a ser o primeiro Presidente do Centro Republicano de Tavira em 1884 e Vice-presidente do Conselho Provincial do PRP<sup>53</sup>.

## 2.2. A organização partidária republicana

A década de 80 viu crescer o republicanismo, em grande parte graças ao triunfo das comemorações do Centenário (da morte) de Camões. Foi o começo de uma Nova Era, nas palavras de Teófilo (Braga, 2010:cap.XIV-183-196). Pela primeira vez, os republicanos, sob liderança de Teófilo Braga, conseguiram a unidade necessária para a organização das comemorações. Tentaram dar-lhes uma conotação cívica, contrapondo a decadência da Pátria à glória do passado. A Monarquia, desvalorizando o acontecimento, conotando-o de republicano e demarcando-se dele, deu não só projeção aos republicanos, como assinou a sua autodestruição.

A partir desta década, o republicanismo pôde apropriar-se de uma retórica nacionalista<sup>54</sup> que perduraria até final da Monarquia e da ideia que só a República poderia recuperar a grandeza colonial. Como afirmou Oliveira Lopes, os republicanos “elegendo por seu patrono Camões, ligou [ligaram] a sua glória aos seus destinos, e estes aos destinos da nacionalidade” (Lopes, 1947:38).

Do mesmo modo, as comemorações do Centenário de Pombal (1882) e o posicionamento contra o Tratado de Lourenço Marques (1881) capitalizaram simpatizantes para a causa republicana. Este facto é-nos reportado pelo *Archivo*

---

53 Cf. nota 20, pp. 22.

54 Apesar de se apropriarem da retórica nacionalista, os republicanos não a inventaram, pois a defesa das colónias passou a integrar a agenda de todas as forças políticas, mesmo as monárquicas, a partir do último quartel do século XIX. Os progressistas já haviam levantado a questão da Concessão Paiva de Andrade em dezembro de 1878 (Fernandes, 2007: 223).

*Democratico*, “a grande campanha levantada contra o tratado de Lourenço Marques, em 1881, atraiu-lhe as simpatias do público. Milhares de adesões surgidas de todos os pontos do país, o provaram” (*Archivo Democratico*, 1910:118).

Na verdade, a ideia de uma República nacionalista e defensora das colónias passou a ser um elemento fundamental da propaganda. Como legendou Rafael Bordalo Pinheiro uma sua caricatura no jornal *António Maria* sobre o acontecimento, “Camões agradece aos altos poderes do estado não terem ido à sua procissão e terem-no feito republicano com o que muito ganhou a ideia” (Oliveira [no prelo], 2011: 8).

O êxito retumbante das comemorações de Camões e Pombal e a derrota que isso significou para a Monarquia fizeram multiplicar os centros republicanos pelo país. No Algarve, o almanaque *A Victoria da Republica* de 1887 registava cinco centros, enquanto em Lisboa existiam 4 centros, 17 clubes e 6 associações republicanas (*A Victoria da Republica*, 1887:14). Comparativamente, existiam 27 organizações em Lisboa, 4 no Porto e 17 na Província e Ilhas, incluindo as 5 do Algarve (*ibidem*).

O *Almanach Republicano* referenciava, por seu lado, 31 centros em Lisboa em 1887 e afirmava que já haviam sido muitos mais. A redução ficou a dever-se a lutas internas entre moderados e radicais, as fações que persistiam entre os republicanos na década de 80 (*Almanach Republicano*, 1887:81-85). Essas lutas ideológicas também tiveram expressão no Algarve, com a intervenção de Roque Faria, representante da facção radical, adepta do federalismo, da “República Social”, da revolução como via de acesso ao poder, em alternativa à via eleitoral/evolucionista. *O Combate*, em Tavira, era o jornal que dirigia e que representava esta facção.

À medida que os republicanos se afirmavam na sociedade portuguesa, com iniciativas que tinham a adesão popular, crescia a perseguição dos partidos monárquicos. Em 1881 formou-se a Liga Economica do Partido Republicano para socorrer os militantes atingidos pela perseguição monárquica e sustentar as despesas eleitorais (Catroga, 2010a:36). Esta Liga não teve, certamente, grande sucesso pois, em 1887, *A Provincia do Algarve* noticiava uma subscrição aberta pelo PRP para ocorrer às despesas eleitorais, à qual aderiu com 1500 réis (*A Provincia do Algarve*, nº 49, 1/3/1887:2). Em 1888, *O Porvir* aderiu a nova subscrição, desta vez aberta pelo jornal

*O Radical* de Felizardo Lima, para a organização de comícios republicanos radicais (*O Porvir*, nº 8, 16/12/1888:2).

Em inícios da década de 80, os republicanos começaram a sentir necessidade de uma organização partidária, de um programa e de uma direção, como se comprova pela afirmação do deputado Rodrigues de Freitas<sup>55</sup> no Parlamento:

“Eu milito num partido não digo bom, eu, sendo republicano, posso dizer que tenho a felicidade de não pertencer a um partido; quero dizer, o partido republicano não está definitivamente organizado em Portugal; é assim que o considero. E é certo que entre nós sucede às vezes que enquanto os partidos não estão organizados são mais fortes do que durante a sua organização, e principalmente na hora do seu próprio triunfo... Quero dizer que não estou aqui como interprete do partido republicano português, o qual se pode considerar como no estado rudimentar. Neste partido tem de haver divergências, como acontece no monárquico; e decerto a estas horas as há. Não serei eu que me darei como representante desse partido, não tenho poderes para tanto, sou republicano e nada mais “ (*DCD*, nº 17, 27/1/1880:262).

Contrariando essa opinião, o jornal *O Suffragio Universal* afirmava: “o partido republicano, fundado já há bastantes anos, tem ultimamente desenvolvido uma propaganda tão séria (...) acha-se hoje bem conceituado pela opinião pública e pode fazer face aos partidos monárquicos (...) (*O Suffragio Universal*, nº 1, 18/8/1881:3). Em simultâneo, o mesmo jornal referia-se à falta de disciplina existente entre os republicanos dos centros de Lisboa.

Em 1879 tinha-se formado o Centro Republicano Federal de Lisboa, resultante da expulsão dos radicais do Centro Democratico Republicano. Este ensaiou, pela primeira vez, uma tentativa de coligação dos centros e jornais republicanos do país, mas o projeto falhou. Os democratas (moderados) recusaram sentar-se à mesa com os federalistas (radicais) de Carrilho Videira, um dos expulsos do Centro Democratico Republicano (Freitas, 2011:63).

---

<sup>55</sup> Em novembro de 1878 foi eleito pelo Porto o primeiro deputado apresentado em Portugal aos eleitores como republicano, José Joaquim Rodrigues de Freitas, que anteriormente (1870-74) fora deputado pelo Partido Histórico.

Em 1881 era fundado o Centro Eleitoral Republicano Federal do Círculo 96, conhecido como Clube Henriques Nogueira, resultado de mais uma cisão, desta vez ocorrida no Centro Republicano Federal. Este recuperaria a ideia de unificação das diferentes fações republicanas (Freitas, 2011:67). Para isso, reuniu-se uma assembleia de delegados dos centros republicanos de Lisboa (1882) onde foram discutidas as propostas de Manuel de Arriaga, “Projeto de Organização Definitiva do Partido Republicano Português” e outra, a vencedora, de Teófilo Braga. A proposta de Teófilo era coincidente com a de Arriaga na ideia de federação dos centros republicanos do país (Freitas, 2011:70).

O congresso republicano de junho de 1883 aprovou, ainda, as propostas de reunião de delegados dos centros de Lisboa, bem como a participação dos jornais republicanos na vida do país e foi acordada a realização de congressos de dois em dois anos (Freitas, 2011:70). Foram igualmente criados dois órgãos nacionais republicanos, uma comissão executiva e uma comissão consultiva (Monteiro, 2009:23).

Em 1884, Manuel de Arriaga, presidente da Comissão Executiva do PRP, enviava circulares aos clubes da província pedindo-lhes relatórios da sua existência e dos trabalhos desenvolvidos (Freitas, 2011:71).

É um facto que Lagos se antecipou a Tavira na organização de um centro republicano. A resposta atrasada de Tavira (1884) prendia-se com as lutas entre os republicanos locais. A desconfiança relativamente aos trabalhos do Congresso de 1883, manifestada por Carrilho Videira e que pudemos testemunhar no *Almanach Republicano* (1885:32-37) refletiu-se em Tavira, onde existia cumplicidade entre Roque Feria e a fação radical de Lisboa, o que o levou a reagir em sintonia com aquela. As lutas ideológicas dos centros de Lisboa tiveram a sua expressão em Tavira.

Desmoulins, correspondente de *O Seculo*, a respeito da constituição do Centro Republicano de Tavira, constatava que, “ já não é sem tempo e hoje mais do que nunca, se faz sentir a falta de união que se nota entre os republicanos desta localidade” (*O Seculo*, nº 1109, 21/8/1884:3). Esta formação do Centro Republicano em Tavira não constituiu, como se comprova pelo excerto apresentado, a união dos militantes. Seria um problema ideológico refletido na luta pela liderança? É essa a nossa convicção, uma luta entre os republicanos da “velha guarda”, da linha radical de

Roque Faria, e os “novos” republicanos, da linha moderada, adepta dos meios evolucionistas. Como suporte desta nossa opinião, tenha-se em atenção o excerto: “o partido republicano conta hoje aqui com elementos de primeira ordem: caracteres dignos e sérios, envergonhados das misérias que se dão no campo monárquico e descrentes da regeneração da pátria com tão deletérios elementos, se declaram republicanos, e nós, republicanos de velha data, orgulhar-nos-íamos tendo por chefes os elementos a que nos referimos, tanto é a confiança que nos inspiram” (*ibidem*). É neste contexto que entendemos o incentivo dirigido aos republicanos do Círculo 94 de Tavira, por Jacinto Nunes, no jornal *O Seculo*, cujo objetivo era recordar-lhes a verdadeira luta contra o inimigo comum, a Monarquia, ao mesmo tempo que apelava à necessidade de votar: “cremos que compreendereis bem o que tendes a fazer e não deixareis de fazer uso do direito de votar “ (*O Seculo*, nº 1052,14/6/1884:2). Não era a facção radical, representada pelo republicano da “velha guarda” Roque Faria, descrente dos meios evolucionistas?

Os republicanos de Lagos responderam desde o primeiro momento ao apelo do partido. Mesmo antes da ratificação pelo Congresso das propostas da Assembleia de Delegados dos centros de Lisboa (1883), formava-se o Centro Eleitoral Democratico Lacobrigense (1882) e em janeiro de 1883, o primeiro jornal propagandista republicano algarvio, *A Folha Democratica*. Afirmava *A Folha Democratica*: “precisamos de formar centros próprios ou sucursais do centro principal em todas as cidades e vilas do Algarve onde um número maior ou menor de cavalheiros professe as ideias firmes e convictas dos verdadeiros republicanos decididos” (*A Folha Democratica*, nº 7, 1/3/1883:2). Os republicanos de Lagos antecipavam-se, assim, ao Congresso de 1883 e trabalhavam, sob uma aparente união, pela disseminação do ideário republicano no Algarve.

Os republicanos de Lagos mostravam-se em sintonia com a facção moderada do Clube Henriques Nogueira, os de Tavira mostravam-se desunidos, alinhando parte deles com a facção radical/federalista, descrente dos meios evolucionistas, reunida em redor de Carrilho Videira. Apesar das divergências, a facção de Carrilho Videira acabaria por aderir ao apelo do Clube Henriques Nogueira, facto referido no *Almanach Republicano*:

“Efetivamente são muito consideráveis os progressos que as ideias republicanas vão fazendo em Portugal. Há já um partido militante que graças à energia e perseverança de meia dúzia de boas vontades, entre as quais não podemos deixar de especializar Magalhães Lima, pela atitude digna que ultimamente tem ostentado, encontra-se finalmente no verdadeiro campo da luta, postado e firme frente a frente ao inimigo, que são todos os monárquicos”. (*Almanach Republicano*, 1883:155).

Os republicanos de Tavira conseguiram, finalmente, tal como os de Lisboa, uma aparente unidade, consumada na constituição de um centro, em 1884, cujo primeiro Presidente foi o conceituado médico republicano, Emiliano Parreira<sup>56</sup>.

Estava superada a fase do clubismo e o estádio protopartidário do PRP. Nessa vertente de ideias, o PRP tornava-se um partido moderno, com uma direção, uma linha política, um crescente empenho eleitoral (Catroga 2010a:38) e iniciava uma estratégia nacional. Este facto não invalidava, porém, a persistência de divergências.

Na sequência dos trabalhos do Congresso do PRP, em junho de 1883, ocorreu a vinda dos quadros do partido ao Algarve, Magalhães Lima, Anselmo Xavier, José Jacinto Nunes, entre 7 e 17 de novembro de 1884<sup>57</sup>. De acordo com os estudos de

---

56 Emiliano Parreira tinha 66 anos à data da constituição do clube. Era um médico de Loulé, em exercício de atividade em Tavira desde a epidemia de cólera que afetou a cidade, portanto, uma pessoa conceituada na terra, quer pela profissão quer pela idade. O próprio médico sobreviveu três vezes à doença. Pelo que se depreende, tinha a seu favor o facto de ser de fora da localidade, o que lhe dava, certamente, algum distanciamento das lutas políticas e pessoais alimentadas por Roque Faria. Não nos restam dúvidas que Emiliano Parreira foi a solução consensual que permitiu a constituição do Clube Republicano de Tavira: tinha a confiança do partido que o aceitou para Vice-presidente do Conselho Provincial; tinha o apoio dos radicais, de tal forma que foi elogiado por Gustavo Cabrita em *O Futuro* (*O Futuro*, nº 770, 3/10/1907:1). Finalmente, podemos atestar que, após a sua morte em 1886, o Clube Republicano de Tavira desfez-se, tendo-se reativado as lutas internas entre moderados e radicais. O ano de 1887 caracterizou-se pelo reacender das divergências alimentadas pelo jornal *O Combate*. Porque teria Emiliano Parreira a confiança dos radicais e em simultâneo dos moderados/evolucionistas? Teria sido Emiliano Parreira o Penicheiro, correspondente do *Jornal dos Artistas*, que saiu em apoio de Roque Faria na conspiração penicheira? Teria Emiliano Parreira estado ligado ao Club Democrata Progressista? *O Almanach do Século*, por altura da sua morte, referiu que, estivera ligado à fundação do Montepio Artístico Tavirense e que se dedicou “às associações”, sem especificar (*Almanach do Seculo* para 1887:121). No entanto, o jornal *O Seculo* também constatava, por contraste ao grande acolhimento da população de Tavira aos membros do diretório por ocasião da sua visita ao Algarve que, na década precedente, havia um único republicano na cidade: Roque Faria (*O Seculo*, nº 1181, 20/11/1884:1).

57 António Ventura situa, por lapso, a deslocação da delegação do PRP ao Algarve em julho de 1884 (2008:23).

Barracosa Mendonça, a viagem já estivera agendada por diversas vezes, mas não se concretizara devido às dificuldades de acesso à região<sup>58</sup> (Mendonça, 2010:2). Em Lagos, ficaram alojados em casa de José António Bourquin Braklamy, o presidente do recém-formado Centro Republicano daquela cidade, colega de curso de Magalhães Lima.

Pensamos que a vinda dos quadros republicanos ao Algarve, apenas em 1884, quando estava prevista desde o congresso de 1883, se deveu às divergências dentro do PRP, que afetaram, igualmente, os republicanos da província. Foi preciso esperar pela cedência dos radicais à unificação proposta pelo Clube Henriques Nogueira, para que se atuasse em consonância com uma estratégia partidária nacional. Os clubes republicanos de Tavira e Olhão só se conseguiram formar em agosto/setembro de 1884, o que justificou a deslocação dos quadros do partido em novembro. O centro de Tavira só aprovou os estatutos a 3 de novembro de 1884. Esta nossa interpretação pode ser suportada no propósito da deslocação, “assistir à inauguração de diferentes clubes”(O *Seculo*, nº1176, 7/11/1884:1).

Por ocasião da sua vinda, houve, então, comícios em Olhão, Lagos, Silves e Boliqueime<sup>59</sup>. Em Faro não se realizou qualquer *meeting*, alegadamente, por falta de tempo. Na Fuzeta, apesar de estar previsto um *meeting* e da adesão da população, o administrador do concelho proibiu-o. Em Tavira, a reunião de inauguração do centro foi dissolvida pelo administrador do concelho e no dia previsto, apesar do quartel se

---

58 Pudemos constatar que havia carreiras regulares de barco a vapor de Lisboa ao Algarve. Uma das carreiras, inaugurada em 1876, realizava-se duas vezes por mês, com saídas no dia 1 e 14, com paragens em Lagos, Portimão, Faro, Olhão, Tavira e Vila Real de Santo António. Os custos variavam entre os 7 mil e 500 réis para Lagos e os 9 mil réis para Vila Real de Santo António, para um bilhete de 1ª classe. A viagem demorava uma semana (*Almanach Republicano*, 1878:16). Com a linha de comboio até Beja (1864), o tempo de viagem foi bastante reduzido para quem quisesse viajar para o sotavento algarvio, mesmo assim, era um facto testemunhado pelo jornal *O Herald*, o acesso difícil ao Algarve. Quem viesse de Lisboa teria que atravessar o Tejo *no vapor*, seguidamente prosseguia de comboio até Beja, onde chegava às 11 horas da noite e esse facto implicava dormir nesta cidade. No dia seguinte, faria a viagem até Mértola, 12 léguas de carro de muar ou diligência, dependendo das posses. Ao chegar a Mértola, havia que tomar o *barco* até Vila Real de Santo António. Ao Domingo não havia vapor, pelo que era necessário programar a viagem a pensar nesse inconveniente. Como referia *O Herald*, o Domingo era destinado “ ao descanso das quilhas, das águas e naturalmente da tripulação” (*O Herald*, nº 1442, 27/3/1910:1-2). A partir de 1889, foi inaugurada a linha Beja – Faro. Foram estes os meios utilizados pelos membros do diretório do PRP na sua deslocação ao Algarve em 1884.

59 O comício de Olhão teve a participação de 5000 pessoas e o de Lagos de 4000, números certamente exagerados, mas que nos sugerem uma receção calorosa dos algarvios aos dirigentes republicanos.

encontrar de prevenção, o comício não se realizou, sob pretexto de que os republicanos pretendiam içar a sua bandeira no castelo (*O Seculo*, nº 1181, 13/11/1884:1).

É nossa convicção que a equipa que veio ao Algarve pretendeu dar um sinal de unidade, evidenciando a diversidade de opiniões dentro do PRP. Jacinto Nunes representava a facção mais moderada dentro do PRP, vindo, mesmo, a propor em 1887 a aliança com a esquerda dinástica de Barjona de Freitas<sup>60</sup> (Freitas, 2011:71). Magalhães Lima, pelo contrário, sendo um federalista convicto, merecia a confiança dos radicais, entre eles de Carrilho Videira que o elogiou no *Almanach Republicano* (*Almanach Republicano*, 1883:155). Anselmo Xavier foi um dos fundadores de *O Seculo* que integrava frequentemente a equipa que se deslocava pelo país.

Na pretendida unidade republicana, cabiam não só Roque Feria, mas em simultâneo os moderados correligionários de Lagos, Salazar Moscoso, a quem o radical chegou a chamar “o renegado” e a acusar de perseguidor do PRP quando foi administrador do concelho, e José António Bracklamy (*O Porvir*, nº 12, 13/1/1889:2).

Em resumo pode constatar-se que, no Algarve, na década de 80, formaram-se os seguintes centros republicanos: Centro Republicano de Tavira (1884); Centro Eleitoral Democratico Lacobrigense (Lagos - 1882); Associação Eleitoral e Escolar Democratica 18 de Junho de 1808 (Olhão – 1884); Centro Republicano de Faro (Faro – 1884); Associação Democratica Silvense (Silves - 1884); Centro Republicano de Portimão (Portimão - 1887); Cooperativa Instrução Popular (Loulé - 1888) (Mendonça, 2007:135).

Note-se a proximidade na constituição de centros, nas cidades onde havia clubes de artistas: Faro, Tavira e Silves. Olhão tinha ligações a Tavira, através da amizade entre Gustavo Cabrita e Roque Feria, e organizou um centro na mesma altura (agosto de 1884). A exceção foi Portimão, cujo centro só se constituiu em 1887. Seria pela proximidade de Lagos?

No que se refere ao almanaque *A Victoria da Republica* não registava o Centro Republicano de Portimão nos anos de 1887,1888,1889 e 1890. Como as informações

---

60 Esta proposta teve a veemente oposição de Manuel de Arriaga e seria derrotada no Congresso de dezembro de 1887.

eram recolhidas junto dos centros, fica-nos a dúvida acerca das razões da omissão.

Indicava, porém, os restantes e respetivos presidentes:

Centro Republicano de Tavira (omisso a partir do almanaque de 1889)

Centro Republicano de Faro (omisso a partir do almanaque de 1889)

Centro Republicano de Lagos – José António Bracklamy

Centro Republicano de Silves – Gregório Nunes de Mascarenhas

Centro Republicano de Olhão – Gustavo Cabrita

Centro Republicano de Loulé - António Vaz Mascarenhas (consta do almanaque de 1889).

Este último centro sustentava aulas de leitura e desenho e tinha, também, uma biblioteca. (*A Victoria da Republica*, 1889:12). *O Porvir* relatava, por seu lado, a festa promovida pela Cooperativa de Instrução e Recreio de Loulé, para assinalar o 1º de dezembro de 1640 (*O Porvir*, nº 57, 15/12/1889:2).

É estranho que Lia Ribeiro, nos estudos que fez sobre o assunto, tivesse omitido a atividade cultural (gabinetes de leitura e bibliotecas) do Centro Republicano de Loulé, tendo-a, no entanto, referido para o Centro Republicano de Tavira (1884)<sup>61</sup> e para a Associação Escolar Silvense (1886) (Ribeiro, 2011:57).

Note-se que os Centros de Tavira e de Faro referenciados nos anos de 1887 e 1888<sup>62</sup> ficaram omissos nos seguintes, aparecendo pela primeira vez o Centro Republicano de Loulé. *A Folha Democratica* de Lagos registava, ainda, em 1883, “o belo exemplo patriótico e alevantado dos nossos amigos políticos de Lagoa e de Aljezur, vila onde ultimamente um núcleo importante dos principais habitantes acaba de estabelecer um grupo iniciador, cujos pacientes resultados decerto não se farão esperar” (*A Folha Democratica*, nº 7,1/3/1883:2). A iniciativa, pelo que se infere, gorou-se.

---

61 O correspondente de *O Seculo* noticiava que “o novo centro fundará uma biblioteca, uma escola e um gabinete de leitura, e por isso pedimos a todos que lhe enviem quaisquer livros ou jornais, que assim prestam um importante serviço à causa da democracia” (*O Seculo*, nº 1127/9/1884:2). Recorde-se que em Tavira já funcionara uma Biblioteca e um Gabinete de Leitura na Sociedade Livraria, em 1876.

62 Como os almanaques se referem ao ano anterior, os centros estiveram ativos até 1887.

Como em 1891 o editor de *A Victoria da Republica* foi preso no Limoeiro, não saiu o Almanaque e nos anos seguintes não referenciou quaisquer centros.

### 2.2.1. As lutas internas no PRP – o radical Roque Feria

Em 1890, uma notícia biográfica que assinalava a morte de Roque Feria, ocorrida em abril de 1889, afirmava:

“O partido republicano deve imensos serviços a este honesto carácter a esta alma franca a este evangelizador sincero (...) Era por vezes mais do que um apóstolo chegou a tornar-se fanático dos princípios republicanos (...) Roque Feria entendia que a discussão, embora entre soldados do mesmo partido, era sempre proveitosa e mais útil, do que a obediência cega, a sujeição incondicional. Não entendeu assim um grande número de correligionários, e Roque Feria teve de sofrer diversas agressões, foi alvo de uma guerra bastante acintosa. No entanto, tudo o que ele disse, tudo o que ele escreveu, tem sido pouco a pouco confirmado pelos factos; e o partido tem aceitado a maior parte das indicações que Feria formulou no combate “ (*A Victoria da Republica*, 1890:81-84).

Luís Guerreiro referiu as desavenças com o comandante do Regimento de Tavira devido à acusação da transferência de dois sargentos, por lerem periódicos republicanos (Guerreiro, 2010:29). Teria sido este facto que, segundo Mendonça, teria levado ao encerramento do jornal *A Provincia do Algarve* (Mendonça, 2006b:187).

Efetivamente, desde 1888 que Roque Feria se ausentara de Tavira para fundar, em Olhão, o periódico republicano *O Porvir*, em parceria com Gustavo Cabrita. Terminou o jornal *O Combate* (1887/88), tal como o Centro Republicano de Tavira que deixou de ser mencionado no almanaque *A Victoria da Republica* de 1889. Assim, apontamos o ano de 1888 para a desativação do Centro Republicano de Tavira<sup>63</sup> e a “fuga” do radical Roque Feria para Olhão.

---

63 Emiliano Parreira, presidente do clube, morreu em 1886, o que deve ter contribuído para a desativação do centro. As lutas ideológicas em *O Combate* refletiam uma radicalização das posições, que não eram favoráveis à unidade. Apesar de não termos tido acesso a um número significativo de exemplares do jornal *A Provincia do Algarve* (1886/87), verificámos uma radicalização do discurso em *O Combate* (1887/88). O reacender das lutas ideológicas ao nível de Lisboa teve reflexos na província, em particular em Tavira, que já tinha evidenciado as divergências em 1876 e, novamente, em 1883/4, aquando da constituição do Clube.

Carrilho Videira relatou-nos, por outro lado, as lutas internas que afetavam os clubes e centros republicanos pelo país em 1887, consumadas no III Congresso realizado em agosto de 1887. Entre os radicais encontravam-se Carrilho Videira, Teixeira Bastos, Virgílio Crespo, Heliodoro Salgado, Borges de Azevedo, entre outros. A atividade de Roque Faria a favor da causa radical era reconhecida e assim o descrevia o almanaque *A Victoria da Republica*:

“ Foi um dos mais distintos apóstolos dos princípios radicais. Revolucionário por índole, Roque Faria pertenceu a essa falange de republicanos, descrentes dos meios evolucionistas e que pretendem que o partido seja não uma simples agrupação eleitoral, mas sim um grupo revolucionário, que, pela sua energia e coerência, constitua uma ameaça constante para com as instituições vigentes” (*A Victoria da Republica*, 1890:83).

Estas lutas internas monopolizaram, quase em exclusividade, as colunas de *O Combate* durante este período e Roque Faria recorria, quase sempre, a textos das figuras mais ilustres do partido, para justificar as suas próprias ideias, como se verifica no texto divulgado da autoria de Teixeira Bastos: “organizar o partido nos seus dois ou três grupos naturais mais característicos independentemente, cada um com o seu programa bem claro, e em seguida uni-los e federá-los, num congresso público e solene, onde se formule um programa médio, consignando nele somente os pontos em que estão todos de acordo” (*O Combate*, nº 23, 6/9/1887: 1).

Segundo Carrilho Videira, os radicais<sup>64</sup> apenas pretendiam a consagração das suas propostas num programa aprovado em congresso, onde houvesse uma verdadeira discussão de ideias, enquanto os evolucionistas (adeptos da via eleitoral para chegar ao poder) resistiam à sua elaboração, com vista ao alargamento da base social de apoio e ao triunfo eleitoral (*Almanach Republicano*, 1887:81-85).

---

64 Esta já tinha sido uma exigência de Antero de Quental, como se comprova no excerto: “Não pedimos que nos deis o Socialismo: dai-nos somente um lugar na república para o programa socialista, para a iniciativa socialista, para as reformas socialistas, e estaremos convosco de todo o coração, porque nos tereis dado quanto com justiça podemos exigir de vós, quanto com justiça pode o Socialismo exigir da República. Menos do que isto, porém, é menos do que o nosso direito, e nós a ninguém sacrificamos o nosso direito, nem o átomo dele. Muito menos o sacrificamos a uma vã palavra.” (Quental, 1982: 394).

A facção moderada era apoiada por Teófilo Braga, Elias Garcia e Jacinto Nunes e considerava que um programa que definisse claramente a marcha dos republicanos serviria para desunir as forças democráticas (Freitas, 2011:75). Manuel de Arriaga, não representando a ala radical do PRP, era um consensual. Por esse facto, apresentou ao congresso de 1887 os Traços Gerais para um Programa Republicano, onde se previa a coexistência das diversas facções e grupos dentro do partido, numa unidade federada (Freitas, 2011:74).

Roque Feria advogava, igualmente, a representação dos centros no diretório nacional, onde sentia que a província não tinha voz: “ o Partido Republicano, repetimos como Carrilho Videira, não são o Diretório, os seus diários e os centros da capital. O Partido Republicano é todo esse país que para aí sofre, trabalha e luta”(O *Combate*, nº 22, 30/8/1887:1). Esta era uma reivindicação de Carrilho Videira desde o congresso de 83. Estes factos levaram os radicais a faltarem ao Congresso de agosto de 1887, o que conduziu à realização de um Congresso extraordinário em dezembro.

Face à derrota das propostas radicais no Congresso de dezembro, O *Combate* de Roque Feria passou ao ataque, violentíssimo, contra o diretório do Partido Republicano, que acusava de “proceder vilíssimo e jesuítico”( O *Combate*, nº 39, 27/12/1887:1) ; de serem “ a aristocracia do diretório (...) os senhores do partido (...) os deuses do partido (...) Nós queremos, nós mandamos, eis o credo! Portanto não temos mais do que obedecer. Obedeça quem quiser que nós estamos resolvidos a reagir “ (O *Combate*, nº 46, 14/12/1888:2).

Virgílio Crespo, antes mesmo dos ataques, já havia dirigido uma carta de apreço a Roque Feria: “o periódico que o meu amigo dirige proficientemente e onde advoga com uma tenacidade verdadeiramente digna dos meus aplausos, os princípios radicais que eu também professo (...)”( O *Combate*, nº 37, 13/12/1887:3). Afinal, como se constata, os grandes da capital reconheciam o esforço dos “esquecidos” da província.

É um facto que no segundo processo movido pelo comandante do regimento de Caçadores 4 a Roque Feria, cujo julgamento ocorreu em 1889, foi Manuel de Arriaga que se dispôs a vir a Tavira defendê-lo<sup>65</sup>.

## 2.3. A Geração ativa e o assalto ao poder

### 2.3.1. A Publicação do programa em 1891

Em 1890, o jornal *A Barricada* ainda noticiava as divergências internas do PRP: "seria bom que todos procurassem reconciliar os republicanos em quem meros respeitos pessoais têm determinado algumas divergências. Estas são em todo o modo prejudiciais e tiram ao partido o caráter de unidade que tão preciso é, por isso que, num futuro que já não vem longe, ele tem de se unir para combater, talvez com armas na mão, o inimigo comum da nossa pátria=*monarquia*" (*A Barricada*, nº 1, 1890:3).

O funcionamento interno do PRP foi garantido com a publicação de normas e regras (1873, 1878 e 1886), mas só se pode falar de programa com a publicação de 1891<sup>66</sup>.

O novo programa, apesar de vago e de não contemplar as diferentes fações, foi da responsabilidade de Teófilo Braga, Manuel de Arriaga, Homem Cristo, Bernardino Pinheiro, Azevedo e Silva e Jacinto Nunes. Muitos consideraram que o programa foi imposto de forma ditatorial dentro do partido, por um pequeno grupo, sem passar pela sanção da Assembleia Geral. Alguns radicais recusaram-se a reconhecer a sua legitimidade (Freitas, 2011: 75). Roque Faria já tinha morrido nesta altura.

*O Futuro* de Gustavo Cabrita, sucessor de *O Porvir* em Olhão, dando seguimento a uma circular do diretório do PRP, anunciava o novo programa: "o Partido Republicano pelo seu Programa de 11 de Janeiro, deixou bem patente que as suas doutrinas são verdadeiramente científicas" (*O Futuro*, nº 6, 19/4/1891:1). Sobre as propostas nem uma palavra. A divulgação do programa por parte deste jornal só ocorreria em 1903, numa altura em que se iniciou a reorganização do PRP a nível nacional (*O Futuro*, nº 556, 2/8/1903:1).

Ao longo de toda a fase da propaganda, e mesmo após a tomada do poder, o programa de 1891 seria quase sempre ignorado. Somos levados a concluir, então, que

---

65 Apesar da defesa pelo correligionário Manuel de Arriaga, Roque Faria seria condenado a dois meses de prisão e a uma multa de 200 réis por dia, durante um ano (cf. cap. I). Manuel de Arriaga disponibilizou-se para a defesa de outros correligionários algarvios, no período da Monarquia Constitucional.

66 Cf. Anexo 1.

o mesmo surgiu apenas numa tentativa para apaziguar as divergências internas, numa fase difícil, em que havia que unir a família republicana. A sua publicação, todavia, não apaziguou as divergências dentro do PRP, agravadas com o fracasso do 31 de janeiro. Afirmava *O Futuro*: “não descremos da república, descremos dos republicanos de hoje” (*O Futuro*, 25/10/1891,nº33:1)

Os radicais e os moderados continuaram divididos no que tocava às estratégias para alcançar o poder. *O Futuro* afirmava-se representante da facção radical, dando seguimento à linha traçada por Roque Faria, e mostrava-se adepto da via revolucionária, apesar de discordar da abstenção eleitoral proposta pelos radicais. Esta atitude, explicava, era adotada por muitos a nível nacional e não podia ser considerada como contraditória. Gustavo Cabrita mostrava-se menos intransigente nas posições que adotava do que o fizera o seu antecessor, Roque Faria.

Foi esta atitude consensual, com uma linguagem moderada, que terá garantido a *O Futuro* uma existência de 17 anos, num período de grandes dificuldades da imprensa, em que era o único periódico de propaganda republicana no Algarve, enquanto os jornais dirigidos por Roque Faria não resistiram mais de 2 anos.

### 2.3.2. As dificuldades do PRP (1891- 1903)

Em 1890, a Monarquia e os partidos que a serviam dariam mais oportunidades ao PRP de se afirmar. O Ultimato (1890) e a Bancarrota (1892) permitiram mais uma vez a utilização da retórica nacionalista republicana, associada à necessidade de regressar às glórias passadas. Este discurso, tão bem acolhido pela opinião pública que se sentia humilhada pela Inglaterra, era agora completado com um posicionamento “anglofóbico”<sup>67</sup> que persistiria até à implantação da República.

---

67 Termo utilizado por Nuno Severiano Teixeira (2005:passim). Concordamos com o autor e como prova do sentimento antibritânico entre a população portuguesa, temos a primeira versão do Hino Nacional, da autoria de Alfredo Keil, surgida após o *Ultimato*, cuja versão “contra a Inglaterra marchar, marchar”, viria a ser substituída por, “contra os canhões marchar, marchar”, após a sua adoção.

O PRP sentiu-se mesmo com força suficiente para ensaiar a primeira tentativa de golpe revolucionário a 31 de janeiro de 1891. O fracasso deste golpe levou a prisões e divisões internas que desorganizaram o partido.

Iniciou-se um período de quebra de ativismo político em consequência do desconcerto vivido pelo PRP, ideia veiculada pelo jornal *A Vanguarda*, que referiu o encerramento dos centros republicanos de Lisboa e nomeou outros, encerrados na província. Este encerramento causaria grave prejuízo ao ensino aí ministrado pois, só em Lisboa, o Grémio Fernandes Tomás e a Escola Infantil para os Filhos do Povo lecionavam 100 alunos (*A Vanguarda*, nº1, 9 /3/1891:1).

*O Futuro* dava eco do desespero dos republicanos: “não morre, não pode morrer o partido republicano” (*O Futuro*, 7/8/1892:1). Os republicanos de Lagos, todavia, como nos dava conta este jornal, continuavam ativos, unidos em redor da eleição do candidato Bernardino Pinheiro por este círculo: “trabalham ativamente os republicanos de Lagos que para o efeito [eleição de Bernardino Pinheiro] contam com valiosos e importantes elementos de Portimão” (*O Futuro*, nº 80, 13/9/1892:2).

Como resultado de tudo isto, nas eleições de 1894, no rescaldo do fracassado 31 de janeiro<sup>68</sup>, o PRP apenas elegeu 2 deputados. No entanto, este discurso de desespero alternou com os sinais de esperança a partir de 1895: “e o país, creiam-nos todos, tem os olhos postos no partido republicano, como que implorando dele a sua regeneração e redenção” (*O Futuro*, nº 194,3/2/1895:1).

No que respeita ao Algarve, *O Futuro* noticiava as tentativas de reorganização dos centros republicanos em S. Brás e em Estoi (1899) e as tentativas de Silvestre Falcão para reativar o Clube Republicano de Loulé, cidade onde exercia medicina em 1897 (*O Futuro*, nº 310, 13/6/1897:1). Lagos era, porém, a única cidade algarvia que continuava com atividade republicana reconhecida: “o fim desta reunião [presidida por João Neto] (...) é mais uma prova a afirmar a vitalidade do partido republicano que a muitos se afigura bastante decadente” (*O Futuro*, nº 439,24/12/1899:1).

Em 1895, o Jornal *A Republica Portuguesa*, que se publicava no Rio de Janeiro, dava conta das tentativas de reorganização do PRP em Portugal. Fazia o levantamento

---

68 Esta situação verificou-se apesar da cúpula do PRP se ter demarcado dos sargentos do Porto e dos poucos oficiais envolvidos no golpe do 31 de janeiro.

das Comissões Municipais que se iam formando, indicando para o Algarve as de Lagos e Lagoa<sup>69</sup>. *O Futuro* noticiava, outrossim, a constituição desta última comissão, como a segunda a organizar-se no Algarve.

Barracosa Mendonça, por seu lado, afirmou que, na década de 90, existiram 4 Comissões Municipais Republicanas organizadas no Algarve, sendo que Olhão tinha tido a primazia. Assim, para além das comissões referenciadas pelo jornal *A Republica Portuguesa*, Barracosa Mendonça nomeou as de Olhão e Silves (Mendonça, 2007:137-138)<sup>70</sup>.

*O Futuro* também lamentava, em 1899, que “em Olhão, onde o partido republicano conta com elementos tanto ou mais valiosos do que em Lagos, porque é que não se tem procedido de igual maneira?” (*O Futuro*, nº 439 24/12/1899:1).

Para além da desmobilização, os republicanos algarvios ainda se encontravam divididos por quezílias. *O Futuro* lamentava-se: “os republicanos de Lagos que nem o mísero sacrifício anual de 1\$200 reis querem fazer para ajudar a manter o único jornal algarvio do seu partido. Os sacrifícios os tolos que os façam. Os tolos somos nós que há muito os devíamos ter conhecido” (*O Futuro*, nº 208, 19/5/1895:1).

Somos levados a concluir que, na década de 90, os republicanos de Lagos mantinham um ativismo político organizado no Algarve. Faltava, todavia, uma

---

69 A primeira era assim constituída: efetivos - João Madrieros Netto; Francisco de Jesus Gomes; Miguel Francisco Machado; Francisco António do Carmo; Fernando Augusto Correia Galvão. Substitutos - Joaquim do Nascimento Correia; Adolfo César Duhaut Labord; Vítor da Costa e Silva; Joaquim António Infante; José da Costa e Sousa (*A Republica Portuguesa*, nº 8, 20/7/1895:1). Para Lagoa, o mesmo jornal indicava a seguinte constituição: efetivos – Joaquim Eugénio Júdice, um dos quarenta-maior contribuintes do concelho, António Joaquim da Costa, proprietário, João Bernardo dos Santos, outro dos quarenta-maior contribuintes, Manuel da Silva Cristina, Industrial, José de Carvalho de Azevedo Lobo, proprietário. Substitutos – Joaquim José da Costa, igualmente quarenta-maior contribuinte capitalista, Gualdino Justino Prudêncio Duarte, pró proprietário, António José da Silva Cristina, comerciante e proprietário, Manuel das Silva Rocha, industrial, José Alberto Marques da Silva, farmacêutico e proprietário. Comissão executiva: Joaquim Eugénio Júdice, presidente, José de Carvalho de Azevedo Lobo, secretário (*A Republica Portuguesa*, nº 9, 27/7/1895:2).

70 As *Comissões Municipais e Paroquiais Republicanas* foram organismos criados sobretudo após o congresso de 1891, poucos dias antes da tentativa de 31 de janeiro. Antes já existiam algumas, mas as principais atividades políticas eram realizadas nos centros republicanos. Barracosa Mendonça referiu a constituição da Comissão Municipal Republicana de Olhão, em dezembro de 1890, eleita por cerca de cinquenta correligionários. A seguir ao 31 de janeiro, estas comissões seriam desativadas, apesar de em Silves continuar a haver alguma atividade, mas muito residual. É um facto que os jornais *A Republica Portuguesa* e *O Futuro* não referiram, em 1895, as *Comissões Municipais* de Olhão e Silves indicadas por Barracosa Mendonça, o que pressupõe a sua desativação anteriormente a esta data.

estratégia regional ao partido. As desconfianças e divisões, particularmente entre os republicanos de Olhão e de Lagos, eram notórias e vinham desde o final da década de 80.

Se o fracassado golpe de 31 de janeiro desorientou o PRP permitiu, igualmente, que se afirmasse uma nova linha ideológica no seu seio, representada pela “geração ativa” de António José de Almeida, Afonso Costa, Magalhães Lima, ou no que respeita ao Algarve, Silvestre Falcão, José Pires Padinha, Zacarias Guerreiro, Estêvão Vasconcelos e outros. O declínio do PRP durou, na opinião de Oliveira Lopes, até 1903, quando António José de Almeida regressou de São Tomé e Bernardino Machado aderiu ao partido. Esta mesma ideia foi-nos veiculada por *O Futuro*. Em 1902 ainda afirmava acerca do PRP: “ os ânimos esfriaram, os entusiasmos arrefeceram, o desdenho inutilizou uns, a inércia apossou-se de outros; a descrença invadiu o maior número” (*O Futuro*, nº 529, 9/11/1902:1).

A partir de 1903, *O Futuro* começou a noticiar a reorganização do partido: “parece que se está trabalhando na reorganização do partido republicano português, insuflando-lhe vida nova” (*O Futuro*, nº 551, 7/6/1903:2). Foi neste arranque que aquele periódico noticiou a adesão de Bernardino Machado em 1/11/1903.

Nesta ordem de ideias, reconstituíram-se as comissões, renasceram os centros, fortaleceu-se a imprensa e os republicanos passaram a atuar como um verdadeiro partido de alternativa ao regime. Esta reorganização do PRP a nível nacional teria expressão no Algarve, na fundação do Centro Republicano de Tavira, em 19 de Julho de 1903, na sequência da deslocação a Lisboa em 26/6/1903 de Silvestre Falcão, para conferenciar com o diretório do partido. Contudo, nem *O Seculo* nem *O Mundo* deram conta deste facto, nas suas habituais notícias sobre a província.

### 2.3.3. A unidade partidária (1906 - 1910)

No início do século XX, o PRP conseguiu unir-se e mobilizar as massas graças à luta contra a ditadura franquista (1906) (Homem, 1990a:60). Transformou-se então num partido de massas (urbanas), deixando de o ser só de quadros intelectuais. O PRP era, finalmente, uma alternativa ao regime. Diria António José de Almeida, “D. Carlos e

João Franco deram à ideia republicana um impulso vertiginoso (...) Nem um milagre salvaria a monarquia” (cit. Lopes, 1947:285).

Só a partir de 1906 se pode falar do renascimento da organização republicana no Algarve onde, de acordo com *O Futuro*, “sob as cinzas de um indiferentismo glacial, parecia estar extinto o fogo vivificador da democracia” (*O Futuro*, nº 7790, 3/10/1907:1). O mesmo periódico deu-nos conta da reunião realizada em Portimão em 25/6/1906, onde estiveram representantes republicanos de 10 concelhos do Algarve. Como demonstrou Barracosa Mendonça, nesta reunião só estiveram ausentes os concelhos mais ruralizados e mais pobres de Aljezur, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo (Mendonça, 2006a:40).

*O Seculo* informava, igualmente, da reunião de Portimão, de forma discreta, na coluna de “Notícias da Província”, onde se noticiavam as maiores banalidades (nascimentos, viagens, etc.): “ [uma reunião] de elementos mais em evidência da política republicana desta província [Algarve], para trocarem impressões e examinarem as propostas que o sr. Dr. Estêvão Vasconcelos (...) tenciona apresentar ao congresso do Porto a que vai assistir (...). Presidiu à reunião o sr. Joaquim Eugénio Júdice de Lagoa” (*O Seculo*, 26/6/1906:5).

O maior jornal diário republicano da capital, pelo pouco relevo que deu à reunião, parecia desconhecer a situação do PRP no Algarve, à data<sup>71</sup>.

*O Mundo* informava, igualmente, de forma irrelevante, da reunião de Portimão (*O Mundo*, 26/6/1906:3). Entre os diários republicanos da capital<sup>72</sup>, foi sem dúvida *A Lucta* que deu mais relevo ao encontro, apercebendo-se da importância do mesmo para o Algarve, como se comprova pelo excerto: “(...) de onde sairá um período de rejuvenescimento da organização partidária neste distrito”(A *Lucta*, 30/6/1906:3)<sup>73</sup>. No

---

71 Recorde-se que por altura da vinda dos quadros do partido ao Algarve, em 1884, *O Seculo* dedicou as primeiras páginas à visita entre 4 e 20 de novembro.

72 Entre os diários não republicanos da capital, consultámos o *Diário de Notícias*, que foi omissivo relativamente à reunião de Portimão.

73 O diretor de *A Lucta* era Brito Camacho, originário do Baixo Alentejo. Foi um dos oradores do comício de Faro, em 1906.

entanto, noticiou-o, de igual modo, na página dedicada às notícias da província e com o mesmo destaque das festas de S. João em Setúbal, cinco dias após a ocorrência<sup>74</sup>.

A atividade republicana no Algarve, tal como no país, reanimou-se até 1910 e foram-se sucessivamente reorganizando os centros nas localidades algarvias onde haviam existido na década de 80, aos quais se juntaram o Centro Escolar Republicano de São Brás de Alportel (1908) e o Centro Escolar União de Santo Estêvão (1910) (Mendonça, 2007:135).

A par dos Centros Republicanos, a partir de 1906, criaram-se as Comissões Paroquiais Republicanas no Algarve. Em 1910 eram 12 (num total de 67 freguesias) distribuídas pelos seguintes Concelhos: Lagos, Olhão, Silves, Loulé, Alcoutim, Albufeira, Portimão, Tavira e Faro. Em 1908, finalmente, existiam Comissões Municipais Republicanas organizadas, em 9 dos 15 concelhos algarvios (Tavira, Olhão, Lagos, Portimão, Faro, Silves, Loulé, Albufeira e Lagoa) (Mendonça, 2007:137-138).

Acima das comissões paroquiais e municipais existia a Comissão Distrital (1908), da qual faziam parte, como efetivos, Estêvão de Vasconcelos, Silvestre Falcão, Zacarias Guerreiro e Moreira Rato (Mendonça, 2007:138). A adesão ao partido deste último “talentoso advogado” ocorreu a 20 de janeiro de 1908 e teve, inclusivamente, honras de divulgação na imprensa de Lisboa, entrando, quase de imediato, para a Comissão Distrital do partido (*Almanach o Mundo*, 1909:7).

No Congresso de 1906, o Algarve tinha-se feito representar pelas comissões paroquiais republicanas de Tavira e S. Bartolomeu de Messines. Em 1908, Lagos era um dos 12 municípios do país dirigidos por republicanos<sup>75</sup>.

A Câmara de Lisboa ganha em 1908 pelos republicanos e a exemplaridade da administração atestam a sua maturidade para se constituírem em poder. Esta lição

---

74 No dia 26/6, *A Lucta* noticiou que informaria a seu tempo da reunião, o que só viria a fazer 5 dias depois.

75 Os restantes, como afirma José Alberto Baptista, eram “Lisboa, Alcochete, Aldeia Galega [atual Montijo], Almeirim, Benavente, Castro Verde, Cuba, Grândola, Lagos, Moita, Odemira e S. Tiago de Cacém e acabaram por servir de ensaio para a implantação do novo regime, dois anos depois. Para além destes 12 municípios, totalmente republicanos, o P.R.P. teve alguma expressão nos concelhos de Abrantes, Alvito, Barquinha, Caldas da Rainha, Cartaxo, Castendo, Castro Daire, Constância, Crato, Nazaré, Paços de Ferreira, Penalva do Castelo, Penedono, Porto, Ponte de Sor, Porto de Mós, Régua, Silves, Sobral do Monte Agraço, Sousel e Vila Franca de Xira” (Baptista, 2010: 19).

modelar de governo foi constatada pelo *Provincia do Algarve* do seguinte modo: “agora que a cidade de Lisboa acaba de prestar homenagem à atual vereação, pela maneira honesta e patriótica com que tem zelado os interesses do município. (...) A vereação republicana de Lisboa deu um belo exemplo de civismo e de zelo pelo bem da cidade (...) o orçamento apresentado é quase revolucionário dentro dos acanhados moldes que estavam traçados à câmara” (*Provincia do Algarve*, nº 69, 22/1/910:1).

O jornal *O Povo Algarvio* referia-se, igualmente, “à administração modelar e honestíssima da câmara republicana de Lisboa” (*O Povo Algarvio*, nº 31, 9/4/1910). As “virtudes” republicanas, propagandeadas havia décadas, davam provas perante o país.

Na primeira década do século XX, a votação do PRP cresceu 5 vezes, apesar de todas as irregularidades eleitorais amplamente denunciadas, entre outros, pelo *Provincia do Algarve*. A expressão eleitoral do republicanismo, no entanto, sendo forte em Lisboa e em alguns centros urbanos, era irrelevante no resto do país, onde esbarrava com o analfabetismo. Veja-se o que nos é reportado pelo *Provincia do Algarve*, “ a enorme maioria dos portugueses é constituída por quatro milhões de analfabetos. Estes não são na sua quase totalidade, monárquicos nem republicanos. São por culpa exclusiva do regimes, e dos seus homens, absolutamente estranhos às coisas políticas de que não fazem a mais rudimentar ideia (...) Do milhão restante, que sabe ler, ainda há quem pouco se interesse pelas coisas públicas” (*Provincia do Algarve*, nº 67,7/1/1910:1).

A sul, com destaque para o Algarve, onde a influência da igreja era menor, o PRP estava mais implantado do que no Norte do país (Ramos, 2009:586), embora não fosse isso que noticiava o *Provincia do Algarve*, referindo-se a Tavira, onde constatava, com amargura, a tentativa frustrada de criar uma Liga de Instrução: “de resto, fosse o sr. Aragão, não um estrénuo defensor do ensino, mas um simples associado da Confraria de S. Vicente de Paula (...) apostamos que a Confraria teria pegado e.... frutificado. Que Tavira tem bojo para muitas Confrarias, não resta dúvida” (*Provincia do Algarve*, nº 33,15/5/1909:2). O ativismo dos quadros republicanos não tinha a correspondente adesão da população, em Tavira.

A respeito de tudo isso não deixa de ser um facto que, na véspera da implantação da República, o mesmo jornal regozijava-se com a grande adesão à

conferência proferida pelo Dr. Estêvão de Vasconcelos, em Santo Estêvão, com mais de 1000 pessoas: “ao terminar o povo aplaude-o com fervor e toda aquela multidão se retira na melhor ordem, sem dar razão a tamanho aparato bélico naqueles pacatos sítios” (*Provincia do Algarve* nº 98,30/8/1910:2). O número de participantes foi significativo, pois no comício de Faro de 1906<sup>76</sup>, onde estiveram presentes personalidades do partido como Brito Camacho, reuniram-se 2000 participantes que se deslocaram de todo o Algarve, ainda que aquém dos 5000 referenciados no comício de Olhão, a 10/11/1884, aquando da vinda do diretório do PRP.

Este facto é tanto ou mais significativo, quanto Santo Estêvão era uma freguesia rural. A curiosidade era, certamente, superior à militância, pois a votação republicana não teve expressão nas eleições municipais de 1 de novembro de 1908, em Tavira (Baptista, 2010:19).

É um facto que cada vez se mostrava mais difícil a chegada dos republicanos ao poder pela via eleitoral. Os partidos monárquicos cerravam fileiras contra o PRP, quer através das leis eleitorais, quer através dos meios fraudulentos, tais como o caciquismo, as chapeladas e outros truques. Essas fraudes eram denunciadas, de igual modo, pelo *Provincia do Algarve* que, por esse facto, constatava que eram os partidos da monarquia que empurravam o povo para a revolução: eliminação dos adversários do regime dos recenseamentos; inscrições de amigos dos caciques nas listas, mesmo ilegais (mortos, ausentes, etc.); falcatruas na constituição das mesas de voto; arbitrariedades nas votações, votava quem a mesa queria; caça de votantes de confiança pelos eleiçoeiros; falsificação das atas; simulacro de tumultos nas assembleias e prisão da oposição; compra de eleitores. (*Provincia do Algarve*, nº 57, 31/10 /1909:2).

*O Futuro* dava conta, por seu lado, de diversas fraudes, entre elas, em 1895, em Moncarapacho, onde o início da votação foi retardado por causa da missa e quando aconteceu, já constavam 400 votos na urna; em Olhão, sob o pretexto da festa na igreja, mudou-se a assembleia para o armazém do cacique local, Manoel Soares, facto anunciado 3 dias antes, quando a lei obrigava a 7 (*O Futuro*, nº 234,25/12/1895:2).

---

76 Este Comício destinou-se a apoiar Afonso Costa e Alexandre Braga, expulsos do Parlamento.

A referência à roubalheira descarada era um facto abertamente referido no Parlamento, após cada eleição, como se verifica no excerto:

”Afonso Costa: Esse cacique de Alenquer, à semelhança do Jaime da Azambuja, já defraudou nas eleições passadas o Sr. António José de Almeida.

O Sr. António José de Almeida (interrompendo): - Foi roubo descarado, ladroeira.

O Orador: - Não me admira; o que me admira é que S. Exa., tendo visto roubar a eleição não fosse dar parte à polícia.

O Sr. António José de Almeida: - A polícia prendia-me. Eu defendi a minha vida e a minha honra, os votos não pude defender porque em Portugal não há justiça” (DCD, nº 28, 8/6/1910:7).

A ironia relativamente à polícia e à ausência de justiça em Portugal refletia a posição republicana nas vésperas do 5 de outubro, que se convenceu da impossibilidade de chegar ao poder pela via eleitoral e da irreversibilidade dos métodos da Monarquia.

A roubalheira não visava só os republicanos, mesmo entre os monárquicos sucediam-se as acusações de fraude descarada. Nas eleições de 1901, o deputado Homem de Melo denunciava que na freguesia da Murtosa estavam inscritos 589 eleitores e votaram 720 ou 801. Rematava o deputado o seu discurso, “e aqui tem V. Exa. como se rouba fraudulentamente uma eleição, expulsando da urna os eleitores adversos e fazendo figurar na votação os mortos, os ausentes (...)” (DCD, nº 7, 15/1/1901:22).

Nas eleições de 1905, na Azambuja, deram entrada 1832 votos nas urnas e foram apurados 8743 (Lopes, 1947:208). A Azambuja seria referenciada, várias vezes, pelos deputados republicanos do Parlamento, em virtude da “eficiência” do cacique local. *O Futuro* referia, de igual modo, a eficiência da máquina eleitoral monárquica na Azambuja.

Por outro lado, *O Herald* contestava as queixas dos republicanos, quanto aos prejuízos que advinham em termos de resultados, pela alteração da Lei Eleitoral, desta forma:

“Queixam-se os republicanos, e nisso têm razão, que estas votações [eleições legislativas de 1910] não exprimem a verdade em relação à capital, onde o operário domina pelo número, porque os círculos de Lisboa abrangem os

concelhos limítrofes, onde é grande a maioria monárquica (...) A separação dos concelhos limítrofes não podia ser favorável aos republicanos (...) Com efeito, ao desdobramento dos círculos, teria de corresponder uma diminuição proporcional das candidaturas.” (*O Herald*, nº 1466, 11/9/1910:1).

O jornal *O Herald* queixava-se, igualmente, das manobras eleitoralistas republicanas em Tavira afirmando, “ a votação republicana teve um acréscimo muito sensível (...) Para este advento, contribuíram duas causas principais: a sua excelente e bem montada galopinagem, que era de causar inveja aos chamados caciques monárquicos, agora muito menos caciques que os republicanos, (em Tavira está bem de se ver) ” (*ibidem*). A ser verdade a afirmação de *O Herald*, os republicanos iniciavam-se nos métodos fraudulentos das eleições monárquicas que lhes viriam a ser muito úteis após a implantação da República.

De realçar que *O Herald*, nas vésperas do 5 de outubro, ainda desvalorizava a capacidade política dos republicanos, elegendo como seu adversário a coligação monárquica liderada pelo Partido Progressista de Luciano de Castro. A ironia relativamente a Tavira prendia-se com o facto de *O Herald* ser editado nesta cidade que conhecia bem, pelo facto do núcleo republicano de Tavira ser dos mais estruturados do Algarve, quer pelas personalidades (José de Arriaga, Silvestre Falcão, Zacarias Guerreiro e outros), quer pelos meios propagandísticos que possuía em redor do jornal *Provincia do Algarve*.

Começava a tornar-se evidente para os republicanos da “geração ativa” a incapacidade da teoria evolucionista, isto é, de chegar ao poder pela via eleitoral, facto certificado pelo *Provincia do Algarve*, “no Parlamento só entrarão os beatos frequentadores das sacristias e os coios jesuíticos (...)”(*Provincia do Algarve*, nº 17, 23/1/1909:2).

A conspiração contra a Monarquia ficaria a cargo da Carbonária, uma sociedade secreta, braço armado da Maçonaria, que era chefiada por Luz Almeida, Machado Santos e António Maria da Silva. A Maçonaria, mais elitista, muito ligada ao Partido Republicano, onde muitos dirigentes militavam, tinha uma estrutura mais complexa e abrangente, ser-lhe-ia mais difícil levar a bom termo a conspiração contra o regime. (Marques, 1988:36). Como refere Oliveira Marques, “não cabe à Maçonaria como

instituição, o executivo de movimentos revolucionários” (*ibidem*). A Carbonária congregava gente dos mais diversos quadrantes e ideologias, pelo que era-lhe mais fácil infiltrar-se entre as baixas patentes do exército e da marinha. Os operários seduzidos por uma República onde cabiam todos deram, também, uma militância assinalável (Reis, 1983:119).

A República forjada no amor a Camões e no ódio à Inglaterra aproximava-se do poder (Medina, 1990: 21). À luz de Comte e da cientificação dos fenómenos sociais apresentava-se como uma inevitabilidade histórica, como constatava o *Provincia do Algarve*: “a república quando vier – e há de vir fatalmente um dia (...)” (*Provincia do Algarve*, nº 4 ,24/10/1908:1). De igual modo, *O Futuro* reforçava esta ideia, citando o jornalista brasileiro Quintino Bocayuva “ A República há-de ser porque tem de ser”(O *Futuro*, nº 289, 17/1/1897:2).

Face às manigâncias monárquicas que contrariavam a normal evolução que levaria naturalmente à República, só a revolução permitiria repor o curso da História. Veja-se o que afirma a este respeito o *Provincia do Algarve*: “ a revolução virá a seu tempo e até independentemente da vontade dos homens. Descansem” (*Provincia do Algarve*, nº 19, 6/2/1909:1).

Desse modo, não havia dúvida que a Monarquia pertencia “ao passado pré científico do quase absolutismo, do não europeu, do antinacional” (Marques, 1990:371). Esta base científica proposta pelo Positivismo anunciava o fim do regime monárquico, associado ao estado metafísico e conferia credibilidade à mudança aos olhos dos intelectuais (Reis, 1983:120). A República significaria o Estado Positivo de acordo com a Lei dos três Estados de Comte. Tal como atestava o *Provincia do Algarve*, “ a monarquia é um regime condenado” (*Provincia do Algarve*, nº 25,21/3/1909:1), enquanto com a “inevitável” República, anunciava-se o progresso, o futuro, já que era filha da ciência. Veja-se a esse propósito a seguinte afirmação do jornal *Provincia do Algarve*: “a base fundamental da república dos nossos dias, é filha da ciência, é a liberdade e a tolerância, sob as quais somente têm livre expansão todas as ideias, todas as teorias, todas as doutrinas e escolas e todas as crenças e cultos (...)” (*Provincia do Algarve*, nº 24, 13/3/1909:1).

No entanto, estas vozes não eram unânimes pois, alguns, mesmo republicanos como João Chagas, mostravam as suas preocupações pela falta de ideias claras acerca do novo regime: “a República é uma construção de que só existe a fachada. Por detrás não há nada”( cit. Lopes, 1947:285) .

O Jornal *Provincia do Algarve*, conhecedor das críticas feitas aos congressos republicanos, pela ausência de discussão de ideias, justificava os correligionários desta forma: “ têm sido acusados os congressos republicanos pelo facto de não se discutirem ali os mais importantes problemas da administração (...) em que se apresente todo um programa detalhado da futura administração (...) As discussões são feitas a correr e mesmo assim, ficam sempre grande número de questões por tratar” (*Provincia do Algarve*, nº 33, 15/5/1909:2).

Apesar das justificações apresentadas, o *Provincia do Algarve* teve necessidade de explicar o elevado número de louvores atribuídos nos Congressos, quando não havia tempo para discutir o programa. O jornal também se sentia incomodado com isso, quando, como afirmava, eram atribuídos a quem não fazia mais do que o seu trabalho. Os republicanos gostavam de se elogiar! O tempo diria se os 15 minutos que cada congressista dispunha para apresentação de ideias eram o problema. A nós parece-nos que a falta de discussão e de programa não passavam de estratégias para alargar a base social de apoio do futuro regime. Acreditavam que, um dia, implantada a República, a bondade do modelo faria com que as divergências fossem ultrapassadas.

A revolução apresentava-se como a única alternativa para a tomada do poder. Esta linha revolucionária triunfou no congresso republicano de 23 a 25 de abril de 1909, em Setúbal, com alguma oposição. O Algarve enviou 52 representantes: de Tavira foi o representante da Comissão Municipal, o Dr. António Padinha, pelas Comissões Paroquiais, o Sr. João Parreira e em representação do *Provincia do Algarve* o Dr. Silvestre Falcão.

Por outro lado, *O Heraldo* manifestava-se contra esta solução que se equacionava na sociedade portuguesa: “ pedir revoluções é um erro (...) o país exige que o administrem bem. É essa a exigência que os governos têm de atender” (*O Heraldo*, nº 1418, 3/10/1909:2).

Basílio Teles, a coberto da abertura do regime com D. Manuel II, diria, “ o partido republicano em Portugal, hoje, ou é revolucionário, ou não é nada”( cit. Homem, 1990a:78).

Oliveira Lopes, no estudo que fez sobre o assunto, concluiria: “a monarquia estava prisioneira da República “ (Lopes, 1947:261). Esta era, igualmente, a perspectiva de *O Futuro*: “a monarquia existe enquanto os republicanos quiserem e dizer republicanos é o mesmo que dizer o país inteiro” (*O Futuro*, nº 803,14/6/1908:2). Havia apenas dois anos que *O Futuro* constatara o renascer do PRP no Algarve, “sob as cinzas de um indiferentismo glacial” (*O Futuro*, nº 770, 3/10/1907:1).

O *Provincia do Algarve*, a um mês da revolução do 5 de outubro, “descobriu” o que o povo realmente reclamava que, necessariamente, a República lhe haveria de trazer, “luz, muita luz, muita ciência e instrução” (*Provincia do Algarve* nº 99, 7/9/1910:1). Estaria o *Provincia do Algarve* a referir-se aos mesmos 4 milhões de analfabetos, que amargamente contabilizava, mais os letrados indiferentes que não se interessavam por política? Veremos a seguir qual a base social de apoio do PRP.

## CAPÍTULO III – ESTRATÉGIA DE IMPLANTAÇÃO DO PRP

### 3.1. O alargamento da base social de apoio do PRP

Na sua origem, o republicanismo foi um movimento de quadros intelectuais, com um projeto pouco exequível aos olhos da população, um “Clube de Lunáticos”, como era conhecido entre populares. Este movimento, onde se misturavam republicanos de várias tendências, dividir-se-ia na década de 70, em Republicanos Liberais, Socialistas e Anarquistas. A República, contudo, aparecia aos olhos dos dois últimos como a condição política para novas soluções. Este facto foi um dos responsáveis pelas dificuldades de implantação do Partido Socialista. A esse propósito, afirmava Emídio Garcia, na década de 90, “ (...) República, primeiro *unitária*, talvez logo *federalista*, mais tarde *socialista* (...) para ser definitivamente anarquia” (cit. Catroga, 2010a: 61).

No Algarve, como já se constatou, assistimos à primeira tentativa de implantar, de forma organizada, as ideias republicanas, através do *Jornal dos Artistas*, que viu no projeto uma forma de aglutinar os descontentes do regime, apesar de nas suas páginas veicular uma ideologia socialista não revolucionária.

Temos, assim, no período que antecedeu o 5 de outubro, o operariado seduzido por um projeto que, na maioria dos casos não era o seu, mas que era a condição para se atingir outros patamares. Falar de socialismo implicava, primeiramente, falar de República. Afirmava a este respeito o jornal *O Futuro*: “quem escreve estas linhas [Tomás Biker] não pode, por princípio algum, ser julgado adversário à outrance do Socialismo. Pertence à extrema-esquerda do Partido Republicano “ (*O Futuro*, nº 779, 15/12/1907:1).

A indefinição do programa republicano era muito conveniente neste aspeto, pois permitia alimentar a ilusão que nele cabiam todos. A imprensa de propaganda republicana algarvia fomentava, igualmente, essa ideia, como se comprova pelo excerto, “uma república será tanto mais estável quanto intervierem nela todas as classes do trabalho social. É essa a república que defendemos” (*Provincia do Algarve*, nº 5, 31/10 de 1908:1).

O jornal *O Futuro* afirmava, do mesmo modo, a adesão dos socialistas ao projeto republicano, reproduzindo, para o efeito, um artigo de *O Revolucionario*: “ Os socialistas não lhe criarão dificuldades [aos republicanos]. Pelo contrário – hoje como sempre, estarão a seu lado para tudo quanto interessar ao povo trabalhador”( *O Futuro*, nº 545, 5/4/1903:1) Esta foi a fase de todas as conciliações, em que O PRP era a frente de luta de todos os revolucionários, depois, logo se veria (Magalhães, 2009: 323).

Muitos socialistas ingressaram nas fileiras do PRP por conveniência política. Este, por sua vez, na fase da propaganda, mostrara-se um “verdadeiro partido socialista”. Ainda nesse mesmo sentido, dizia Bernardino Machado “(...) seja um partido republicano profundamente socialista (...)” ( cit. Medina, 1990: 185).

Os anarquistas deram, também, o seu contributo ao projeto da República. A imprensa republicana<sup>77</sup> retribuía esse apoio com uma enorme complacência relativamente à atividade bombista. Não são os anarquistas que lançam as bombas, dizia o *Provincia do Algarve*, mas a “reação político-religiosa, matando inocentes para incriminar os anarquistas e a prova disso é que não há bombas em Campolide nem no Quelhas. Os atentados à bomba cessaram em França com a expulsão dos jesuítas” (*Provincia do Algarve*, nº 59, 14/11/1909:2).

Os trabalhadores eram cada vez mais atraídos pela ideia republicana e nas vésperas da revolução, cada vez mais socialistas se apresentavam como oradores nos comícios republicanos (Samara, 2010a:154). Por exemplo, em 16/12/1906, num comício republicano em Faro, com 2000 pessoas, em protesto pela expulsão do Parlamento dos deputados Alexandre Braga e Afonso Costa, apareceu como orador o operário corticeiro João Henriques. Iniciou a sua preleção afirmando ser socialista, apesar de apoiar nesta ocasião o partido republicano (*O Futuro*, 23/12/1906, nº 706:1). Afirmava *O Futuro* acerca dos presentes: “ muitos indivíduos de todas as classes sociais e de várias cores políticas” (*ibidem*).

---

77 Não era o caso de *O Futuro* que, mostrando-se simpatizante da extrema-esquerda republicana, federalista e democrática, era omissivo relativamente aos anarquistas. Tenha-se em linha de conta que tratou mesmo com enorme frieza e distanciamento o caso de Bartolomeu Constantino.

Um exemplo da forma como o PRP se implantou junto das massas operárias, socialistas, anarquistas e sindicalistas, foi o caso de Bartolomeu Constantino. Este sapateiro, ativista sindical e anarquista, viu-se confrontado com a justiça, acusado de subverter a ordem, aquando da vinda do Conselheiro João Franco a Faro (1904). Por essa ocasião, inúmeros protestos de populares contra a Lei de 13 de fevereiro e João Franco, aclamando por sua vez o Governador Civil e a “Revolução Social”, levaram o deputado Melo Sousa a interpelar Hintze Ribeiro acerca dos incidentes. Na realidade, João Franco saíra do Governo com outros 25 deputados, em rutura com Hintze Ribeiro, de que resultaria a fundação, em 1904, do Partido Regenerador-Liberal.

De acordo com a opinião do deputado Melo e Sousa, todas as manifestações contra João Franco foram encenadas pelo Governador Civil, de conluio com Bartolomeu Constantino: “há testemunhas prontas a declarar que nessa ocasião viram entrar em casa do Sr. Governador Civil o Sr. Bartolomeu Constantino, que tem com aquele as melhores relações” (*DCD*, nº 25, 10/2/1904: 7-12). Até a pedrada que atingiu João Franco foi uma encenação, na opinião do mesmo deputado: “quase a colocaram sobre o casaco, como se fora um bouquet de flores. Era uma pedra à altura do grito: abaixo o Sr. Conselheiro João Franco. Não se tratava senão de uma partida indispensável naquela farsa” (*ibidem*). O deputado punha, por isso, em causa o Administrador do Concelho e o Governador Civil:

“Quem é o administrador do concelho já todos sabem; é um cavalheiro que nesta mesma situação política serviu de escrivão de fazenda, que teve de ser processado por exigir dos contribuintes quantias que não deviam, cavalheiro que pelo conselho disciplinar foi condenado a restituir esse dinheiro que indevidamente tinha recebido e pela mesma sentença condenado a ser transferido de concelho! Eis o cavalheiro que o Sr. Ministro do Reino, depois da cisão, encontrou para nomear, como prémio dos altos serviços que tinha prestado, para exercer o lugar de administrador do concelho de Faro. Vai agora mostrar á Câmara, relatando a comedia, a 'verdadeira farsa, que ali foi representada, e o que 6 (*sic*) também o Sr. governador civil.” (*ibidem*).

Em consequência do exposto, o deputado Melo e Sousa pedia, por fim, a demissão do Governador Civil<sup>78</sup>.

Os factos foram refutados por Hintze Ribeiro que manteve o seu apoio às autoridades locais. O deputado Melo Sousa insistiu no relacionamento entre o anarquista Bartolomeu Constantino e o Governador Civil de Faro, numa clara insinuação de aproveitamento político do primeiro pelas autoridades, para achincalhar o dissidente João Franco, como se comprova pelo excerto: “quanto ao governador civil de Faro, repete que o tal Bartolomeu Constantino é pessoa das relações daquela autoridade; há testemunhas que estão prontas a confirmá-lo; e ainda foi informado de que, já depois de ter saído de Faro, esse homem foi recebido pelo governador civil em sua casa, do que também há testemunhas.” (*ibidem*). Hintze Ribeiro não desmentiu as afirmações.

Por seu lado, o *Diário Ilustrado* veiculava para a opinião pública a informação de que, “um pequeníssimo grupo de inimigos da sociedade, importados de fora da terra [Faro], pretendiam, em vão, diminuir o efeito grandioso da manifestação [apoio a João Franco] com alguns gritos referentes à lei de 13 de fevereiro, abafados pela massa enorme do povo que aclamava João Franco com verdadeiro fanatismo” (*Diário Ilustrado*, nº 11113, 6/2/1904:1). O papel de “fantoche” desempenhado por Bartolomeu Constantino, ao serviço das autoridades locais foi, igualmente, realçado por este jornal<sup>79</sup>.

*O Povo Algarvio*, de modo idêntico, acusava os regeneradores da agressão a João Franco: “ eles agora se congregam [coligação eleitoral] com essa turbamulta [regeneradores] que então os apedrejou e ao chefe”( *O Povo Algarvio*, nº 48, 13/8/1910:1).

*O Futuro* não revelava grande simpatia pelo anarquista, nem deu grande relevo aos acontecimentos. Omitiu mesmo a sua defesa por parte de Afonso Costa. Referia-se desta forma à prisão de Bartolomeu Constantino: “na manhã de terça-feira e na casa

---

78 Em 1904, o Governador Civil de Faro era o Comendador Ferreira Netto, do Partido Regenerador (*Diário Ilustrado*, nº 11115, 8/2/1904:2).

79 O *Diário Ilustrado* era afeto ao Partido Regenerador Liberal.

da Associação Marítima onde residia, foi preso pela polícia e entregue ao poder judicial este célebre agitador das classes operárias” (*O Futuro*, nº 599, 19/6/1904:1). Mais tarde referir-se-ia, em pequenas notícias, à sua transferência para Lisboa e finalmente à sua libertação. Sabendo-se que Bartolomeu Constantino era de Olhão e do impacto que o processo teve a nível nacional, estranhámos o pouco relevo que o único jornal de propaganda republicana no Algarve, à altura, deu ao assunto.

A verdade é que os republicanos tiveram um papel pouco claro nos episódios de Faro. Como referiu *O Povo Algarvio* a respeito desses incidentes, “republicanos houve que, não podendo conter a sua indignação em presença de tanta pouca vergonha, publicamente se defrontaram com a multidão e por momentos puderam contê-la na sua fúria agressiva, fazendo-a recuar e suspender a agressão” (*O Povo Algarvio*, nº 48, 13/8/1910:1). Foi no seguimento deste caso que Bartolomeu Constantino foi acusado de atividades subversivas, ao abrigo da lei de 13 de fevereiro de 1896.

Fica-nos a dúvida se houve, efetivamente, aproveitamento pelas autoridades de Faro do sapateiro anarquista. Da parte dos republicanos houve, certamente, pois, uma equipa de advogados, com Afonso Costa à cabeça, deslocou-se de propósito e graciosamente ao Algarve, para sua defesa, o que trouxe uma enorme publicidade ao PRP e uma projeção nacional, já que o episódio foi amplamente divulgado. Ao mesmo tempo, os republicanos capitalizavam simpatias entre os operários de todos os quadrantes ideológicos. Bartolomeu Constantino foi condenado a uma pena de 3 meses de prisão, finda a qual ficaria à disposição das autoridades com possibilidade de degredo para Timor. Foi libertado, em meados de 1905, graças a uma rede de solidariedade nacional, aparecendo, então, como orador nos comícios republicanos (Mendonça, 2010:11).

O que é isento de qualquer dúvida, é que os influentes amigos de outrora de pouco valeram a Bartolomeu Constantino, que deixou a família na miséria quando morreu em 1916.

Outro testemunho da aliança entre os anarquistas e o projeto republicano pode ser testemunhado pela participação de José Negrão Buízel, professor e dono do colégio Lusitano de Portimão, na reunião de 1906, que marcou a reorganização do PRP

no Algarve. Este senhor viria a ser conhecido como um reputado anarco-sindicalista nos anos 20.

Não resta qualquer dúvida de que a propaganda republicana se apropriou do povo por todas as formas que estiveram ao seu alcance, em especial nos discursos, o que era apelativo para os operários e para os que professavam ideologias cuja principal preocupação eram os oprimidos.

Segundo a investigação de Alice Samara, os republicanos lutavam pelo povo, compreendiam o povo, eram deputados do povo, representantes do povo (Samara, 2010a:152), apesar dos que assim falavam, os dirigentes republicanos, terem em 90% dos casos cursos superiores (Ramos, 2009:583), o que os colocava num patamar muito diferente do “bom povo” por quem diziam lutar.

Este facto pode ser confirmado, no Algarve, através, por exemplo, dos oradores anunciados no comício republicano de Giões, em 1909: “os Sr. Dr. Pereira Coelho de Beja, Dr. António Caetano Gil e Zacharias Guerreiro de Faro, e o nosso diretor, Dr. Silvestre Falcão” (*Provincia do Algarve*, nº 32, 8/5/1909:1).

Relativamente aos dirigentes partidários republicanos algarvios, a percentagem descia, entre advogados e médicos, para 14%<sup>80</sup>. Esta distribuição parece confirmar a tese de Lia Ribeiro de que os dirigentes republicanos eram “ ‘notáveis’ locais, por regra proprietários (agrícolas e industriais) ou pertencentes a profissões liberais (médicos ou advogados). Ao invés dos principais centros, a influência dos ‘intelectuais’ foi reduzida, facto que pode ser explicado pela elevada taxa de analfabetismo, mais acentuada no interior do país” (Ribeiro, 2011:70).

A influência dos intelectuais na propaganda republicana algarvia viria a notar-se em 1908, quando José de Arriaga se tornou redator do *Provincia do Algarve*.

Tal como decorre do atrás exposto, verifica-se que os operários se deixaram seduzir pelo projeto republicano e foram em muitos casos usados para que se atingisse

---

80 Dados da lista de participantes na reunião de Portimão, que marcou a reorganização do PRP em 1906 onde, na opinião de *O Futuro*, “se encontravam cavalheiros importantes como advogados, médicos, proprietários, industriais, etc. “ (*O Futuro*, nº 704, 1/7/1906:1). De realçar a presença do engenheiro agrónomo, Jacques Pessoa, de Tavira, não identificado por qualquer título, bem como os licenciados em letras como Salazar Moscoso.

a República, no entanto, a desconfiança existia, por parte de alguns setores da imprensa, como era o caso do jornal a *Sementeira*: “os republicanos preparam o salto para inutilizar o movimento sindicalista, para lhe fazerem o mesmo que fizeram ao movimento anarquista e ao movimento socialista: dividi-lo.” (cit. Ventura, 2000:212).

A par dos operários, dos mais diversos quadrantes ideológicos, o PRP conseguiu atrair as classes médias, alguns proprietários, maioritariamente profissões liberais, o alto funcionalismo público e muitos intelectuais, todos descontentes com a Monarquia e aterrorizados com as propostas do socialismo revolucionário e do anarquismo.

Havia um peso significativo das profissões ligadas às atividades comerciais, como constatava Pulido Valente, a república “forjou-se na barbearia e na mercearia” (Valente, 1976:50). Este mesmo facto foi por nós constatado no Algarve, onde as lojas funcionaram, inclusivamente, como espaço de angariação de militantes para o PRP. Em 1906, era no estabelecimento comercial de António Pereira Netto, em Olhão, na Rua 18 de junho, que se angariavam inscrições no PRP (*O Futuro*, nº 705, 8/7/1906:1). Recorde-se a título de exemplo, o ativismo político do comerciante Roque Faria em prol da República.

As pequenas e médias burguesias, apesar de terem acesso ao voto, indignavam-se com a oligarquia do poder, fechada num grupo restrito e que os excluía. Como constatou Joel Serrão, o republicanismo revelou-se uma “contraditória aspiração da consciência burguesa que se diria revoltada contra a sua mesma condição” (Serrão, 1975:286).

A imprensa algarvia explorava esta insatisfação, propagandeando que, “na monarquia governa uma oligarquia na república governará um povo inteiro” (*Provincia do Algarve*, nº 31, 1 /5/1909:1).

Estas pequenas e médias burguesias indignavam-se com a corrupção que minava os “partidos do rei”, facto que se pode comprovar na situação de 52 dos principais políticos, em 1904, deterem 263 empregos (Valente, 1976:35/36). O esbanjamento da corte era, também, largamente denunciado na imprensa regional. Veja-se a este respeito o que nos reporta o jornal *Provincia do Algarve*: “com o dinheiro que a monarquia esbanja num só ano fazia-se uma centena de escolas magníficas” (*Provincia do Algarve*, nº 3, 17/10/1908:2).

No fundo, a classe média custava-lhe o facto de a corrupção estar restrita a alguns. As suas ambições sociais estavam sistematicamente frustradas pela oligarquia reinante, que odiavam, e todas as suas esperanças apareciam depositadas na República (Valente, 1976:48). A alta burguesia, monárquica e católica por convicção, dominava as instituições do estado. As profissões liberais e quadros técnicos não tinham a proteção do regime, como constata no seu estudo Pulido Valente: “ o carácter democrático, nacionalista, anticlerical e igualitário da ideologia republicana exprimia, fundamentalmente as frustrações e as ambições da pequena burguesia lisboeta” (Valente, 1976:49).

Os gastos da Casa Real eram, de igual modo, denunciados, por comparação com os EUA, para se concluir, obviamente, pela poupança de gastos na República. Calculava-se que, proporcionalmente aos EUA, o rei deveria receber unicamente 5 contos de réis, contra os 60 que recebia, sem quaisquer rendas adicionais atribuídas à família (*Provincia do Algarve* nº 19, 6/2/1909:2). O jornal *O Futuro*, por seu lado, não perdia oportunidade de mostrar o despesismo, desprezo pelos assuntos do país e futilidade da família real, em especial de D. Carlos e do irmão D. Afonso.

Este discurso populista característico da imprensa de propaganda tinha sucesso garantido, era bem acolhido por uma classe média desencantada com a Monarquia e com as classes que a apoiavam.

Outro aspeto que seduziu a burguesia foi o nacionalismo republicano. Não há dúvida que o PRP foi o vencedor das batalhas nacionalistas no final do século, com um discurso marcadamente imperialista que fazia crer que a pátria estava em perigo, pelo que urgia resolver a “questão política”. Perante o descrédito da Monarquia e dos seus partidos, este ideário revolucionário, sem os excessos do anarquismo ou do socialismo, tinha a força moral legitimada por uma gestão exemplar da Câmara de Lisboa, o prestígio intelectual dos seus dirigentes e a justificação científica apoiada no Positivismo (Reis, 1983:120).

Desse modo, a “(...) frente política dos marginalizados ou excluídos do acesso ao poder” (Rosas,2010:25) era, assim, interclassista, liderada por intelectuais e no Algarve, tal como no país, por um significativo número de médicos (Pires Padinha, Silvestre Falcão, Estêvão Vasconcelos).

Desde os anos 70 que o movimento vinha mobilizando as camadas sociais descontentes com a governação monárquica, dos liberais aos conservadores, do capitalista ao operário. No programa de 1891, afirmava-se, claramente, esta vertente interclassista, defendendo as classes médias e integrando as classes trabalhadoras. Só deixava de lado os setores ligados ao poder monárquico (Catroga, 2010a: 57).

*O Provincia do Algarve* refletia, outrossim, esta vertente interclassista do PRP: “o partido republicano acha-se largamente representado nas classes que trabalham e que produzem. Há nele operários e industriais, médicos e advogados, trabalhadores dos campos e proprietários, empregados de comércio, professores, negociantes, homens de letras (...)”(*Provincia do Algarve*, nº 31,1/5/1909:2). Na nova sociedade só ficavam excluídos, como afirmava, “os candidatos a cargos públicos e os membros de partidos monárquicos “( *ibidem*).

Até a notícia de funerais servia de pretexto para explorar a vertente interclassista do PRP, como se constata pelo excerto da notícia: “o seu enterro foi tudo quanto há de mais imponente. Elementos de todas as classes sociais se incorporaram no seu préstito, imensas coroas foram depositas no seu tumulo, dádiva de eterna recordação do partido a que pertencia (...)”(*Provincia do Algarve*, nº 27, 23/4/1909:2).

Esta vertente interclassista era, igualmente, perceptível na véspera de assalto ao poder, nas adesões anunciadas ao Partido Republicano, como foi o caso na localidade de Castro Marim: Proprietários – 3; Trabalhador – 3; Sapateiro - 1; Moleiro – 1; Agricultor – 1; Empregados de comércio – 2 (*Provincia do Algarve*, nº 30,20/4/1909:1). As notícias de adesões sucediam-se, sempre no mesmo espírito de uma República alargada.

*O Herald* testemunhava, por seu lado, as amplas adesões ao Partido Regenerador. Cite-se, a título de exemplo, o caso do solicitador Sr. Eduardo Faria que foi propositadamente de Tavira a Faro para formalizar a sua inscrição (*O Herald*, nº 1461, 7/8/1910:1). *O Herald* parecia alheado da realidade política do país.

Não podemos deixar de salientar que esta base interclassista do PRP estava muito restrita aos meios urbanos, com claro destaque para Lisboa. O PRP não estava organizado na maioria das cidades e em 1910 seriam cerca de 100 000 adeptos, num país de 5 milhões. (Valente, 1992:7). Dessa mesma tendência nos dava notícia o

*Provincia do Algarve*, pois, como afirmava, “é sabido, por toda a parte, que Lisboa é uma cidade inteiramente republicana” (*Provincia do Algarve*, nº 57, 31 /10 /1909:1). Esta perspetiva é confirmada por Brito Camacho: “ (...) essa confiança precisamos nós de impô-la ao maior número, à grande massa neutra, que já deixou de ser monárquica e ainda não é republicana” (cit. Magalhães, 2009:343).

É um facto que, em Lisboa, o PRP era um partido de massas, que tudo aproveitava para mostrar a sua força (centenário do nascimento de Herculano; morte de Heliodoro Salgado). Em resposta, os partidos da monarquia agiam com a eficiência de máquinas eleitorais dispostas a tudo para retirar essa força nas urnas. O otimismo e a promessa de uma vida melhor catapultaram, realmente, as massas urbanas (Samara, 2010a:153).

Não deixa de ser também evidente que ao resto do país tornava-se difícil fazer chegar a mensagem republicana, pois o analfabetismo, a rondar os 80%, impedia o camponês de compreender o discurso republicano e transformava-o numa presa fácil do cacique e do padre. O país interior estava muito distante do poder e os dirigentes republicanos impedidos de chegar ao país. Por tudo isso salientava o *Provincia do Algarve*, “convidem-nos para uma luta eleitoral em que não haja possibilidade de fazer chapeladas, de subornar os eleitores com os dinheiros do estado ou de falsificar os recenseamentos” (*Provincia do Algarve*, nº 54, 10/10/1909:2).

Em 1910, dos 262 concelhos portugueses, o PRP só estava implantado em 30 (Catroga, 2010a: 42). O esclarecimento das massas, orientação estratégica no final da Monarquia, através da propaganda, não chegava ao interior, fosse pelo analfabetismo, pelas barreiras físicas ou pelo bloqueio do caciquismo. O Algarve refletia esta mesma distribuição geográfica. Na reunião de 1906, em Portimão, apenas os concelhos de Aljezur, Alcoutim, Castro Marim, Monchique e Vila do Bispo não se fizeram representar. Como constatou Barracosa Mendonça, os concelhos mais pobres e ruralizados do Algarve (Mendonça, 2006a:40). No entanto, em 1884, a situação fora diferente e *O Seculo* noticiara que “poucas províncias existem no país onde as populações rurais mostrem tão decidida tendência para receber e aceitar os princípios republicanos. Em Boliqueime fizeram os nossos amigos [membros do diretório do PRP de visita ao Algarve] um comício próximo da meia-noite. Os ouvintes, na sua maioria

de gente do campo, vitoriaram os oradores até perto das duas horas da madrugada” (*O Seculo*, nº 1887, 20/11/1884:1).

### 3.2. A Propaganda republicana

“A monarquia é um corpo estranho neste organismo nacional (...) traz-nos neste estado doentio, e produz estas postulentas supurações partidárias que viciam as naturezas mais sinceras” (Braga, 2010:194). Assim se referia Teófilo Braga, um dos ideólogos do republicanismo em Portugal, da geração de 70, ao regime monárquico e aos partidos que o representavam. Como se pode verificar, para os republicanos urgia resolver a questão política, acabar com a Monarquia considerada como um “regime de castas” (Braga, 2010:194), pôr fim à aliança do “trono e do altar”. Por oposição, empenhava-se o partido da Nação, do Povo, o PRP. Afirmava o *Provincia do Algarve*, “enquanto numa monarquia todos os poderes políticos gravitam em redor do trono (...) numa república gravitam em torno da grande coletividade soberana, constituída por todas as classes sociais válidas, à qual se dá o nome de povo” (*Provincia do Algarve*, nº 4, 24/1/1908:2).

A Carta Constitucional, também, era objeto de contestação no final do século XIX. Em 1876, já o *Jornal dos Artistas* reclamara a sua urgente reforma (*Jornal dos Artistas*, nº 12, 27/1/1876:2)<sup>81</sup>.

A aliança com o clero todo-poderoso gerava rancores. O rei, ainda “pela Graça de Deus”, era acusado pelos republicanos de absolutista encapotado porque, apesar de constitucional, tinha poderes legitimados pelas amplas prerrogativas do Poder Moderador<sup>82</sup>. Rafael Bordalo Pinheiro dava-nos conta dessa contestação, representando a Carta Constitucional na figura de uma velha, vestida de azul, com a imagem legendada por Ribaixo, nos seguintes termos:

---

81 A Carta Constitucional tinha sido modificada em 1852 com importantes alterações, entre as quais a abolição da pena de morte para os crimes políticos. Só teve novas reformulações, em 1885, por exemplo, com a abolição dos Pares Hereditários, sendo que destes, 100 eram de nomeação real e 50 por eleição indireta, responsabilidade dos ministros e limites temporais da Câmara dos Deputados e em 1896, num governo chefiado por Hintze Ribeiro (vd. J.J. Gomes Canotilho, “As Constituições”, in José Mattoso, *História de Portugal*, V vol).

82 De referir que os ataques ao Poder Moderador eram feitos, de igual modo, pelos partidos monárquicos progressistas.

“Está velha feia e estúpida. Usa chinó preto cheirando a rato com banha. Tem dentes postiços, escancelados, como as teclas de um piano velho, e cada um de sua cor, havendo-os azuis, amarelos, castanhos, de riscadinho verde e de pintas. Os seus pés, arrastados pelo reumático, têm todas as protuberâncias e todas as depressões de duas enormes peras de sete cotovelos. Perfuma-se com alfazema queimada, misturada com cheiro de petroline, e cozinha ao fogareiro, os xaropes de alcaçuz para a catarreira. (*Album das Glorias*, 1882:27a).

Era, por este motivo, que o *Provincia do Algarve* afirmava que “ o regime monárquico quer seja absoluto e quer seja constitucional, vem a dar sempre no governo pessoal, ou de um só, como significa a palavra *monarquia*” (*Provincia do Algarve*, nº10, 5/12/1908:2).

Para os republicanos, o rei devia reinar e não governar. Por sua vez, o sistema eleitoral da monarquia que assentava na rotação partidária, da qual o rei era o árbitro, estava esgotado pelos escândalos e pela corrupção (Serrão, 1979:286). O défice e a sobrecarga de impostos destinavam-se a alimentar o rei e a sua “camarilha”, na propaganda republicana (Valente, 1976:35-36).

Contra esta imoralidade, corrupção e desonestidade contrapunha o PRP a superioridade moral da República e dos seus políticos, o paradigma da virtude, de todas as virtudes, como se comprova pela afirmação do jornal *Provincia do Algarve*: “ ser republicano é aceitar como orientação dominante na vida é o critério luminoso da Liberdade; ser republicano é ser pela emancipação moral e pelo triunfo da Razão “ (*Provincia do Algarve*, nº 4,24/1/1908:2).

No mesmo sentido afirmava *O Futuro*:

“Nós trabalhamos para uma transformação política e social que consagre os direitos do homem e do cidadão, que faça cair por uma vez todos os iníquos e afrontosos privilégios, que assegure o trabalho que dá ao indivíduo o pão do corpo, e que fecunde e desenvolva o pensamento que dá à Humanidade o pão da alma; que dissipe enfim, nas sociedades emancipadas e livres, as últimas fatalidades e as últimas trevas da ignorância, que é a noite do espírito e do ódio, que é a do coração.

Nós trabalhamos para que se proclame uma República profundamente humanitária e justa, que faça retroceder a miséria e, tenha gravada na alma

generosa e clemente, doce e amorável, os princípios sacrossantos da liberdade e da fraternidade entre os homens”( *O Futuro*, nº 33, 25/10/1891:1).

Parece-nos que, deste modo, se demonstram os princípios iluministas e racionalistas dos republicanos.

Por outro lado, a coroa e os “partidos do rei” nunca conseguiram contrariar esta ideia das virtudes republicanas por oposição à decadência da Monarquia. Em 1910 dizia Bernardino Machado: “[votar pelos candidatos republicanos] é votar pela fiscalização honesta, é votar pela moralidade” (cit. Magalhães, 2009:325), porque “onde está um republicano está um homem de bem” (cit. Relvas, 1976:105).

Por tudo isso, para a propaganda não havia democracia em Portugal, pois só a República a podia garantir como afirmava Teófilo Braga: “ (...) quem diz democracia diz naturalmente república. Se a democracia é uma ideia, a república é a sua palavra” (Braga, 2010:91)<sup>83</sup>.

Um governo do povo para o povo, baseado na liberdade, na igualdade, na fraternidade e justiça democrática, contra um modelo cartista que havia corrompido o liberalismo da Revolução Francesa e do Vintismo, através da Carta Constitucional (Serrão, 1979:286). Contra o caciquismo, as chapeladas, as fraudes eleitorais, contrapunham os republicanos a democracia e a transparência eleitoral, numa base de sufrágio universal, a “solução mais consentânea com os costumes e como a garantia mais perfeita da ordem, de paz, da riqueza e da prosperidade pública” (Braga, 2010: 115), na opinião de Teófilo Braga.

O sufrágio universal era um grande argumento da propaganda republicana, em todos os “programas” desde o início do movimento. Em 1879, o Centro Republicano Federal de Lisboa previa esse sufrágio até para as mulheres! (Catroga, 2010a:179). Mas para que tal fosse possível, na opinião de Teófilo Braga, “ (...) é necessário educar o povo no exercício do direito de reunião, ensinando-o a julgar os erros dos governos monárquicos” (Braga, 2010:120).

---

83 Teófilo Braga reproduz a ideia de Antero de Quental: “ Quem diz *democracia* diz naturalmente *república*. Se a democracia é uma ideia, a república é a sua palavra; se é uma vontade, a república é a sua ação; se é um sentimento, a república é o seu poema” (Quental, 1982:221-222).

Outro grande “crime” da monarquia, na perspetiva da propaganda republicana, presente no *Provincia do Algarve*, era o facto de, “num país em que [existem] 5 milhões de habitantes tem 4 milhões de analfabetos” (*Provincia do Algarve*, nº 4, 24/10/1908: 1). Estes números subiam quando se tratava das mulheres e do Algarve (83,4% em 1900). Combater o analfabetismo era fundamental para a propaganda republicana, pois, como afirmava o jornal:

“Portugal com a sua imensa percentagem de analfabetos, não poderá acompanhar a Humanidade na marcha triunfal do progresso (...) Quando em Portugal tiver desaparecido o último analfabeto, ter-se-ia conseguido um lugar honroso entre as demais nações cultas não consentindo mais administrações que nos arruinem, recuperando o nosso crédito, fazendo prosperar as nossas colónias, enfim atingindo a felicidade” (*Provincia do Algarve*, nº 6,7/11/1908:1).

A batalha pela escola foi outra das grandes armas da propaganda republicana que começou, ainda, no período da Monarquia. Os centros republicanos criavam colónias de férias, montavam escolas, etc. Havia ainda as escolas móveis de Casimiro de Freitas, com o método da Cartilha de João de Deus, distribuídas por todo o país. Estes centros, a par de uma ajuda filantrópica aos alunos mais carenciados, organizavam conferências, palestras, educavam as massas. O solidarismo, contrário à esmola cristã, foi um dos valores do republicanismo objeto da propaganda.

Nem sempre as boas intenções republicanas foram bem acolhidas pela população e a falta de adesão à Liga de Instrução em Tavira foi constatada desta forma pelo jornal *Provincia do Algarve*:

“Tavira é uma cidade pacata. A efervescência das ideias não penetra nela a martelo, quanto mais a discursos. Tem o seu regimento, a sua bandeira, as suas filarmónicas, o seu jardim, as suas sociedades, as suas festas, o seu grupo dramático, os seus inalteráveis centros de palestra, a sua venenosa má-língua, os seus edis que por felicidade não assinaram de cruz, e os seus dois reverendos oradores que durante a semana, acumulam as asneiras que vomitam ao Domingo.... E isto lhe basta “ (*Provincia do Algarve*, nº 33, 15/5/1909:2).

Os republicanos, também, propagandeavam o feminismo, pelo menos no campo intelectual e dos direitos civis. O alargamento dos direitos políticos era

equacionado, de acordo com os estudos de Garnel, “logo que as condições culturais e políticas o permitissem” (Garnel, 2004:106). A modernização e democratização da sociedade exigiam mulheres cultas e conscientes, educadoras dos futuros cidadãos, livres das garras do padre. O *Provincia do Algarve reservou*, de igual modo, um papel fundamental à mulher na nova sociedade, como se constata:

“O verdadeiro mestre dessa escola de amor é a mulher, a grande heroína do coração. Somente o amor de mãe poderá fazer vibrar nos filhos o nobre sentimento da pátria e outros semelhantes (...) Grande e sublime, é pois, a missão que incumbe à mulher no seio da família. Não a reduzamos aos grosseiros misteres da casa, como até hoje ignorando-se o brilhante papel que a natureza lhe reservou, já como esposa e como mãe (...) Aproveitemos, pois, a grande força do coração da mulher, para desenvolver nos homens o amor do próximo e as nobres virtudes cívicas, a alma da república” (*Provincia do Algarve*, nº 4, 24/10/1908:1).

Tendo em conta que o que era necessário era a mudança de mentalidades, temos que a mulher adquiria, para este periódico, um valor essencial, ela era o elemento fundamental na República, era um pilar na criação do homem novo, o cidadão (honrado) republicano.

A par da instrução e diretamente interligada com ela, apresentava-se a laicização da sociedade, como outro argumento da propaganda. Se a Monarquia, apesar dos 80% de analfabetos, vinha fazendo um esforço a favor da instrução (pelo menos legislativo), o projeto laicista republicano opunha-se diametralmente ao catolicismo monárquico. Era um projeto cultural totalizante que se defendia para a sociedade, um homem instruído, livre da moral religiosa, liberto da “religião da morte” que o condicionava. O mundo monárquico estava obscurecido pela “corja jesuítica”, alvo de todos os crimes.

A propaganda republicana não se limitava a ser anticongreganista, como o fora Pombal ou Joaquim António de Aguiar, também era anticlerical, queria fazer emergir o cidadão livre, igual e fraterno, onde os valores laicos substituíam a moral católica, com uma fé inabalável no homem, como se observa no excerto do Jornal *Provincia do Algarve*:

“O Povo mais tarde, espontânea e sinceramente, sabe construir no seu coração reconhecido verdadeiros altares a estes apóstolos duma religião mais moderna e mais humana e os seus nomes, como os dos heróis de Homero, correm de boca em boca e todos ensinam com veneração aos filhos: - Salvador Villarinho, Joaquim Lopes ou João de Deus “ (*Provincia do Algarve*, nº 1, 3/10/1908:1).

Com a República, a religião deveria passar para o foro da vida privada porque, considerava o *Provincia do Algarve*, “o predomínio da religião na vida civil e política entorpece e paralisa as nações” (*Provincia do Algarve*, nº 14, de 2/1/1909:1).

O patriotismo também era republicano, era um sentido moral, individual e uma responsabilidade coletiva. Buscavam-se as referências na Antiguidade, como se lê no excerto do jornal *Provincia do Algarve*:

“Às raças Árias, ou europeias, sucede o contrário do oriente. A república, ou sistema político coletivo, nasceu do carácter nobre, altivo e independente dessas raças. A constante prática dos direitos e deveres cívicos deu origem a grande número de homens ilustres, que tiveram pela pátria verdadeiro fanatismo. Uma mãe espartana pediu notícias da guerra a um correio. Este disse-lhe – Sinto participar-te que os teus filhos morreram. Não te pergunto isso, respondeu ela serenamente, venceu a Pátria?” (*Provincia do Algarve*, nº 4, de 24/10/1908:2).

Dentro deste patriotismo, havia que defender as colónias, porque eram elas que davam sentido à independência nacional. “ Portugal sem colónias não passa de uma província de Espanha. Perdendo-as tem perdida a sua nacionalidade” (*Provincia do Algarve*, nº 3, 17/10 /1908:1).

A Monarquia também era colonialista, mas a propaganda republicana afirmava que ela se mostrava incapaz de defender o Império. As humilhações do Tratado de Lourenço Marques (1881), o Tratado do Zaire/Congo (1884), a Conferência de Berlim (1884) e a subserviência à Inglaterra atestavam-no. Afirmava a este respeito *O Povo Algarvio*: “ somente a república poderá salvar as colónias da ruína em que se afundam porque todos os governos da monarquia as têm comprometido e desgraçado” (*O Povo Algarvio*, nº 44, 16/7/1910:3).

Os Republicanos eram “anglofóbicos” e anti-iberistas. O *Provincia do Algarve* insistia no perigo espanhol, questionava a vinda de Afonso XII a Portugal, opunha-se ao possível casamento de D. Manuel II com uma princesa Espanhola (*Provincia do Algarve*, nº 15, 28/12/1908:2). Os EUA e a Suíça eram, para os republicanos, os modelos a seguir (Braga, 2010:93).

Mais do que defender as colónias, era a própria pátria que estava ameaçada com a dinastia dos Bragança, afirmavam os republicanos. A Monarquia bragantina significava por isso antipatriotismo e cedência aos interesses estrangeiros. Salvar a pátria? Só com a revolução republicana.

Este era um discurso bem acolhido pela burguesia que não via maneira de pôr fim aos escândalos internos, ao descrédito externo e à ineficácia política. A “decomposição dos partidos constitucionais” (Relvas, 1976:91) afogava a Monarquia em escândalos e arrastava o trono no lamaçal. Os adiantamentos à Casa Real (1907) foram apenas um episódio deste agonizar que esvaziava de credibilidade a Monarquia. Com a República, o povo português poderia esperar construir uma nação, fazer ressurgir a pátria ameaçada, em especial após as crises de 1890, como se comprova pela afirmação de Almeida Brandão: “Só a REPUBLICA nos pode salvar da desonra e ignominia em que nos encontramos” (*Almanach da Republica*, 1894:28).

Esta propaganda, num país derrotado moralmente pelas humilhações internas (escândalos económicos como o caso do Crédito Predial Português<sup>84</sup>) e externas (O Tratado de Lourenço Marques; Bancarrota), fez acreditar que o futuro passava necessariamente pela República. A Monarquia definhava num país que ansiava pela mudança.

Estes fatores eram agravados “pela inexperiência e manifesta incapacidade do rei”, pelas intrigas da rainha D. Amélia, e da sua “*entourage* completamente votada aos interesses congreganistas” (Relvas, 1976:91). O país não confiava, na opinião de o *Provincia do Algarve*, “no chefe, uma criança que nos herdou como se fôssemos um

---

84 Ironicamente classificado pelo *Heraldo* como *Descrédito Predial Português*.

rebanho de gado”<sup>85</sup>(*Província do Algarve* nº 42, 17/7/1909:2), que presidia aos destinos da Pátria, “o muito jovem chefe de Estado, em poder dos clericais e das fações retrógradas e reacionárias” (*Província do Algarve* nº 64, 18/12/1909:2); na sua mãe, a “beata” educada no *Sacré Coeur*; na classe política da monarquia, cujos “partidos constitucionais estão já gastos, impotentes e estéreis” (*Província do Algarve*, nº 15, 9/1/1909:1).

Não era esta a opinião do jornal *O Herald*, monárquico, afeto ao Partido Regenerador, como se pode verificar no excerto, “os anos juvenis e o acidente que o elevou ao trono fazem sobremaneira bem acolhido, o sr. D. Manoel, a quem aliás abundam os dotes de talento e de coroação próprios a adquirir-lhe o respeito e a estima dos filhos deste país a cujos destinos preside”. Ressalvava, no entanto, na continuidade do artigo citado, que “as belas qualidades perder-se-ão na inutilidade, se el-rei as deixar sacrificar nos altares de uma política retrógrada” (*O Herald*, nº 1427, 5/12/1909:1).

A República, por oposição, seria o regime da unidade, da Nação portuguesa, seria o regime das liberdades, todas as liberdades, políticas, civis e essenciais<sup>86</sup>; seria o regime da paz, contrário ao serviço militar obrigatório. Afirmava-se no *Almanach da Biblioteca Republicana Democrática*: “O soldado é um assassino assalariado e às ordens de um governo” (*Almanach da Biblioteca Republicana Democrática*, 1875:39). De igual forma, o jornal *A Folha Democrática* afirmava: “saiba o povo que essas parcialidades da sociedade – o clericalismo e o militarismo – somos nós que lhe pagamos sem que elas nos dêem em troca” (*A Folha Democrática* nº 7, 1/3/1883:2). Este último jornal estava, contudo, muito longe dos excessos de linguagem antimilitarista de alguns periódicos da capital.

A República seria, finalmente, federalista numa primeira fase e municipalista, adepta intransigente da descentralização, nas vésperas do 5 de outubro. Estamos, pois

---

85 *O Povo Algarvio* explica esta associação feita pelos republicanos, do rei guardador do rebanho: “o cetro de um rei é o seu cajado de pastor. Porque para os reis, o povo é um rebanho de gado” (*O Povo Algarvio*, nº 46, 30/7/1910:1).

86 O programa republicano de 1891 contemplava na parte 2, *a Fixação das garantias individuais, as Liberdades essenciais, políticas e civis, cf. anexo 1.*

em presença de um projeto de regime cheio de boas intenções, que alimenta a ilusão de que nele cabem todos, como se comprova pelo excerto do *Provincia do Algarve*: “ é indispensável não esquecer que a república, quando se proclamar, não será uma república feita só para os republicanos, mas uma república para todos os portugueses sem distinção de classe e de cores políticas” (*Provincia do Algarve*, nº 31, 1/5/1909:1).

Tratava-se de uma mensagem messiânica? A este respeito vejamos algumas considerações.

Romero Magalhães, sem se referir a messianismo, considera que a ideia republicana se confunde com um sentimento religioso (Magalhães, 2009:326-327). De igual forma, para Joel Serrão, a República tornava-se um credo (Serrão, 1975:287) porque a ideia republicana tinha algo de messiânico, tradicional e português.

Na opinião de Oliveira Marques, houve muitos que não compreenderam a mensagem dos ideólogos, pelo que “a República era o Messias, era o milagre. Bastaria a sua proclamação para libertar o País de toda a injustiça e de todos os males. Era a nova religião.” (Marques, 1988:36).

De outra parte, para Paulo Oliveira, foi o Positivismo que ao encontrar o conceito de estado positivo como a fase última da história (o fim da história) levou à ideia de que a República seria uma espécie de parusia, quer dizer, a uma visão messiânica do futuro estado republicano.

Pela nossa parte, consideramos a ideia republicana uma retórica fruto de convicções fortes, quase ingénuas, na bondade do ideal, por parte de quem definiu como prioridade a tomada do poder e a resolução da “questão política”. As diferenças ficaram para resolver depois. Não havia um plano de reformas a executar, o que não deixava de ser vantajoso para a propaganda (Magalhães, 2009: 325). A discussão de ideias não era intencionalmente a prioridade, a fim de congregar todas as vontades. Mesmo o programa de 1891 surgiu para apaziguar as vozes críticas dos radicais da década de 80.

A República, no entanto, para os seus defensores, tinha um carácter sagrado, nesse aspeto concordamos com Romero Magalhães e Paulo Oliveira, como pode ser comprovado pela afirmação do deputado António José de Almeida, na sessão

parlamentar de 20/11/1906, que na sequência da expulsão pelas forças policiais do colega de bancada, Afonso Costa, diria:

“Não imagine o Sr. Presidente do Conselho que, pelo facto de ter ainda hoje, a seu lado, as baionetas, que arrancaram do seu lugar um Deputado do povo e o levaram para fora do edifício, elas hão-de estar sempre a seu lado. Não estarão, porque em breve estarão ao lado dos republicanos. Ficarão então S. Exa. sabendo que os homens que uma vez perderam o sossego do seu espírito pela causa da república, que é a causa da pátria, não andavam a especular com ninguém, mas simplesmente a lutar pela realização de um ideal que julgam sagrado” (DCD, nº 34, 20/11/1906: 24).

João Ribaixo transmitiu-nos, do mesmo modo, a ideia de “santidade” do ideal republicano, a respeito da ilustração de *Manuel de Arriaga*, por Rafael Bordalo Pinheiro, onde afirmava: “Oh! se a República um dia se vier a fundar nas bases que ele deseja e premedita, hão de ver! (...) não haverá mais ódios, nem mais invejas, nem mais intrigas, nem mais desesperos, nem mais fomes” (Álbum *das Glórias*, 1882:28a). Pudemos comprovar esta interpretação de Bordalo/Ribaixo no poema publicado por Manuel de Arriaga, no jornal *A República*, em 1870, onde utilizou as seguintes expressões a respeito da República: “esta santa palavra” ou “a divina proscrita” (*A Republica*, nº 1,1870:2).

De igual modo, *O Futuro* proclamava a santidade da República: “a nossa cruzada é a revolução; os lugares santos a conquistar – a República” (*O Futuro*, nº 254, 10/5/1896:1). Uns anos depois, em 1907, voltava a referir-se nestes termos: “O santo ideal da justiça dos povos e da civilização moderna” (*O Futuro*, nº 763, 25/8/1907:2).

Tratava-se, no entanto, de um projeto concreto para a sociedade portuguesa, ainda que sem programa estruturado, com uma base social de apoio e uma filosofia de base, o Positivismo. Os seus seguidores estavam convictos da bondade do modelo e da exequibilidade da sua “ideologia”, com a mesma ingenuidade com que acreditaram no fim da história. No final, a República era uma utopia. Os republicanos “esqueceram-se” do programa concreto de atuação e não previram como iam lidar com as diferenças quando tivessem que geri-las, uma vez que não era prioritário. Importava, na altura, alargar a base social de apoio. Nesse projeto tudo se subordinava a um pré-requisito,

resolver a “questão política”, e a dois requisitos: laicismo e instrução. Só então se abriria um mundo novo contrário ao despotismo e ao obscurantismo.

Era esta retórica que os dotes dos líderes republicanos, reunidos no PRP, muito contribuíram para que passasse para a população. Entre todos, António José de Almeida, o “ídolo popular” (Relvas, 1976:67), “ levaria o povo aos maiores extremos da revolução, com uma simples palavra ou com um gesto” (Relvas, 1976:56).

De acordo com as afirmações de Magalhães Lima, “bela coisa [que] era a república no tempo da monarquia “ (cit. Garnel, 2004:66) ou “ com a República Portugal pode ter a felicidade” (cit. Rosas 2010: 71).

## CAPÍTULO IV - AS QUESTÕES POLÍTICAS NA IMPRENSA REGIONAL

### 4.1 O Federalismo

O federalismo foi uma “questão política” que marcou o republicanismo no período da propaganda. Ele afirmou-se, mesmo, como a facção mais combativa dentro do movimento republicano, na década de 70 (*Almanach Republicano-1876-1886:passim*). Os seus defensores eram os herdeiros da geração republicana de 48, de Henriques Nogueira, para quem a federação ibérica era uma resposta a todos os vícios da Monarquia. Era uma forma de lutar contra o absolutismo, ou a sua forma encapotada, legitimada pelo Poder Moderador da Carta Constitucional (Marques, 1990:371).

Para os republicanos, o centralismo era a continuidade do absolutismo, quer isto dizer, um estado centralizado, fosse ele qual fosse, constitucional ou absolutista, significaria sempre uma solução antidemocrática. Afirmava-se a esse respeito no *Almanach Republicano*: “os nossos parlamentares são uns diletantes que os próprios partidos levam às câmaras para dar animação ao parlamentarismo, uma mistificação ignóbil de liberdade (...) fingindo tolerância e liberalismo “ (*Almanach Republicano*, 1887:39).

O sonho federalista foi alimentado dos dois lados da fronteira, sendo D. Francisco Py y Margall e Castellar os seus grandes ideólogos do lado espanhol. Py y Margall apresentava-se como um modelo de virtudes para os republicanos portugueses, como se comprova pela afirmação: “um republicano de fé ardente, honesto e convicto” (ibidem).

Este federalismo tinha, na sua raiz, uma reação ao iberismo<sup>87</sup>, proposta que equacionava a unificação ibérica sob um único monarca, na segunda metade do século XIX. Como afirmava Teófilo Braga, “nós queremos a federação, mas repelimos a fusão” (Braga, 2010:73). Esta afirmação copiava a ideia do “mestre”, ideólogo do republicanismo, Henriques Nogueira, “ nós queremos a federação mas repelimos a

---

87 O *iberismo* foi defendido por Antero de Quental associado à defesa da Federação Ibérica, como se constata no seguinte excerto: “nem outra política, política capaz de ideias, de futuro e de grandeza, possível em Portugal, senão esta: a política do iberismo” (Quental, 1982:239). Posteriormente, os conceitos de federalismo e iberismo adotaram conotações diferentes entre os republicanos.

fusão. Aquela reserva todos os benefícios da independência e traz os mais que lhe são próprios” (Nogueira, 1976,vol:162/3).

Era em nome da nação, da preservação da identidade nacional, que os republicanos defendiam a federação ibérica, como forma de uma pequena nação se impor perante o imperialismo castelhano.

A ideia federal republicana tinha uma raiz iluminista, no pacifismo e fraternidade universal (Pereira, 2010:258), mas foi incorporada por Proudhon e Friedrich Krause (1781-1832). Este último rejeitava o estado absoluto, propondo, em alternativa, as associações de finalidade universal, a nação e a família. Através da federação de associações, chegar-se-ia a uma humanidade unida, onde a participação livre de todos levaria a que a sociedade se constituísse ordenada e organicamente, dando origem a uma espécie de “paraíso terrestre” (Oliveira, 2007:20). Na perspetiva krausiana, o desenvolvimento de cada um interessava a todos e a sociedade só se desenvolveria, adequadamente, quando todos pudessem atingir o seu próprio bem (Oliveira, 2007:16).

A filosofia de Krause teve, igualmente, grande divulgação em Espanha, através dos trabalhos de Sanz del Rio, editados sucessivamente em 1869, 1871 e 1904 (Rocha, 2011:26).

O fracasso da revolução espanhola de 1868 determinou que, como afirmou Rui Ramos, Lisboa se visse “infestada de exilados espanhóis, entre os quais o famoso Roque Bárcia, futuro cabecilha da comuna de Cartagena”<sup>88</sup> (Ramos, 1992b:494). O “republicanismo federal havia de ser a ideologia da extrema-esquerda peninsular para a temporada de 1868- 74” (*ibidem*).

Ahrens, como discípulo de Krause, “concebe a sociedade como um enorme sistema de esferas sociais (...) a coordenação exercida pelo Estado em tais âmbitos, não será absorvente e centralizadora, mas flexível e autonómica; daí que tal organicismo não conduza necessariamente ao federalismo mas a uma série de autonomias hierarquizadas numa estrutura unitária” (Rocha, 2011:34).

---

88 Cerca de 1870, fixou-se em Tavira o republicano radical, adepto do federalismo, Roque Faria. Teria fugido da fracassada revolução republicana espanhola de 1868, que depôs Isabel II? Cremos que sim, embora disso não haja provas documentais

A ideia federal republicana foi, igualmente, buscar o provincialismo descentralista de Proudhon, de características universalistas, que entendia a federação como a única forma dos pequenos estados se afirmarem, era uma garantia de liberdade. Como referia Teófilo Braga, “ (...) pela nossa vizinhança com Espanha, e como garantia perpétua de autonomia da nossa nacionalidade, [a organização política] deve ser federal” (Braga, 2010:121).

Os republicanos defendiam que este federalismo devia ser levado à prática com respeito pelas especificidades regionais. O património ficaria incólume, no entanto, para a maioria dos federalistas nacionais, Portugal surgia como um estado uno, perante uma Espanha fracionada. Afirmava a este respeito Teófilo Braga: “ (...) pela pequenez do nosso território a forma republicana deve ser unitária (...)” (Braga, 2010:121). Esta era a posição de Magalhães Lima (Garnel, 2004:63), ao invés de Heliodoro Salgado que defendia “a constituição de uma federação ibérica em que Portugal ficaria dividido em três repúblicas: Norte (com a Galiza), Centro e sul” (cit. Ventura, 2004:112). Carrilho Videira também propunha um modelo federalista em que Portugal ficaria dividido em 4 regiões, sendo o Algarve uma delas, com capital em Faro<sup>89</sup> (*Almanach Republicano, 1878:76*).

O sonho federalista foi alimentado pela *Revista Peninsular*<sup>90</sup>, a “elegante mensageira da fraternidade literária entre os dois países (...)”, na opinião de Henriques Nogueira (Nogueira, 1976, III vol:107). A descentralização federativa, sendo o primeiro passo para a democratização, por contrariar o centralismo absolutista, devia afirmar-se por níveis. No primeiro encontrava-se a família, federação de indivíduos, cujos membros estariam ligados por um sentimento de afeição (Nogueira, 1976,voll:163); de seguida pelas paróquias ou freguesias<sup>91</sup> consideradas como federações de famílias

---

89 Noutro artigo Carrilho Videira punha a hipótese da capital ser em Tavira ou Portimão (*Almanach Republicano, 1882:92*).

90 Revista literária, quinzenal ou mensal, dependendo do material recolhido, que se publicou em Portugal e em Espanha, desde 1855, dirigida por D. Carlos José Caldeira e na qual colaboraram autores portugueses e espanhóis com textos nas duas línguas e também em francês.

91 A mudança na terminologia de Paróquia para Freguesia ocorreu pelo art.º 2 da lei nº 621 de 29/6/1916.

(Nogueira, 1976, voll:163). O município, como o elemento estruturador da vida nacional, era como um complexo de famílias, uma federação de lugares, na perspectiva de Henriques Nogueira, localizado entre o indivíduo e o Estado (Nogueira, 1976,vol.I:163).

Estes órgãos naturais de base da estrutura social funcionariam como obstáculos à formação das oligarquias políticas nacionais. Era ao município que caberia a resolução das questões sociais, seria a força dinamizadora da nação. Afirmava a esse respeito Henriques Nogueira: “ o que é um povo senão uma federação de municípios, ligados pela identidade de raça e de língua (...)” (cit. Braga, 2010:121), um “estado em miniatura” (Nogueira, 1976, vol. I: 140).

Associado ao federalismo municipalista e conseqüente democratização da vida política, aparecia a defesa do mandato imperativo, isto é, o compromisso dos deputados com os eleitores e não com os partidos. Teófilo Braga foi um dos seus proponentes pelo que afirmava: “para o pôr em prática [o mandato imperativo] (...) é necessário que o impulso saia de um partido puro, sem compromissos, sem ódios de interesses, visando somente o triunfo da liberdade e da dignidade humana – a república” (Braga, 2010:123). Os deputados deviam responder perante os eleitores e seriam estes a impor os votos a emitir no parlamento (Braga, 2010:123).

Acima da nação, afirmar-se-ia a federação ibérica. Esta resultaria dos municípios portugueses e espanhóis que, por sua vez, seriam federados em províncias. A federação ibérica, por seu lado, daria origem à federação europeia e, finalmente, Nogueira pretendia que a “ a humanidade inteira nada mais deveria ser do que uma federação de nações” (Nogueira, 1976, vol I: 164).

Assim, o federalismo defendido não resultava de uma federação de estados, mas de municípios e províncias e estas da federação de freguesias. O poder central aparecia como coordenador do municipalismo, resultante de uma federação de municípios. Esta ideia seria retomada nos “programas” republicanos de 1883 e 86. O pacto federativo seria aceite, segundo Carrilho Videira, pela população, através de sufrágio “e não a capricho dos ministros” (*Almanach Republicano*, 1878:76) e teria como garantia a preservação da nacionalidade e da identidade nacional.

Como se constata, a ideia federalista tinha objetivos claramente pacifistas, de apaziguamento das divergências ibéricas, num período em que a questão da anexação dos dois Estados voltava a ser equacionada. Os republicanos demarcavam-se, claramente, desta opção, que classificavam de iberista, por oposição ao federalismo. Aos olhos dos seus defensores, o federalismo constituía uma forma de reforço político internacional de Portugal, num período de graves divergências entre os estados europeus, de que o epílogo foi a conferência de Berlim em 1884. O expansionismo inglês e alemão em África constituíam uma ameaça real ao património colonial de Portugal.

Uma Península Ibérica federada seria uma garantia de defesa das colónias ameaçadas no final de século XIX, através do reforço político dos Estados Federados da Península Ibérica. Num futuro próximo, os republicanos defendiam a extensão da federação ibérica às colónias e ao Brasil (Barbosa, 2011:5) e prescindir-se-ia dos cargos diplomáticos profissionalizados<sup>92</sup> e da função presidencial.

Os republicanos federalistas sonharam com um futuro pacifista, uma pátria republicana livre, uma Europa Federada e uma Federação Universal, onde se concretizavam os ideais de Felicidade e Fraternidade.

A ideia de uma República unitária, defendida pelos republicanos moderados, era vista com desconfiança pelos federalistas, por considerarem que o Estado centralizado poderia vir a ser tão absolutista quanto a Monarquia, como se comprova na afirmação de Carrilho Videira: “nenhuma república unitária tem subsistido, até hoje, senão periodicamente e pelo terror, terminando sempre em ditadura” (*Almanach Republicano*, 1877:49).

A geração republicana de 70 tornou a ideia federalista a fação mais combativa do movimento, incorporando-a com o positivismo de Littré e Spencer (Catroga, 1985:453).

Roque Faria, na década de 80, através dos jornais que dirigiu, afirmava-se claramente como federalista: “somos radicais, federalistas, campo político onde

---

92 O programa republicano de 1891 contemplava a “abolição do corpo diplomático”, no ponto 2, *Liberdades políticas ou garantias*, da parte 2, *Fixação das garantias individuais*, cf. anexo 1.

militamos há 15 anos” (*O Porvir*, nº 17, 17/2/1889:3). Não referiu, jamais, o modelo federal que defendia, nem apresentou ou justificou esta opção, quer política, quer filosoficamente, pelo que recorreu a artigos publicados noutros periódicos, para a sua defesa.

O fracasso da experiência federalista da I República Espanhola e a experiência da III República Francesa relançaram o debate sobre a “questão federal” e levaram ao esmorecer da proposta federalista portuguesa na década de 90. No *Almanach Republicano*, Carrilho Videira afirmava, a respeito da fracassada república federalista francesa: “uma república unitária existe há seis anos em França e o povo tem ali menos liberdade do que no tempo do império” (*Almanach Republicano*, 1877:49).

O Programa Republicano de 1891 defendia um estado unitário, mas revelava uma forte sensibilidade federalista, contemplando a descentralização municipalista, política e administrativa. Quanto à organização dos poderes, o estado funcionaria como uma federação de municípios<sup>93</sup>, legislando em assembleias provinciais. A federação de províncias legislava numa assembleia nacional, sancionava as determinações das assembleias provinciais e velava pela autonomia e integridade nacionais<sup>94</sup>. Assim, na proposta municipalista finissecular, o país surgia dividido em federações de famílias, freguesias e províncias, com um Estado Central meramente coordenador das autonomias.

Em 24 de Junho de 1893, ocorreu o último encontro de republicanos federalistas dos dois lados da fronteira, em Badajoz, no qual estiveram presentes Py y Margall do lado espanhol e Magalhães Lima do lado português, entre outros (Lopes, 1947:138). O sucesso dos republicanos nas eleições legislativas espanholas deu ânimo aos federalistas, mas a ideia estava condenada do lado português desde o programa republicano de 1891.

Não podemos deixar de registar que no congresso de Badajoz, Eduardo Abreu ainda proclamou: “hoje declaramos à Europa, bem alto para que nos ouça, que os dois povos, independentes, querem caminhar unidos – até como força armada, se tanto for

---

93 Art.º 1º da parte I, *Organização dos poderes do Estado* no Programa Republicano de 1891, cf. anexo 1.

94 Art.º 2º da parte I, *Organização dos poderes do Estado* no Programa Republicano de 1891, cf. anexo 1.

necessário – para a mesma missão civilizadora de África com trânsito por Gibraltar... Os confederados da Ibéria farão sentir o peso da sua espada nos destinos do mundo” (cit. Lopes, 1947:138). *O Futuro*, animado pelo congresso de Badajoz, ainda proclamava a defesa do federalismo em 1893: “escravos de Inglaterra ou federados com a Espanha”( *O Futuro*, nº 124, 23/7/1893:1).

Fica claro, através da leitura deste jornal, o contexto político em que se afirmou a proposta federalista portuguesa no final do século XIX: “ se queremos pois sair desta situação desesperada [Ultimato e Bancarrota], se queremos ter um povo enérgico, ativo e trabalhador, proclamemos a República e fundemos aqui as instituições da democracia federal que deram à Suíça a felicidade e a riqueza” (*O Futuro*, nº 67, 19/6/1892:1). Será que Gustavo Cabrita lera, realmente, o programa “científico” republicano a que aludira um ano antes?

O país, também, não parecia aderir à ideia federal e a prova disso foi o coro de protestos, de norte a sul, relativamente ao congresso de Badajoz, conforme noticiou *O Futuro*. Talvez por essa razão, 1893 foi o último ano em que encontramos artigos de defesa da ideia federal no Algarve, no jornal *O Futuro*, o único de propaganda republicana, à data.

Já o *Provincia do Algarve*, nas vésperas da revolução do 5 de outubro, refletia o sonho descentralista do programa republicano de 1891, com uma profunda vertente universalista, de inspiração federalista, sem, no entanto, se referir à federação ibérica, europeia ou universal. Apesar de continuar a pairar a ameaça sobre as colónias portuguesas e do iberismo continuar presente, já havia esmorecido a ideia federal ibérica e universal. Em sua substituição estava, bem presente, a ideia de um municipalismo descentralista.

*O Provincia do Algarve*, em 1909, mantinha as ideias de “ paz universal por meio da tolerância de todos (...)” (*Provincia do Algarve*, nº 26, 14/3/1909:2). Era a afirmação do universalismo republicano, “nesta [nessa] época de tantas injustiças e de tantas misérias que santa e raríssima virtude não é ter-se fé no triunfo de um ideal de paz e amor universais”( *Provincia do Algarve*, nº 7, 14/11/1908:1). Enquanto a Monarquia era acusada de ser militarista, os republicanos de todas as épocas proclamavam-se pacifistas.

Tal como decorre do atrás exposto, a primeira etapa dessa descentralização seria, claro, a resolução da “questão política”, implantando a República, o regime do homem civilizado, que pertencia mais à sociedade do que a si. Ao contrário, a Monarquia representava o estado selvagem. Como afirmava o *Provincia do Algarve*, “não tem ainda bem desenvolvidos os instintos sociais” (*Provincia do Algarve*, nº 14, 2/1/1909:2).

As recentes ciências, ditas naturais, eram usadas como argumento, em sintonia com o biologismo de Herbert Spencer. Afirmava a esse respeito o *Provincia do Algarve*, “ tudo no mundo é um agregado harmónico de forças e energias, incluindo os corpos brutos. Estes provêm da afinidade dos átomos e da coesão das moléculas (...). Os organismos pluricelulares são um agregado de infinitas células, concertando entre si as suas variadas aptidões e energias, para formarem o indivíduo” (*Provincia do Algarve*, nº 14, 2/1/1909:1). Transpondo a lei da natureza para os fenómenos sociais, chegávamos às sociedades, “constituindo grandes individualidades coletivas, formadas pelo concerto e harmonia de milhões de indivíduos, vivendo e trabalhando em comum” (*ibidem*).

A Monarquia, por se encontrar no estado metafísico, considerava-se que ainda não tinha chegado a esta compreensão dos factos, e os indivíduos, por falta de instrução, “ (...) Vivem em sociedade contrariando quer as leis naturais, e quer as próprias e verdadeiras leis sociais!” (*ibidem*).

Para este jornal, a socialização era assim uma lei natural e era da sociedade que o homem recebia a sua inteligência. Cabia ao poder instruir o cidadão, defendê-lo da influência anticientífica, e permitir o desenvolvimento da sua inteligência, de acordo com os valores do progresso, da ciência e da cidadania. Para ilustrar o papel da socialização, o jornalista certificava que “os corpos como o rádio, cujos átomos têm pouca afinidade entre si, tendem a desaparecerem” (*ibidem*). As leis sociais previam, pois que o homem trabalhasse para o bem comum, em harmonia com os restantes. A exploração violava as leis sociais, e o celibato, sendo antissocial, era antinatural.

As leis sociais funcionariam, para o *Provincia do Algarve*, por patamares. O primeiro seria a família, a célula onde se forjariam bons cidadãos, entenda -se por fiéis aos valores da República. Residia exatamente aí o conceito de “honra” e seria um dos

cuidados da futura sociedade republicana, garantir que a família moldasse cidadãos honrados. Para isso havia que “ilustrar” as famílias, inculcá-lhes os valores da República. Acima da família, surgiam a aldeia e a cidade que funcionariam, no futuro estado republicano, num modelo de federação de indivíduos, como as primeiras unidades importantes do vasto e complexo organismo de uma nação. Para esclarecer a relação, o *Provincia do Algarve* recorria à Biologia: “ é para esta [cidadão versus cidade] o que o átomo é para os corpos, cuja constituição parte deles. No átomo e nas suas leis de afinidade está a sede principal dos fenómenos químicos que dão origem aos diversos corpos. É o ponto inicial do mundo orgânico e do inorgânico como a cidade é do mundo social e político” (*Provincia do Algarve*, nº 2, 10/10/1908:2). Estamos em presença da doutrina do organicismo material ou biológico positivista, que o *Provincia do Algarve* tão bem conhecia.

Finalmente, caberia ao estado republicano manter puros e vigorosos os laços de união entre as diversas unidades, onde se incluíam, acima da cidade, a província, a nação e a humanidade. No entanto, estes laços supranacionais não surgiam, no *Provincia do Algarve*, numa relação política federativa, mas numa perspetiva ecuménica, isto é, de fraternidade universal, como se constata pelo excerto:

“O verdadeiro amor da humanidade foi pregado pelos livres-pensadores e pelos sábios da ciência contemporânea, que igualaram os homens não perante um Deus, mas perante a Natureza. Foram eles que destruíram a absurda teoria, que o homem está inteiramente desligado de toda a Criação, e forma um reino a parte. A ciência contemporânea levou à evidência que ele saiu do seio da Natureza com os mais seres, a que está ligado por laços estreitos (...) A mesma ciência prova que todas as raças humanas provêm de uma origem comum, e são, por tanto, irmãs. (...) Com a ciência contemporânea, com a telegrafia elétrica, com os caminhos-de-ferro, e com os velozes transatlânticos, tudo devido àquela ciência, abriu-se o período da vida da humanidade. Atualmente todos os povos do mundo auxiliam-se mutuamente e vivem em contacto íntimo, como se fossem um povo só” (*Provincia do Algarve*, Nº 9 19/12/1908:3).

Para os republicanos do *Provincia do Algarve*, a ciência anunciava um futuro de paz universal, mas só a República poderia garanti-lo, porque “ à força de uma educação vesga, contemplativa e fanática emanada da Igreja e envolvida em ficções

religiosas, sempre bestializadoras e nocivas para o bem da Humanidade, tomou-se até como deprimente o trabalho, e o homem sensato que alguma coisa produz é olhado com desdém” (*Provincia do Algarve* nº 2, 10/10/ 1909:1). Encontravam-se, neste caso, continuava o periódico, “o povo português em geral e o povo algarvio em especial [que] são uma e mesma personalidade cómoda e grotesca para não dizer madraça e sórdida” (*ibidem*). Havia que libertar os algarvios e os restantes portugueses das garras da igreja, ilustrá-los, para então se poder entrar no regime perfeito, no período de felicidade e fraternidade universais, defendido pelos Filósofos Iluministas, teorizado pelo krausismo e anunciado pelos Positivistas. Entraríamos no fim do sentido universal da história (Catroga, 2010a:122).

A descentralização estava intimamente ligada ao conceito de Mesologia<sup>95</sup>, termo utilizado por Comte e segundo o qual, os fatores do Meio Ambiente eram os responsáveis pelo caráter dos povos e pela marcha da civilização (Catroga, 2010a:126). Com base na Mesologia Positivista de Comte, o *Provincia do Algarve* partia para a caracterização da “alma algarvia”, da individualidade do território, do “Povo” e a partir daí justificava a necessidade de descentralização: “todos os habitantes de uma província têm um traço comum de fisionomia; manifestam os mesmos hábitos, usos e costumes; e estão identificados em ideias sentimentos e tradições” (*Provincia do Algarve*, nº 5, 31/10/1908:1). Por todos estes argumentos, questionava o *Provincia do Algarve*, “e uma unidade étnica e de atividade nacional, tão importante, não tem em Portugal autonomia política e administrativa! (...) Como pode prosperar uma província, não se entregando a seus habitantes o cuidado de desenvolver as suas riquezas próprias, que só eles conhecem bem?” (*Provincia do Algarve*, nº 2, 10/10/1908:1).

Em 1909, a vereação republicana da Câmara de Lisboa, em fidelidade aos seus ideais descentralistas, organizou, de forma exemplar, o Congresso Municipalista<sup>96</sup>. Nele estiveram representadas as câmaras algarvias de Castro Marim, Lagos, Lagoa, Loulé, Silves e Portimão (*Provincia do Algarve*, nº 30, 24/4/1909:2). Sem ser um congresso republicano, estes marcaram forte presença e utilizaram-no para sua

---

95 A Mesologia defende a influência decisiva do meio na formação da personalidade do indivíduo.

96 Este Congresso correu entre 16 e 21 de Abril de 1909.

propaganda. Foram aprovadas as teses da autonomia municipal e consequente descentralização administrativa; o referendo popular e a federação de municípios (resultando estes da federação de paróquias), e a pátria como síntese da federação nacional, onde “ o Estado apenas exercerá funções de regularizador e concatenador da obra comum municipal, além daqueles que lhe caibam como integração suprema da Pátria” (*Provincia do Algarve*, nº 30, 24/4/1909:1).

O jornal o *Algarve* noticiou, de igual forma, o Congresso Municipalista, de forma breve e muito crítica, oposta ao *Provincia do Algarve*:

“Nada menos do que 135 câmaras municipais ali se fizeram representar, todas elas reclamando a adoção de medidas radicais que restituam à sua livre independência as municipalidades atrofiadas pela tutela administrativa. É caso para se dizer: ‘ tanto querem puxar que arrebenta.’ Em pouco tempo os munícipes ou tem de viver autónomos ou ninguém quer servir neles.” (*O Algarve*, nº 55, 11/4/1909:2).

Como se verifica, a defesa do municipalismo e da descentralização eram apanágio dos republicanos. Mesmo O *Algarve*, jornal independente, não concordava com essa ideia.

O federalismo estava assim definitivamente afastado dos horizontes políticos dos republicanos portugueses, em 1909. Em sua substituição, triunfava um municipalismo descentralista, onde o termo federação estava muito presente<sup>97</sup>, mas cujo sentido já tinha pouco a ver com aquele que lhe foi dado pelas sucessivas gerações republicanas de 48, 70 e 80, que o defenderam. A Federação Universal era substituída pela Fraternidade Universal, o Amor da Humanidade. Mantinha-se a propaganda de que a República era pacifista<sup>98</sup>, por oposição a uma Monarquia militarista. Era o pragmatismo que triunfava sobre o idealismo, na véspera do 5 de

---

97 Veja-se, a este respeito, o caso das teses aprovadas no congresso de 1909, referidas anteriormente.

98 O programa republicano de 1891 previa a “ Abolição do recrutamento e serviço militar obrigatório. Exército reduzido a Escola e Quadro, e Milícia nacional segundo as divisões provinciais”, no ponto 2, *Liberdades políticas ou garantias*, da parte II, *Fixação das garantias individuais*, cf. *anexo1*.

outubro. Atendendo a tudo isto, podemos concluir que o *Provincia do Algarve* refletia os novos tempos.

#### 4.2 O sufrágio universal

Para os republicanos, o conceito de democracia e de representação popular eram extremamente importantes, daí o destaque dado aos atos eleitorais, como se pode constatar na imprensa regional: “poucas horas nos separam de um dos atos mais importantes da vida de um povo livre: uma eleição” (*Provincia do Algarve*, nº 5, 31/10/1908:1). No jornal *Provincia do Algarve* apareciam, frequentemente, colunas dedicadas aos atos eleitorais, apesar das leis restritivas e da denúncia das fraudes sucessivas inviabilizarem, à partida, o sucesso dos republicanos. Este periódico procurou educar o povo, dando instruções relativamente ao recenseamento e outros aspetos da participação cívica.

No caso de *O Futuro*, desde a sua fundação, em 1891, que se mostrou descrente dos atos eleitorais e convicto da inviabilidade de atingir o poder por esta via. Advogava, assim, a revolução, apesar de não apoiar a abstenção como fez o sector radical do partido republicano. Não apoiava, igualmente, a posição moderada do partido, adepta da via evolucionista, que apelidava de “oportunista”, os “republicanos de conserva”. A revolução apresentava-se, assim, aos olhos de *O Futuro*, como uma necessidade “moral de progresso e ordem, que temos de satisfazer pela violência, irremediavelmente” (*O Futuro*, nº 118, 11/6/1893:1)

Desde Félix Nogueira que o sufrágio universal foi defendido pelos republicanos, como se verifica pela seguinte afirmação: “poremos por princípio que uma eleição será perfeita, quando a universalidade dos cidadãos for chamada a votar (...) quando o voto for dado com conhecimento de causa e segundos os ditames da consciência” (Nogueira, 1976, vol. I:35).

Na mesma senda porfiava Teófilo Braga que considerava o sufrágio universal como “a solução mais consentânea com os costumes e como a garantia mais perfeita da ordem de paz, da riqueza e da prosperidade pública” (Braga, 2010:115).

No “programa” do PRP de 1873 afirmava-se: “queremos o sufrágio universal para todos os membros da Federação Portuguesa, tanto do sexo masculino como do feminino, que tiverem completado 18 anos” (Catroga, 2010a:177). A lei eleitoral vigente em Portugal, desde 1878, também conseguia os mais elevados índices de participação da Europa, 72% dos homens adultos, incluindo os analfabetos chefes de família.

No Algarve, *A Folha Democratica* de Lagos defendeu, igualmente, o sufrágio universal em 1883 (*A Folha Democratica*, nº 7, 1/3/1883:1) que ficaria definitivamente consagrado no programa do PRP de 1891, no 2º ponto, *Liberdades políticas ou de garantias da parte da Fixação das garantias individuais* (cf. anexo 1).

À medida que crescia a contestação republicana na sociedade portuguesa, os analfabetos seriam excluídos da lei eleitoral de 1895 e a percentagem de participação caiu para 50% (Ramos, 2004:559). Este decréscimo manter-se-ia até à implantação da República, completado com diversas habilidades eleitorais, com vista a diluir o voto urbano, tendencialmente republicano.

Para os republicanos, a corrupção eleitoral fazia com que conseguir a emancipação do povo na Monarquia Constitucional fosse uma ficção. Só o alargamento da participação cívica, pelo sufrágio universal, poderia emancipar os indivíduos.

O sufrágio universal era uma questão unificadora entre todas as tendências republicanas, com ele cumpria-se o princípio da justiça e igualdade perante a lei (Garnel, 2004:49). Por isso é que consideravam a República representante da democracia, o poder do povo, enquanto a Monarquia era o regime de castas (Braga 2010:194), de oligarquias que dominavam o poder, através da aliança com o trono. Essas oligarquias estavam claramente identificadas, como se constata no excerto do jornal *Provincia do Algarve*:

“Está de volta do estrangeiro a criança chefe de estado da nação portuguesa (...) Foi vivamente aclamado pelos alunos dos colégios jesuíticos, pelos clericais, pelos nacionalistas, pelos realistas puros, pelos legitimistas, pelos das associações católicas, autoras das matanças dos homens livres, pelos da liga monárquica, composta de velha e nova nobrezas ignorantes e cheias de

vícios e preconceitos dos velhos tempos, pela sociedade elegante (...) e por todos os elementos oficiais, que tanto festejam um rei bom e inteligente, como o mais estúpido tirano” (*Provincia do Algarve*, nº 63, 11/12/1909:1).

Apesar de o *Provincia do Algarve* ser um jornal profundamente informado das ideias republicanas, quer nos seus fundamentos teóricos, quer nas suas expressões programáticas, e de assumir a missão de educador das massas, não defendia declaradamente o sufrágio universal. Isto apesar de manter colunas regulares sobre os atos eleitorais e de manifestar a importância do sufrágio como símbolo da liberdade republicana, tal como se pode constatar no seguinte excerto: “não há, nem pode haver, cidadãos livres, senão dentro do sistema republicano, em que eles sós exercem a soberania do Estado” (*Provincia do Algarve*, nº 14,2/1/1909:1).

Será que os republicanos da “geração ativa” já se preparavam para inviabilizar o sufrágio universal, e optaram pela indefinição da propaganda, na última fase da Monarquia? Aqui é provável que seguissem o mestre Henriques Nogueira quando atestava: “cumpre que o voto seja *ilustrado*, porque só assim ele pode recair em indivíduos com suficiente capacidade. O voto é uma escolha e ninguém escolhe sem saber como e quem há-de escolher” (Nogueira, 1976,vol.I:35). Esta mesma argumentação, a “falta de ilustração”, seria utilizada pelos vitoriosos do 5 de outubro para adiar um princípio presente em todos os programas e que nunca chegaram a aplicar.

Apesar dessa omissão, o *Provincia do Algarve* recorreu à escolástica de S. Tomás de Aquino, para defesa da República, quando precisou de esgrimir argumentos com os adversários. Inere-se que os adversários diriam que o sufrágio universal e as eleições presidenciais seriam adequados aos EUA, não a Portugal. A forma de contrariar esse argumento foi utilizar a “*Summa Theologica* do mestre da escolástica” onde, supostamente, se afirmava que “os princípios democráticos da Constituição perfeita [eram] o sufrágio universal e cargos eletivos, incluindo o do chefe supremo do estado”. Numa altura em que o continente americano não era conhecido dos europeus, a teoria do mestre teria, necessariamente, que se aplicar à Europa. (*Provincia do Algarve*, nº 40, 3/7/1909:2).

Este recurso à escolástica medieval prendia-se com o facto de ter havido um movimento de renovação desta filosofia no final do século XIX, tendo sido criadas algumas revistas destinadas a veicular a doutrina de S. Tomas de Aquino, o que não passou despercebido, é claro, aos intelectuais do *Provincia do Algarve*.

Não podemos deixar de sublinhar, do mesmo modo, que o periódico noticiava as manifestações a favor do sufrágio universal que vinham a ocorrer na Alemanha e, como constatava, “por toda a parte os povos, convencidos do que atingem a maioria, reclamam ousadamente os direitos que as classes conservadoras se negam a reconhecer-lhes (...) Num e noutro destes países [referia-se à Inglaterra] a democracia vencerá por fim” (*Provincia do Algarve*, nº 88, 3/7/1910:2). Como se verifica pela leitura do excerto, o sufrágio universal era visto com simpatia por este jornal, sinal de progresso e de democracia, sem no entanto o defender para Portugal. Não deixava, porém, de condenar o voto censitário, do seguinte modo: “e os analfabetos ricos porque votam? – provavelmente porque compram essa consciência todos os anos na recebedoria do concelho, justamente com o recibo da décima” (*Provincia do Algarve*, nº 76, 13/3/1910:1)<sup>99</sup>.

*O Futuro* não defendeu, tal como o *Provincia do Algarve*, o sufrágio universal. Referiu-se, numa ocasião, à concessão do voto, na Dinamarca às mulheres solteiras, situação que não defendeu nem condenou, limitando-se a dizer: “ se isto pegasse em Portugal, como seria agradável ser-se galopim” (*O Futuro*, nº 41, 20/12/1891:2). Seria por causa do “obscurantismo do meio provinciano “ que lamentavelmente constatava?

---

<sup>99</sup> *O Provincia do Algarve*, após a implantação da República, clarificaria a sua posição quanto ao sufrágio: “Num país republicano, é uma monstruosidade excluir dos recenseamentos eleitorais qualquer indivíduo que não tenha praticado ato criminoso (...) Por agora devia-se negar o direito de votar a qualquer analfabeto “. Esta posição era explicada pela necessidade de tornar o voto consciente, através da ilustração, impedindo que uma elevada percentagem de potenciais eleitores, os analfabetos, “vão deitar a lista na urna pela mesma forma e com a mesma consciência com que iriam deitar uma carta na caixa do correio – sem saber o que ela diz e o que significa” (*Provincia do Algarve*, nº 104, 5/11/1910:1).

## CAPÍTULO V - A CULTURA REPUBLICANA NA IMPRENSA REGIONAL

### 5.1. O Feminismo

Desde o Iluminismo, teorizado no século XVIII pelos Filósofos das Luzes, que a situação social da mulher era alvo de atenção. Este movimento, ao defender a Igualdade e a Liberdade como Direitos Naturais e Inalienáveis do homem trazia, necessariamente, o problema da subordinação da mulher para a ordem do dia. Em Portugal, porém, a formação do movimento feminista só viria a surgir na década de 70 do século XIX, em paralelo com a formação do PRP, numa luta comum com vista ao triunfo da República.

Até onde ia a postura feminista dos republicanos? Para os positivistas, os sexos eram diferentes, cada um tinha um determinado papel a desempenhar na sociedade, pelo que a mulher devia complementar o do homem. Assim, os republicanos desenvolveram uma ideia do feminino, em que a mulher surgia subordinada ao lar e à família e era nesta perspetiva que defendiam a sua liberdade e a proteção legal dos filhos. O divórcio era, igualmente, defendido, tendo em vista a moralização social, para que não houvesse necessidade de recorrer ao adultério, no caso de um casamento falhado (Garnel, 2004:109).

Esta argumentação pode ser comprovada na proposta de lei do divórcio, apresentada pelo Deputado Duarte Gustavo de Roboredo de Sampaio e Mello, em sessão parlamentar de 18 de maio de 1908, com os seguintes fundamentos: “e como é que legalmente um homem não há-de poder libertar-se da mulher que com a sua prostituição o enxovalhou e não há-de uma mulher poder emancipar-se do infame que a tortura e lhe amargura a existência e lhe compromete o futuro de seus filhos? Só o deverão fazer pelo crime ou pelo suicídio? É isto de boa moral e de boa religião?” (DCD, 20/5/1908:7-8).

A posição social dos filhos, também, estava em causa: “além disto, pelo divórcio, apaga-se essa nódoa tristíssima nas sociedades modernas dos filhos adúlteros, esses párias da moral oficial” (*ibidem*).

Este mesmo deputado já havia feito uma proposta idêntica em 1 de março de 1900, o que prova que a questão do divórcio não era apanágio dos republicanos, mas de largos sectores da sociedade, apesar da forte oposição da igreja católica.

À mulher, os republicanos reservavam uma missão social importante, a educação do futuro cidadão. A necessidade de instrução feminina foi o cavalo de batalha do PRP, porque significava dar à mulher ferramentas que lhe permitissem cumprir a sua 'nobre' missão de mãe de família. A sua função social surgia, pois associada aos destinos da Pátria, cuja salvação dependia da missão feminina de educação do futuro cidadão republicano.

Para os republicanos, na reforma da família, o pré-requisito era, assim, a educação da mulher. Não bastava procriar, era preciso educar nos valores da República e para isso era necessário educar as mães para preservar a Pátria. Já Henriques Nogueira teorizara nesse sentido, como se comprova pelo excerto: “nós julgamos fazer um serviço à civilização, aconselhando as mulheres para a educação das crianças “ (Nogueira, 1976, vol.I:115).

O *Provincia do Algarve* também acentuava este importante papel da mulher na sociedade:

“O verdadeiro mestre dessa escola de amor é a mulher, a grande heroína do coração. Somente o amor de mãe poderá fazer vibrar nos filhos o nobre sentimento da pátria e outros semelhantes (...) Grande e sublime, é pois, a missão que incumbe à mulher no seio da família. Não a reduzamos aos grosseiros misteres da casa, como até hoje ignorando-se o brilhante papel que a natureza lhe reservou, já como esposa e como mãe (...) Aproveitemos, pois, a grande força do coração da mulher, para desenvolver nos homens o amor do próximo e as nobres virtudes cívicas, a alma da república” (*Provincia do Algarve*, nº 4, 24/10/1908:1).

No *Heraldo*, a questão da educação e da instrução femininas não foram abordadas. Este jornal dirigia-se para uma camada superior da sociedade e revelava preocupações relativamente a outros assuntos, como seja a função materna das senhoras de sociedade. A decadência da família era constatada por este periódico e a responsabilidade atribuída à mulher, como se verifica no excerto:

“Não há dúvida nenhuma que a humanidade está cada vez mais lamentavelmente atrofiada (...) o desapego cada vez mais criminoso das mães que, preocupadas unicamente com as toilletes, os passeios, as visitas, por completo abandonam os seus deveres domésticos, largamente têm contribuído para o grande descalabro da vida da família, outrora tão serena, tão luminosa, tão cheia de encanto e doce poesia, nesta bendita terra portuguesa. A criança é entregue a cuidados mercenários porque as mães elegantes não têm tempo para tratar da sua educação. Há mães que mal conhecem os filhos (...) ei-las constantemente na rua, nos passeios, nos teatros, indiferentes ao choro, às rabugices dos seus pequeninos que as amas alimentam” (*O Herald*, nº 1459, 24/7/1910:2).

A educação defendida para as mulheres pelos republicanos impunha-se em consequência do seu profundo atraso em termos culturais (cerca de 80% de analfabetismo em 1910), no entanto, esta necessidade surgia subordinada a valores políticos (como meio de salvação da Pátria) e não com objetivos baseados na igualdade (política e social). Consideravam a mulher, enquanto ser ignorante, presa fácil do padre e a confissão auricular condicionadora da própria família. Era necessário libertar a mulher das garras do padre para, em última análise, libertar o homem e a humanidade. A única forma que entendiam possível era através da instrução.

Afirmava-se a este respeito no *Arquivo Democrático*: “arranque-se a mulher primeiro, antes de mais nada ao Cristianismo, integrando-a na Filosofia; então surgirá resplandecente a emancipação da mulher e depois com facilidade a emancipação do homem, da humanidade inteira” (*Arquivo Democrático*, 1909:80). Assim se comprova que os republicanos defendiam uma perspetiva utilitarista da mulher, onde não havia espaço para o seu desenvolvimento enquanto pessoa.

O jornal *O Futuro* defendia, de igual modo, a educação feminina numa perspetiva republicana: “ em harmonia com a missão a que é destinada”. Referia, porém, um facto que não encontramos em qualquer outro periódico algarvio: “uma professora por muito ilustrada, nunca é apta para formar um homem” (*O Futuro*, nº 658,13/8/1905:1). Esta era uma visão primária dos sexos e dos seus diferentes papéis sociais.

Os republicanos portugueses não alinhavam com alguns movimentos feministas internacionais, mais radicais, que propunham a libertação feminina no

campo intelectual, dos direitos civis e políticos. Revelavam, inclusivamente, preconceito relativamente às feministas, como pode ser comprovado no excerto do almanaque: “por ora a *feminista* não vê claro as questões sociais, tem o mau gosto de se masculinizar, arremedando o homem no andar, no olhar e no vestir, abdicando do seu papel de mãe e de dirigente do *ménage*, fazendo uma guerra insidiosa contra o homem. A mulher tal qual ela deve ser não deixa de ser fêmea, a companheira do homem, a mãe, a educadora” ( *Archivo Democratico*, 1909:80).

Mesmo Oliveira Martins, um autor culto e viajado, revelava um enorme preconceito relativamente às mulheres feministas e instruídas: “ um virago de cabelos curtos e óculos, vestido pardo e sólidas botifarras, sobraçando rimas de livros” (cit. Vaquinhas, 2000:33).

Para os republicanos portugueses, a participação política da mulher não era equacionada e mesmo algumas feministas, como Maria Veleda, em 1910, declaravam-se anti sufragistas (Catroga, 2010a:181).

No mesmo sentido, o jornal *Alma Feminina*, em 1907, definia nestes termos o feminismo: “ não quer roubar a mulher à família, mas reivindica para ela direitos sociais mais extensos (cit. Leal, 1986:360).

Em 1878, uma senhora, a coberto do pseudónimo “Sua Irmã de Caridade”, respondia às teorias antifeministas de Ramalho Ortigão sobre educação feminina, no jornal o *Diário da Manhã*, referindo-se à emancipação das mulheres como “ esse sonho dourado das senhoras inglesas – nós, menos profundas pensadoras, não o queremos” (Ortigão, 1992, VIII: 183).

Os republicanos não equacionavam a atribuição dos direitos políticos às mulheres, todavia, as feministas portuguesas, também, se dividiam quanto a esse aspeto. No que tocava aos direitos sociais, onde se incluía a instrução e o divórcio, havia consenso entre os republicanos e alguns setores monárquicos.

O jornal *O Algarve* revelava mesmo uma grande ignorância sobre o que se consideravam direitos políticos: “a mulher no nosso país não foi ainda elevada até à plataforma dos seus direitos políticos, que eu não traduzo pela mulher politicando nas assembleias eleitorais, mas uma mulher consciente do direito conjugal” (*O Algarve*, nº 12, 12/6/1908:3).

O jornal *O Algarve*, sendo independente, permitia que as suas colunas apresentassem diferentes perspetivas, sendo curiosos os artigos sobre a educação, em especial a feminina, assinados por um colaborador sob o pseudónimo de Nepha. Para este autor, a “febre dos diplomas normais” era o “martírio e desonra do desgraçado casal, “ porque as mulheres saíam desabilitadas aos deveres domésticos “ e com “costumes do luxo e da impostura ali adquiridos (...) por isso a melhor escola é a do lar e a mestra uma mãe, daquelas mães que não têm pejo de entregarem em cada semana o governo da casa a uma das filhas e a cozinha a outra, estimulando-as com prémios às melhores refeições, aos melhores acepipes e às melhores habilidades” (*O Algarve*, nº 108, 17/4/1910:1).

As opiniões de Nepha atrás expostas não divergiam assim tanto da perspetiva utilitarista republicana, ainda que fossem mais restritivas no tocante à educação que devia ser ministrada à mulher. Para os republicanos, a educação feminina devia ter em vista os valores da Pátria para aquele, devia privilegiar o serviço do lar porque, como afirmava, “ ela [a mulher] é e será sempre a primeira mestra, a principal educadora da sua [do marido] prole”. (*O Algarve*, nº 110, 11/5/1910:1).

Nepha continuava teorizando acerca da missão do ensino feminino: “em primeiro lugar está aquela instrução precisa a todos (...) o saber cumprir a sua nobre missão de eterna companheira do homem e criadora da sua prole, de modo a torná-la útil à Sociedade “ (*ibidem*).

A questão da libertação da mulher de preconceitos relativamente ao marido e a forma como devia ser instruída nesse aspeto, sem falsos moralismos pela mães, era um facto destacado, porque a sua missão social era, primeiramente, ser esposa e mãe e era para tal que deveria ser preparada, como se reafirmava no excerto: “ fazê-la mulher instruída e civilizada (...) trabalhadora e moralista, mas livre de falsos preconceitos ” (*ibidem*).

Por todo o exposto se vê que Nepha não equacionava o direito das mulheres à sua realização enquanto seres humanos, pelo que, desde a instrução, tudo deveria ser meticulosamente preparado com vista ao desempenho de um determinado papel de subordinação social. Esta era uma perspetiva que qualificamos de retrógrada, pois já fora defendida por Ramalho Ortigão em 1877, 43 anos antes:

“Esses conhecimentos indispensáveis à mulher deveriam constar na educação elementar, dos seguintes ramos de ensino:

1º - Curso de asseio e arranjo;

2º - Curso de cozinha (química e culinária);

3º - Contabilidade, escrituração e economia doméstica.

(...) As línguas não constituem instrução, porque não ministram conhecimentos” (Ortigão, 1992, VIII: 125).

Por seu lado, *O Herald* mostrava-se mais interessado em ironizar com a modernidade dos recursos postos à disposição da mulher de elite:

“Aproveite-se os progressos da indústria e transforme-se cada madama num perfumador ambulante que nos delicie o olfato (...) Falar, falar, falar sempre, eis o ideal da mulher moderna. Compre pastilhas de Quentin’s. Vende-se no Balsemão e conservam os lábios frescos e a boca perfumada (...) e constituem na conversa ou no canto, toda a fascinadora alma da mulher elegante “( *O Herald*, nº 1454, 19/6/1910:3).

O feminismo republicano era apanágio de alguns e mesmo esses equacionavam a atribuição de direitos civis, não considerando a atribuição de direitos políticos iguais ao homem (Garnel, 2004: 104). Para isso invocavam a natureza diferente dos sexos, que não se coadunava com a participação política ativa e com a imagem de pacificadora e angelical como estereótipo feminino, visível na seguinte afirmação de João Crisóstomo: “não queremos que a rosa perca o perfume (...) queremos na mulher a candura, o amor, a poesia” (cit. Garnel, 2004:102).

A mulher era considerada pelos republicanos como demasiado sentimental, atuante com a emoção e não com a razão, pelo que não tinha perfil para o desempenho na vida política. Afirmava a este respeito Magalhães Lima: “ as mulheres governam ao sabor dos nervos” (cit. Garnel, 2004: 104).

O preconceito de que as mulheres eram frágeis, emotivas e potencialmente reacionárias, presas fáceis do padre, dominava, mesmo entre os que se reclamavam de feministas, ou entre a imprensa que pretendia veicular esta ideia. Henriques Nogueira já divulgara este estereótipo do feminino, que persistiria entre os republicanos, como se verifica: “excelentes intérpretes do coração humano, possuindo no mais eminente

grau a sensibilidade, o gosto, a doçura, o carinho, a paciência, elas são ou podem ser, convenientemente instruídas, os melhores preceptores da infância. ” (Nogueira, 1976,vol.I: 115).

O *Provincia do Algarve* também veiculava esta visão do feminino. Num artigo a respeito de João de Deus afirmava:

“Um santo pela bondade do sentimento, sentimento transmitido pela intensa sensibilidade de sua mãe, uma delicada organização, como só às mulheres, de tempo a tempo, a natureza concede estes graus máximos de ternura (...) Havia também a esperar da doçura hereditária do lado materno, um compadecido enlevo pelos entes frágeis, pelas tenras criaturas que o seu afeto ilimitado apertava de encontro ao peito “ (*Provincia do Algarve*, nº1, 3/10/1908:1).

Este preconceito que dominava o republicanismo não inviabilizou que em 1876 o Centro Federal Republicano de Lisboa tivesse defendido o sufrágio feminino, como foi anteriormente afirmado, em clara consonância com o mestre Henriques Nogueira que, também, o propusera: “a nossa associação é a primeira a dar às mulheres um grande testemunho de consideração chamando-as a exercer todos os seus cargos de economia e ensino. Será também a primeira que as invista do importante direito de votar” (Nogueira, 1976, vol. I: 224). O mesmo autor esclarecia, igualmente, que o voto devia ser ilustrado e recair sobre indivíduos com suficiente capacidade para o exercer, o que deixava em aberto todas as possibilidades (Nogueira, 1976,vol.I:35).

Não restam dúvidas que os republicanos temiam o voto feminino e que o mesmo constituísse uma resistência ao progresso. Apesar do programa republicano de 1891 não o referir, especificamente, o Congresso Republicano de Setúbal, em 1909, reafirmou a promessa do voto feminino com a República (Esteves, 1998:73). Não disse, porém, quando a cumpriria.

Por outro lado, a igualdade política era advogada pela Associação Internacional de Livres Pensadores e foi praticada em Portugal pela Maçonaria, cujas lojas femininas atribuíram, nos seus estatutos, direitos iguais às masculinas. Entre 1904 e 1908, algumas mulheres entraram para a Maçonaria e em 1907 tinham direito a voto na organização (Costa, 1986:370).

A militância republicana feminina cresceu a partir de 1908. Segundo os estudos de João Esteves, devido à crença de que a mudança política seria favorável ao reconhecimento da igualdade. O movimento feminista em Portugal, intimamente ligado ao PRP, restringiu-se, porém, a uma elite burguesa, instruída e urbana, sem penetração nos meios rurais e populares (Esteves, 2000:243).

Em Portugal não houve manifestações feministas de rua ou de massas, como ocorreu por exemplo em Inglaterra. As mulheres eram apoiadas por uma imprensa especializada que divulgava as ideias, com colunas e secções femininas. As feministas militavam, ainda, nos centros republicanos, onde muitas lecionavam. A profissão de professora do Ensino Primário era aquela que mais mulheres atraía. Maria Veleda, por exemplo, foi professora no Centro Republicano Afonso Costa.

O primeiro liceu feminino português foi o Maria Pia em Lisboa (1906), que resultou da transformação da Escola Feminina Maria Pia no primeiro Liceu feminino em Portugal, sendo Domitília Carvalho, a primeira mulher que acedeu à Universidade em 1891/92, ao curso de Medicina, a sua primeira Reitora (Vaquinhas, 2000:31). Domitília Carvalho pode ser considerada como uma feminista na linha católica francesa, cujas dirigentes eram, em Portugal, a Rainha D. Amélia e a Duquesa de Palmela. Eram favoráveis à instrução feminina, no entanto, opunham-se às reivindicações do feminismo progressista que alinhava com o livre pensamento.

O primeiro episódio público declaradamente feminista, que congregava quer republicanas quer monárquicas, foi a constituição da Liga Portuguesa da Paz, em 1899, que em 1906 tinha uma secção feminina (Esteves, 2000:245).

Com idêntico objetivo, em 1910, foi constituída a Liga Republicana das Mulheres, a primeira associação que conciliou as reivindicações feministas com a intervenção política. Esta associação, liderada por Ana de Castro Osório, lutou, na perspectiva de João Esteves, pela conquista de direitos sociais, pela instrução e pelo reconhecimento de direitos políticos. Chegou a ter 1000 sócias oriundas dos meios burgueses letrados (Esteves, 2000:250). Para Oliveira Marques, a Liga era constituída por 500 sócias, lutava, segundo o seu estatuto, por novas leis sobre a mulher, a esposa e a criança, igualdade de direitos entre marido e mulher, autonomia financeira para a esposa, igualdade perante a lei, divórcio e educação para o sexo feminino (Marques,

1975:53-54). Para Rui Ramos, as mulheres da Liga Republicana eram, também, em 1910, um grupo de cerca de 500 e não eram feministas como as sufragistas inglesas, queriam combater esse feminismo da igualdade homem mulher, queriam definir um papel para a mulher para servir convenientemente a Pátria (Ramos, 1994:410).

*O Provincia do Algarve (1908)*, jornal de propaganda, apesar de veicular a perspectiva republicana da mulher, ignorou as discussões ideológicas em redor do feminismo. Quando se referiu, uma vez, a Maria Veleda, fê-lo de forma absolutamente informativa, sem tecer quaisquer considerações. Já *O Combate*, em 1887, sem se envolver em questões ideológicas sobre o feminismo, adotava uma postura diferente como se comprova pelo excerto: “é esperada em Elvas a nossa ilustre correligionária e abalizada escritora D. Angelina Vidal. Sentimos não poder dar idêntica notícia aos nossos correligionários”<sup>100</sup>(*O Combate*, nº 25, 20/9/1887:1). Angelina Vidal faria o elogio fúnebre de Roque Faria em 1889 (Mendonça, 2006b:199). Foi o tributo que a feminista prestou ao correligionário, pois ambos militavam no social-republicanismo.

*O Futuro* foi, de todos os jornais analisados, o mais plural nas suas opiniões. Divulgava artigos estrangeiros, profundamente revolucionários, onde se defendiam os direitos políticos para a mulher: “ assim, a mulher que hoje estorcendo-se sob o jugo de ferro do despotismo marital, arrasta uma vida miserável e aviltante, respirará [com a república] um dia o ar puro da liberdade exercendo os direitos que como ser humano lhe são devidos e dedicando-se sem entraves às letras, às artes, à ciência e à política” (*O Futuro*, nº 164, 10/6/1896:2).

A “Mulher-Homem”, tão criticada pelos republicanos portugueses, foi, igualmente, defendida em alguns artigos publicados: “ a mulher tem direito a experimentar até onde pode competir com o homem, tem razão para exigir que lhe deixem livre acesso à estrada por onde quer chegar a conseguir a sua emancipação” (*O Futuro*, nº 594, 15/5/1904:1).

Noutros artigos criticava o espartilho, apresentando os seus malefícios para a saúde feminina.

---

100 Fica-nos a dúvida se a desilusão de Roque Faria se devia à indisponibilidade de Angelina Vidal para vir a Tavira, ou se à falta de interesse da população para a receber, o que não deixa de ser um facto é o apreço do republicano pela feminista.

Em paralelo, apresentava, discretamente, opiniões antifeministas de Guerra Junqueiro ou Torres Campos e a perspectiva republicana da mulher enquanto ser frágil: “ambos os sexos possuem as mesmas faculdades; é certo porém que enquanto a vontade e inteligência se acentuam principalmente no homem, é a sensibilidade que predomina na mulher e faz dela uma heroína” (*O Futuro*, nº 658, 13/8/1905:1).

Supomos que a divulgação de artigos de um feminismo radical por *O Futuro* deriva das ligações a Angelina Vidal. Pela sua parte, *O Povo Algarvio* fez do anticlericalismo a sua luta não se envolvendo noutras questões ideológicas.

## 5.2. A educação

“Um país ignorante como o nosso é desgraçadamente, só por milagre pode ser bom, mas, por nenhum modo, pode ser liberal “ (Nogueira, 1976,vol.II:273). Assim se referia Henriques Nogueira ao problema da falta de Ilustração do povo português, em meados do século XIX.

Nas vésperas da implantação da República, Portugal ainda apresentava cerca de 80% <sup>101</sup> de analfabetismo. Esta elevada percentagem situava-nos na cauda da Europa em termos educativos (Guinote, 2010:1).

Como afirmava o *Provincia do Algarve*:

“Enquanto que Portugal com a sua imensa percentagem de analfabetos, não poderá acompanhar na marcha triunfal do progresso (...) Quando em Portugal tiver desaparecido o último analfabeto, ter-se-ia conseguido um lugar honroso entre as demais nações cultas, não consentindo mais administrações que nos arruínem, recuperando o nosso crédito, fazendo prosperar as nossas colónias, enfim atingindo a felicidade” (*Provincia do Algarve*, nº 6, 7/11/1908:1).

---

101 Este número foi avançado pelo *Provincia do Algarve*, sendo que para as mulheres e no Algarve essa percentagem subia para 83,4% (em 1900, entre 255.191 algarvios, 212.775 eram analfabetos *Provincia do Algarve*, nº 5, 31/10/1908, p.2) no entanto, os diferentes autores consultados divergem nos valores. Paulo Guinote, indica 74% de analfabetos com idade superior a 7 anos em 1900. Para 1910, Mendo Henrique indica 70,3%; Maria Cândida Proença 75,1% e Oliveira Marques 69,7%. Para as mulheres, Oliveira Marques indica 77,4% em 1911; Maria Cândida Proença 81,2%; João Esteves 85% em 1900 e 81,2% em 1911.

No mesmo sentido se posicionava o jornal *O Algarve*, nos artigos assinados por João Rodrigues Aragão, ao afirmar que “adquiriu-se já a velha convicção de que a base de toda a transformação social reside na instrução do povo (...) a pátria não pode sair da decadência em que jaz, por vias da sua administração (...) A solução (...) é o extermínio do analfabetismo” (*O Algarve*, nº 15, 5/7/1908:2). Como se verifica, o combate ao analfabetismo tornava-se a única forma de dignificar Portugal.

Esta elevada percentagem de analfabetismo ocorria, apesar de, desde 1844, a Monarquia ter decretado a obrigatoriedade do ensino, reforçando-a em 1870<sup>102</sup> e 1901 através da reforma de Hintze Ribeiro. Esta última reforma do Ensino Primário, antes da queda da Monarquia, determinava a obrigatoriedade de frequentar a escola, a gratuidade do ensino, a centralização do sistema escolar, a institucionalização do ensino normal, a criação de um corpo permanente de inspetores e a liberdade de ensino (Guinote, 2010:4).

A diversa atividade legislativa instituindo a obrigatoriedade do ensino primário tornava-se paradoxal, pois em Portugal não havia uma rede de escolas públicas que cobrisse o território. A forma que a Monarquia encontrou para colmatar essa falta foi a legalização das congregações religiosas em território português (1901), desde que se dedicassem ao ensino ou assistência. Mesmo assim, o ensino católico era privilégio de uma elite, já que as escolas gratuitas eram poucas.

Três anos depois da reforma do ensino primário de Hintze Ribeiro, viria a reforma do ensino liceal, cujas principais alterações foram a introdução da disciplina de Educação Física e a redução da carga horária (Guinote, 2010:12).

Ao lermos o jornal *O Algarve* apercebemo-nos das dificuldades do ensino liceal secundário no Algarve, nas vésperas da implantação da República. Os professores eram acusados de favoritismo; acusava-se o ensino de falta de qualidade levando a um elevado número de reprovações; acusava-se o liceu do elevado número de atividades (feriados, visitas de outras escolas, etc.) quando devia investir na preparação dos alunos; noticiava-se, com regularidade, casos de indisciplina, acusavam-se os professores de autoritarismo.

---

102 Em 1870 foi criado o Ministério da Educação, de que ficou encarregue D. António Costa.

*O Herald*, também, dava conta do elevado número de reprovações, “nunca visto naquele liceu”, a par das cábulas, favores e benignidade dos professores. No diagnóstico, para além da incompetência dos docentes, apontava-se o facto de “ não há estúrdias, divertimentos, passeios, serenatas em que não apareça representado o elemento académico” (*O Herald*, nº 1411, 15/8/1909:2).

*O Herald* revelava-se particularmente crítico face ao ensino ministrado no liceu de Faro. Numa altura em que se ponderava a atribuição do nome de João de Deus a esta unidade de ensino, comentava: “que mal faria João de Deus para ter o seu nome a servir de rótulo a um *coio de gafos do ensino*. Fora víboras! Fora *Escariotes* da Pedagogia, não tenteis salpicar com a vossa ignorância um dos nomes mais refulgentes da província, do país inteiro. Olhem, chamem-lhe por enquanto = *Enfermaria da Santa ignorância* ou *Viveiro dos Kagados Sábios* e ... bate certo” (*O Herald*, nº 1447, 1/5/1910:3).

O problema da indisciplina era, no entanto, à escala nacional, apesar de Lisboa ser poupada, nos artigos do jornal *O Algarve*, pelo melhor relacionamento professor/aluno. Relatava este jornal que no Funchal tinha havido desacatos, com o reitor atacado à pedrada, o que o obrigou a fugir; no liceu D. Manuel II, no Porto, 39 estudantes viram-se reprovados por faltas devido a castigo; em Évora e Faro havia notícias regulares da expulsão de alunos devido à indisciplina, pelo que se afirmava a este respeito: “ por toda a parte a insurreição da população escolar contra os agravos e as prepotências dos professores que se afastam do legal preceito de prestarem aos seus alunos proteção paternal” (*O Algarve*, nº 115, 5/6/1910:1).

O ensino liceal estava, constantemente, nas páginas do jornal *O Algarve* que se envolvia nas polémicas internas do liceu, emitia opinião sobre a punição de alunos, sobre os professores, etc. Relatou mesmo um caso ocorrido após a reprovação no exame do 5º ano, do filho de Justino Chaves, na sequência do qual o professor foi agredido verbalmente. Assustado, o professor mandou o contínuo a sua casa buscar uma arma. Como a mulher se recusasse a enviá-la, foi ao laboratório de química e, munido de um copo de ácido sulfúrico, preparava-se para cegar o pai irado. Valeu a intervenção do colega Cabeçadas que impediu o ato tresloucado (*O Algarve*, nº 122, 24/7/1910:1). O jornal adiantava que, à partida, já se sabia quem iria passar e quem

ficaria reprovado, numa postura sempre contrária ao professorado e favorável aos pais, que considerava investirem dinheiro inutilmente sem que o esforço dos filhos fosse premiado. O excesso de autoridade era visto como potenciador da indisciplina. Clamava-se, nas páginas do jornal, pela reforma do ensino liceal, "reforma com liberdade do ensino é o que está sendo preciso" (*O Algarve*, nº 115, 5/6/1910:1).

O jornal *O Algarve*, sendo independente, permitia que os diferentes quadrantes políticos usassem as suas páginas para divulgação e debate de ideias sobre educação. Laicos e católicos convergiam na necessidade de alargar a rede escolar. Por exemplo, os artigos assinados por Febo Moniz, de forte vocação católica, propunham que se convertessem os palacetes rurais dos antigos morgados, abandonados na maioria dos casos, em escolas em todas as freguesias algarvias (*O Algarve*, nº 43, 20/12/1908: 2).

Do mesmo modo, para os laicos, criar-se-iam centros escolares, de "formação higiénica e pedagógica nas principais povoações do Algarve" (*O Algarve*, nº 15, 5/7/1908:2). Dever-se-ia, ainda, organizar a assistência escolar, as cantinas e uma rede de escolas móveis, que chegassem a toda a população rural da província (*ibidem*).

Quanto aos métodos aplicados no ensino liceal, os laicos consideravam que deveriam mudar, por serem prejudiciais e retrógrados porque, enquanto nos liceus da capital havia um convívio alegre e paternal entre alunos e professores, no Algarve, a separação era total. Como afirmava o jornal *O Algarve*, "nos liceus da província, o estudante vive sob uma atmosfera de terror que o sufoca e o leva ao deplorável extremo de evitar e fugir do professor" (*ibidem*).

Esta atitude crítica dirigia-se, também, para os métodos utilizados na sala de aula, como se pode constatar pelo excerto do mesmo jornal:

"Pode lá admitir-se então, que esteja um desgraçado estudante, jovem, cheio de vida, de calor, do fogo intenso da mocidade, quase um ano inteiro numa labuta estúpida e cruel, agarrado a livros, atulhando o cérebro de inúteis teorias, permanecendo oprimido durante horas consecutivas do dia em aulas escuras e acanhadas, sem liberdade para se mexer, para entrar ou sair, e até sem liberdade para pensar noutra coisa, que não seja aquilo que o professor já materialmente lhe está dizendo" (*O Algarve*, nº 20, 9/8/1908:2).

Nos artigos assinados por João Rodrigues Aragão<sup>103</sup> era preciso mudar o ensino, preparar os espíritos banindo todos os preconceitos que dominavam os estudantes na aula; cultivar a inteligência rasgando todos os sentimentos humanos, científicos e naturais; suprimir de forma completa o espírito religioso e valorizar o esforço dos alunos e dos pais. Não era admissível que, depois de um enorme esforço e dinheiro gasto, o aluno fosse premiado com uma raposa (*ibidem*).

Quanto ao Ensino Primário, os métodos propostos por este docente baseavam-se, igualmente, no princípio da liberdade pois, como afirmava, “ na escola primária, somos inclinados à corrente pedagógica conhecida pelas suas afeições a jogos e brinquedos, que dão inteira liberdade aos alunos, aproveitando sempre o seu espírito de iniciativa” (*O Algarve*, nº 20, 11/10/1908:2)<sup>104</sup>.

---

103 Presidente do núcleo regional da Liga de Instrução de Faro, Diretor e Professor de Pedagogia na Escola de Habilitação de Faro, e professor de Línguas Vivas de Instrução Secundária. Foi bastante atacado nos jornais *O Heraldo* e *O Algarve*, por questões políticas, de caráter e profissionais.

104. A "educação nova" tem os seus precursores fora do campo da pedagogia, nomeadamente Nietzsche e Tolstoi, Stanley Hall e William James, entre outros, ainda que o seu principal inspirador tenha sido Jean-Jacques Rousseau. As primeiras escolas novas surgiram na Europa e na América entre 1889 e 1900. É também nesta altura que foi criada, nos EUA, a primeira escola experimental, a "escola primária universitária" de Chicago, por John Dewey. Um segundo momento que faz parte da história do aparecimento da educação nova situa-se entre os anos de 1900 e 1907 e remete para a formulação das principais correntes pedagógicas: pragmatismo ou instrumentalismo de John Dewey (Luzuriaga, L. (1977). *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo: Companhia Editora Nacional). Dentro dos métodos da educação nova, destacam-se, entre outros, os métodos de trabalho individual (Montessori), os métodos de trabalho individual-coletivo (Decroly), os métodos de trabalho coletivo (Freinet) e os métodos de trabalho por grupos (Cousinet). (Luzuriaga, 1977). É nesta altura que surge, neste âmbito, o Movimento da Escola Moderna (MEM), que tem por base a pedagogia de Célestin Freinet, professor francês que desenvolveu um método natural de aprendizagem, no decurso do seu trabalho como docente do 1.º ciclo, iniciado em 1920. Algumas das técnicas que mais se destacaram na sua pedagogia foram: a "aula-passeio", dada fora da sala de aula, como motivação para os alunos e pondo-os em contacto com a realidade; a produção de textos livres, quando e como a criança quiser, a partir dos quais se faz a aprendizagem da leitura e da escrita, segundo o método natural; a imprensa escolar, com entrevistas, pesquisas, vivências, relatos de aulas-passeios textos livres; a correspondência interescolar; o livro da vida, funcionando como um diário da turma; autoavaliação; e plano de trabalho. Freinet valorizava a prática de uma pedagogia de cooperação educativa, em que alunos e professores negociavam atividades e projetos a desenvolver em torno dos conteúdos programáticos, tendo por base os interesses e saberes dos estudantes e o contexto cultural das comunidades. Esta organização cooperativa promove o desenvolvimento moral e cívico, a capacidade de iniciativa, a corresponsabilização dos alunos pela sua aprendizagem e a aprendizagem da democracia. O Movimento da Escola Moderna (MEM) em Portugal é mais recente, remontando o seu aparecimento à segunda metade do século passado.

Voltando aos artigos de feição católica, estes faziam a apologia do ensino ministrado pela igreja. Febo Moniz procurava demonstrar a abrangência desse ensino, que não discriminava qualquer assunto ou matéria: "por serem católicas [escolas] professam todo o estudo, discutindo todas as opiniões e todas as ciências" (*O Algarve*, nº 39, 20/12/1908:1).

Quanto ao que era ensinado, Febo Moniz procurava contrapor as virtudes de uma moral subjacente ao ensino católico à "devassidão" de outras doutrinas, numa postura claramente contrária aos artigos de Rodrigues Aragão: "o pároco ensina a honrar pai e mãe, a não furtar, a não matar, a não levantar falsos testemunhos, não só pela palavra, mas pelo exemplo". Tudo isto por oposição ao "mestre-escola socialista, que não admite modificações às suas teorias de amor livre e de revolta contra quaisquer imposições, ainda mesmo as da ordem pública" (*ibidem*).

Para apologia do ensino católico, Febo Moniz apoiava-se no aumento da criminalidade em França, para demonstrar a importância da moral religiosa na formação do indivíduo. Afirmava a esse respeito:

"Um grande escritor, nada suspeito de clericalismo, o Sr. Fonillé, confessa que o aumento considerável de criminalidade infantil ascende a 1880, data em que foram postos em execução os decretos contra o ensino religioso em França. Porque será que a criminalidade aumenta enquanto a moralidade diminui, se as ciências, as artes e as indústrias progredem? Entre 1870-94, em Inglaterra, apesar de ter subido de um milhão e meio para cinco milhões o número de crianças que frequentam as escolas, a média da população das prisões baixou de 12000 para 5000. Isto devido à estreita ligação entre ensino público e moral religiosa. Em França, onde se faz a guerra ao ensino religioso, aumenta o número de crimes" (*O Algarve*, nº 61, 23/5/1909:2).

Quanto aos métodos de ensino, Febo Moniz defendia o castigo, por oposição à liberdade proposta pelo Movimento Escola Nova pois, como afirmava, "a noção de castigo é tanto mais preciso, quanto é certo que o cidadão, ao desligar-se da família, ultrapassando os limites da vigilância paterna, necessita de um motivo forte, que o mantenha na observância dos princípios de toda a organização social" (*O Algarve*, nº 41, 3/1/1908:1). No seguimento desse raciocínio condenava, em simultâneo, o

Positivismo que, na sua opinião, era uma filosofia discriminatória que preferia cortar o mal pela raiz eliminando os rebentos nefastos.

Outros católicos tentavam mostrar a modernização da igreja em matéria de ensino e o seu empenho no combate ao analfabetismo. O padre Oliveira, de Moncarapacho, afirmava nas colunas de *O Algarve*: “ o Ex. mo senhor cónego José de Sousa Guerreiro, então vice reitor do seminário diocesano, fundou no seu seminário aulas noturnas, ministradas por alunos do curso teológico [segundo o método de João de Deus] “(*O Algarve*, nº 58, 25/4/1909:2).

Outros artigos assinados pelo pseudónimo Nepha também opinavam sobre educação. Neste caso, alegavam:

“O verdadeiro flagelo não está verdadeiramente nos analfabetos mas naqueles que só sabem ler e escrever (...) isto não quer dizer que desejamos um país só de técnicos. Haja de tudo, porém, que cada um siga a sua vocação, a qual deve ser protegida, seja ela qual for, contando que se acabe com a mania dos Estudos teóricos e dos cursos de impostura, em que tanta gente se inutiliza e se torna pesada ao Estado. Haja letras, haja tudo, mas venha em primeiro lugar a escola do trabalho” (*O Algarve*, nº 95, 16/1/1910:2).

Apesar de todas as forças políticas em presença opinarem sobre o atraso português em termos educativos, para os republicanos a Monarquia havia-se alheado do problema e a solução encontrada de permitir o ensino religioso, em especial o jesuítico, era fortemente contestada por ser passivo e dócil, sem reflexão, retrógrado e anticientífico. Podia inclusive levar à loucura, como noticiava o jornal o *Provincia do Algarve*, no caso de dois estudantes de Coimbra porque, conforme constatava, “ há em Coimbra rapazes com menos de 25 anos, estudantes de ciências sociais, naturais e médicas, que passam as melhores horas do seu dia a ciliciarem-se e a rezar o terço “ (*Provincia do Algarve*, nº 27, 3/4/1909:3). A descrição pormenorizada da degenerescência continuava, em consequência de uma educação jesuítica:

“Este estranho misticismo, sinal evidente de degenerescência mental, é quase sempre acompanhado do horror pela mulher e pela família, e do consequente onanismo (...) De um sabemos nós que não consente que a mãe ou a irmã o beijem, quando vai a casa de férias, porque nos beijos delas vê

apenas lubricidade, o canalha! (...) Não se deve continuar a permitir que se mutilem as inteligências e se aniquilem as vontades nas fábricas de loucos e de monstros que são essas casas de ensino religioso, sob pena de não podermos evitar a derrocada que se avizinha para a nossa pobre raça e para o nosso desgraçado país” (*ibidem*).

À escola laica republicana caberia a ilustração, como forma de forjar o novo cidadão, liberto do dogma, um homem novo, numa sociedade que erradicaria o obscurantismo. Só o ensino laico abriria caminho à emancipação do indivíduo e tornaria os homens aptos, iguais e fraternos (Garnel, 2004:90). Como afirmava o *Provincia do Algarve*, a educação mal dirigida “cria fanáticos e casos de psicologia mórbida, verdadeiros aleijões de inteligência” (*Provincia do Algarve*, nº 8 21/11/1908:1).

A escola laica funcionaria, assim, como instrumento privilegiado de hegemonização ideológica, com vista a preparar os cidadãos para o futuro. Como afirmava Magalhães Lima, “nós queremos a escola do povo para o povo, queremos, precisamente, a escola que, em vez de ensinar credos fanáticos, ensine o grande credo livre do futuro” (cit. Garnel, 2004:91). O futuro pretendia-se baseado em novos valores, assentes na razão e na liberdade, no cientifismo, livre da moral religiosa.

Pelo que foi afirmado, conclui-se o papel da ilustração na criação do novo cidadão republicano. A pátria decadente só poderia ser regenerada pela educação, sem ela, não seria possível a democratização, porque seria impossível às massas embrutecidas pelo analfabetismo, presas fáceis do padre e do cacique, exercerem conscientemente os direitos cívicos. A gratuitidade do ensino implicaria transformar uma cultura de elite numa mentalidade popular, o professor substituiria o padre como o novo pregador dos ideais republicanos de razão, ciência e pátria.

O PRP fez da educação uma das suas grandes batalhas na fase da propaganda, pelo que, por sua iniciativa, foi dado um enorme impulso à instrução popular. Abriram escolas móveis republicanas, promoveram cursos de instrução diurnos e noturnos, distribuíram publicações para o povo. Em 1907 foi fundada a Liga Nacional da Instrução, por Trindade Coelho e Borges Grainha, organização de origem maçónica, laica, progressista e liberal, cujos objetivos fundamentais com vista a melhorar a

realidade educativa foram: combater o analfabetismo e mudar os métodos de ensino (Guinote, 2010:13).

Esta Liga funcionava de forma descentralizada através de núcleos regionais. O núcleo regional de Faro, constituído em 1908, funcionava em duas salas da Escola Districtal, enquanto aguardava a disponibilização de verba pela câmara para arrendamento de uma casa. A Liga de Instrução, cuja adesão não foi grande em Tavira, conforme relatou o *Provincia do Algarve*, era presidida em Olhão pelo poeta João Lúcio. Em Faro, tinha propósitos ambiciosos que previam a angariação de 100 000 sócios no Algarve, para um rendimento de 120 contos /ano, a partir de uma contribuição de 100 réis, o que não invalidava que, como constatava o jornal *O Algarve*, “a Liga Nacional tenha tido um acolhimento frio, senão indiferente entre nós” (*O Algarve*, nº 15, 5/7/1908:2). Este facto pode ser comprovado com as notícias de que em 2 meses (janeiro e fevereiro de 1909) angariara apenas 22 sócios (*O Algarve*, nº 52, 21/3/ 1909:2) e 88 nos dois meses seguintes (*O Algarve*, nº 56 e 57, 18 e 25/4/1909:2).

Numa tentativa de alargar os associados, o jornal *o Algarve* publicitou nas suas páginas que a Liga não tinha um carácter político, vivia dos associados e apenas pretendia mudar a sociedade por meios evolutivos, através da instrução (*O Algarve*, nº 20, 9/8/1908:1). Este pretensão carácter apartidário era, claramente, contrariado pelas propostas pedagógicas defendidas. Os dirigentes da Liga denunciavam, igualmente, as suas simpatias, como era o caso de Zacarias Guerreiro, destacado republicano algarvio, seu tesoureiro, e o próprio João Aragão, cuja nomeação para diretor da Escola Districtal foi difícil, por defender ideias políticas contrárias à Monarquia, conforme foi noticiado pelo *Algarve* (*O Algarve*, nº 66, 27/6/1909:1).

A Liga abriu, apesar disso, cursos noturnos do sexo masculino e feminino onde a frequência era por “gente muito pobre” (*O Algarve*, nº 125, 14/08/1910:1), pelo que os livros e o material eram fornecidos gratuitamente, através dos fundos angariados. A afluência, no espaço de dois anos, foi de 100 homens e 177 mulheres, conseguindo entregar diplomas de exame de 2º grau a 13 pessoas, 8 homens que terminaram com a classificação de Bom e 5 mulheres que terminaram com Ótimo. (*O Algarve*, nº 125, 14/08/1910:2).

Como se conclui, a percentagem de sucesso da liga era muito baixa, com cerca de 2,8% para as mulheres e 8% para os homens. As razões apresentadas para este facto prendiam-se com os seguintes fatores:

- Falta de instalações;
- Presenças irregulares nas aulas;
- Desinteresse pela obtenção do diploma.

Toda esta interessante discussão acerca da educação, dominada pela pluralidade das opiniões, se viu abruptamente coartada pelos artigos de ataque pessoal. Primeiramente, a participação do Presidente, João Aragão, no Congresso Pedagógico da Liga Nacional de Instrução, entre 14 e 16 de abril de 1909 (*O Algarve*, nº 51, 14/3/1909:2), ao qual a Liga de Instrução de Faro tentou levar o maior número de participantes algarvios, anunciando para o efeito a redução de 75% no preço dos bilhetes de comboio e uma baixa significativa no preço dos hotéis. Aí, Mestre João Aragão, como orador, foi acusado por Sebastião Palma, num artigo de opinião, de “dizer bernardices”<sup>105</sup> (*O Algarve*, nº 59, 9/5/1909:2), pelo que a irritação foi tal que, com uma impiedosa ferocidade, o arrasou. As ditas “bernardices” eram-nos reveladas pelo Padre Nogueira, nos seus artigos no jornal *O Algarve*: “ diz [Aragão] que só conhece a religião moral (...) [que] não havia perigo nenhum social em se admitir, como ensinador da religião, o professor primário” (*O Algarve*, nº 57, 25/4/1909:2).

Seguiu-se o ataque, desta vez por parte do Padre Nogueira, “pois em vista da sua injustiça e ingratidão, vai um padre em justa defesa demonstrar-lhe até à evidência quanta superioridade se exalça no ensinamento da religião cristã ministrada pelo padre sobre as parlapatices enciclopédicas esbanjadas a esmo, sem peso nem medida, por certos sábios feitos à faca, que bebem ciência aos quartilhos” (*O Algarve*, nº 56, 18/4/1909:2). A demonstração ficava-se pela superioridade do Padre-Nosso.

A igreja ripostava quanto podia contra a ameaça de perda de influência social. Ramiro das Astúrias entendeu, também, imiscuir-se na polémica, assinando um artigo, desta vez contra o padre Nogueira, onde afirmava: “ olhe sr. Cónego Nogueira, reze

---

105 Ficou-nos a dúvida acerca do que se refere com a expressão “ bernardices”. Será uma derivação da expressão “fazer a Bernarda”, relacionada com a perturbação constante da vida política em meados do século?

uma missa e cante um Te Deum pelo salvamento do sr. Netto e João Franco que são dois cavalheiros adoráveis. Isso sim. Diga missas e deixe em paz a Instrução primária em Portugal – a pobrezinha” (*O Algarve*, nº 57, 25/4/1909:2).

A verdade é que cessaram as notícias que vinham sendo regulares sobre a Liga de Instrução de Faro. Paralelamente às “bernardices” do seu Presidente, que chocaram os sectores católicos, em junho, o redator do jornal *O Algarve*, Luís Mascarenhas, foi preterido para ocupação de uma vaga no Liceu de Faro, sendo João Aragão um dos opositores. Este facto levou à publicação semanal de artigos de ataque pessoal, que em linguagem vernácula classificamos de “lavagem de roupa suja”, com notícias sobre episódios de pugilismo, divulgação de atas, intrigas e recurso a tribunais.

*O Algarve* só voltou a referir assuntos da Liga em agosto de 1910, quando se noticiou a má vontade de João Aragão e o desejo que ela desocupasse as salas da Escola Districtal, de que era diretor. Que motivos levaram a esta mudança de atitude?

É indubitável que a nomeação de João Rodrigues Aragão para diretor da Escola Districtal foi sempre atribulada, o que levou o deputado algarvio, José Teixeira de Azevedo, a requerer ao Parlamento os seguintes documentos:

- “1.º Cópia do requerimento, datado de 5 de outubro de 1906, em que o professor da escola para habilitação para o magistério primário de Faro, João Rodrigues Aragão, pedia para ser reintegrado no lugar de diretor, que se achava vago;
- 2.º Cópia do ofício da mesma data, em que o professor daquela escola, Lino Pereira Amores, participava à Direção Geral de Instrução Pública que assumia interinamente a direção da escola;
- 3.º Cópia de quaisquer informações e do despacho que tenham recaído sobre aquele requerimento ou indicação em contrário, no caso de nada ter havido;
- 4.º Cópia do requerimento feito em 24 de fevereiro de 1908 pelo professor Aragão, pedindo novamente a sua reintegração no lugar de diretor;” (*DCD*, nº8, 12/3/1909:6)

Para além da Liga de Instrução havia ainda os Centros Escolares que, para além da instrução, educavam nos valores republicanos. Eram cerca de 65 no país, em 1910, e contavam com, aproximadamente, 4000 alunos, sobretudo em Lisboa e no Porto (Monteiro, 2011:1). As aulas eram completadas com preleções sobre História,

Geografia, Ciências Naturais, Literatura Nacional e Educação Cívica e Política, onde se abordavam questões políticas nacionais e internacionais (Proença, 2010:170).

O método da Cartilha Maternal para aprendizagem da leitura e da escrita constituía o modelo preconizado para o ensino primário republicano, ainda que outros quadrantes lhe reconhecessem mérito. O Jornal *Província do Algarve* elevava desta forma João de Deus: “embora a sua forma literária exiba as preocupações do seu modo de ser religioso, o critério e o génio do preclaro poeta guindam-se a grandes alturas, roçando com as asas diáfanas o supremo astro da Verdade” (*Província do Algarve*, nº1, 3/10/1908:1). Este facto não invalidou, porém, que se tivessem utilizado outras práticas inovadoras. No caso de Faro, a Liga de Instrução queria pôr em prática uma escola maternal de acordo com o modelo das escolas FROEBAL (*sic*)<sup>106</sup> da Suíça, que numa perspetiva republicana federalista, o Jornal *O Algarve* considerava como “o povo modelar da Europa” (*O Algarve*, nº 28, 4/10/1908:1).

A este quadro republicano de promoção da instrução, juntava-se a Associação das Escolas Liberais, o Grémio de Instrução Popular, o Grémio de Educação Nacional, a Academia dos Estudos Livres, a Universidade Livre e a Escola Oficina nº 1 (Monteiro, 2011:1).

Como se conclui, a falta de uma rede pública de escolas à escala nacional e havendo consciência do atraso português em termos de erradicação do analfabetismo, a igreja, os republicanos e outros pretenderam afirmar-se nessa tarefa, com projetos comprometidos ideologicamente. O ensino estava na ordem do dia, com a sociedade civil a imiscuir-se e a incentivar as polémicas. Não existia isenção e apesar de alguns procurarem demonstrar a sua preocupação com o analfabetismo, os interesses pessoais ou partidários sufocavam as boas intenções, no Algarve, tal como no resto do País.

---

106 A pedagogia FROBEL defendia o carácter lúdico como o fator determinante da aprendizagem das crianças, visando o desenvolvimento simultâneo das suas faculdades físicas e intelectuais. O Jardim de Infância de Lisboa foi a primeira Escola Infantil froebeliana em Portugal, inaugurado no Passeio da Estrela, no dia 21 de Abril de 1882. A necessidade de jardins-de-infância já tinha sido consagrada anteriormente na legislação de 1878 (reforma de Rodrigues Sampaio) e de 1880 (José Luciano de Castro). Um novo impulso seria dado a este assunto por Teófilo Ferreira, logo que assumiu o pelouro da instrução da Câmara Municipal de Lisboa, em Janeiro de 1882 (Mogarro, 2010:98).

### 5.3. O anticlericalismo republicano

A questão religiosa foi aberta em Portugal com o Marquês de Pombal, quando tomou a iniciativa de expulsar os Jesuítas em 1759. Durante todo o Liberalismo manteve-se a controvérsia. A Constituição de 1822, ao declarar a Religião Católica como a religião dos portugueses, abriu lugar à contestação dos setores mais conservadores da sociedade que pretendiam que a mesma fosse considerada como a única. A Carta Constitucional apaziguaria, momentaneamente, os ânimos, ao declarar a Religião Católica como a Religião Oficial do Estado. Apesar disso, em 1834, Joaquim António de Aguiar decretava a extinção de todas as Ordens Religiosas. O Liberalismo continuava, assim, a tendência anticongreganista aberta por Pombal.

Em Portugal, a “guerra” religiosa foi reacendida, porém, com a entrada das Irmãs da Caridade (1858), na sequência da Concordata com a Santa Sé (21/2/1857). Apesar de continuar em vigor a legislação de Joaquim António de Aguiar, as Ordens Femininas eram permitidas, desde que se dedicassem à caridade e era admitida a profissão de frade (Neto, 1994:272).

Esta entrada das Irmãs da Caridade, apoiada pela Casa Real, por sectores da Alta Burguesia e da Aristocracia, permitiu, a partir deste momento, que se pudesse confundir a luta anticongreganista e mais tarde anticlerical, com a luta política. Resolver a “questão religiosa” significava resolver primeiro a “questão política”. Nos anos posteriores, assistiu-se à entrada de outras congregações, cujas atividades se direcionavam para o ensino e assistência. As próprias Irmãs da Caridade, após terminada a febre-amarela que justificou a sua entrada, começaram a dedicar-se ao ensino da mocidade feminina (Oliveira, 2002:185).

Os protestos sucederam-se, dos mais diversos quadrantes políticos, incluindo de setores monárquicos, como foi o caso do deputado Vicente Ferrer. Como afirmou Paulo Oliveira, “estava aqui lançada a questão fulcral – a do ensino concedido às ordens religiosas” (Oliveira, 2002:186).

Efetivamente, os debates parlamentares refletiam as divisões existentes na sociedade quanto à permanência das Irmãs da Caridade. O deputado Ferrer apresentava os seus argumentos:

“Não queremos as irmãs da caridade francesas, porque estão sujeitas ao geral dos lazaristas, que reside em França, são governadas por princípios opostos aos da carta constitucional, e não estão habilitadas legalmente para o ensino e educação da infância, a que se dedicam. Como hão-de ensinar senhoras francesas as crianças, não falando aquelas a língua portuguesa, nem estas entendendo a francesa! Mais ainda: as leis deste reino exigem habilitações para o ensino como exames públicos, concursos e provas de moralidade: mas as irmãs francesas não têm estas habilitações, não deram estas provas; então como podem ser toleradas pelo governo em estabelecimentos públicos, ou mesmo em particulares, de ensino e educação? A regra de S. Vicente de Paulo (*sic*) manda que as irmãs da caridade estejam sujeitas ao geral lazarista e aos seus subordinados velut lima in manu fabri. Renunciam toda a espontaneidade, submetem-se a uma sujeição absoluta aos seus superiores. E como hão de tais pessoas inspirar ideias de liberdade e independência à mocidade, uma nobre coragem para resistirem ao absolutismo e tirania, quando aparecerem?” (cit. Oliveira, 2003:260-61)).

Mais de meio século depois, o jornal *Provincia do Algarve* ainda mantinha acesa a polémica da entrada das 17 religiosas e dos 3 frades lazaristas, como se comprova: “a pretexto da febre-amarela (...). Terminada a epidemia essas mansas criaturas, em vez de se retirarem para o seu país, ficaram e arvoraram-se em professoras dos asilos e casas de beneficência”( *Provincia do Algarve*, nº 42, 17/7/1909:1).

A faceta mais visível do anticongreganismo, que se manifestava na sociedade portuguesa desde Pombal e se reacendeu com a entrada das Irmãs da Caridade, foi o antijesuitismo. Esta ordem, expulsa pelo Marquês de Pombal, iniciou o seu regresso a Portugal na década de 60, no entanto, foi na década de 80, na sequência da sua expulsão de França, que se deu a verdadeira “invasão” (Garnel, 2004:91). Em 1910 havia mais de vinte casas com cerca de 386 membros, os Jesuítas dirigiam 12 colégios com grande reputação entre as classes médias e a aristocracia, sendo os mais famosos os de Campolide e de S. Fiel (Marques, 1980:56).

Para o jornal *Provincia do Algarve*, eram o local “aonde os filhos da aristocracia e da balofa burguesia são ensinados” (*Provincia do Algarve*, nº 61 27/11/1909:3). Para os republicanos, eram a “raça maldita”, o inimigo a abater, a causa de grande parte dos males da sociedade. Magalhães Lima propôs, mesmo, uma “cruzada Santa contra

essa ‘raça maldita’ que a cada instante nos está para aí ameaçando a pátria, a liberdade, a família” (cit. Garnel, 2004:97).

Do igual modo, para os não republicanos, a vinda das ordens religiosas estrangeiras, também, não era bem vista, como se verifica pelo excerto do jornal *O Herald*: “porque a vida dos portugueses está sendo desassossegada presentemente por dois bandos de agitadores: os jacobinos vermelhos, ou republicanos e os jacobinos negros, ou católicos clericais (...) ligados às congregações estrangeiras que estão invadindo o país, com prejuízo e desdouro dos padres portugueses” (*O Herald*, nº 1419, 10/10/1909:1). Em especial o jesuíta, que “se mete como piolho em costura. Manda em toda a parte, põe e dispõe de tudo e de todos” (*O Herald*, nº 1450, 22/5/1910:3). Este periódico procurava, todavia, demarcar o clero português e a monarquia do jesuitismo que invadia a sociedade portuguesa: “muitos padres (...) se estão já manifestando, contra a chusma de conventos que se vão espalhando por todo o país (...) Há dias, o próprio órgão dos jesuítas em Portugal, *O Mensageiro do Coração de Jesus* já atacava diretamente El Rei D. Manuel, dizendo que o jovem soberano está perdendo nos seus corações todo aquele trono de dedicação e simpatia que ali tinha” (*O Herald*, nº 1461, 7/8/1910:1).

O reingresso das Ordens Religiosas em Portugal era, na realidade, um problema de facto e não de direito, visto o decreto de expulsão de Joaquim de Aguiar de 1834 nunca ter sido revogado. *O Provincia do Algarve* fez eco desta “cruzada republicana”:

“O Marquês de Pombal expulsou os Jesuítas. E os Jesuítas existem por toda a parte! Toda a gente sabe onde eles estão e de onde mandam em Portugal como senhores. Joaquim António de Aguiar extinguiu as ordens religiosas. E os conventos enxameiam. Um grande Português que se chamou Anselmo Braamcamp expulsou as irmãs da caridade, e há irmãs de caridade até fazendo serviço em hospitais subsidiados pelo governo. Mas então a lei em Portugal é uma irrisão?” (*Provincia do Algarve*, nº 45, 7/8/1909:1).

A acrescentar à contestação dos mais diversos quadrantes da sociedade, a igreja católica, ao longo de toda a segunda metade do século XIX, deparou-se com um novo problema que questionava o dogma da Criação, a própria essência do

cristianismo: a explicação científica da evolução das espécies (darwinismo) punha em causa o *Génesis* e a singularidade da Criação.

Por outro lado, a industrialização e o aparecimento de ideologias políticas com propostas de resolução dos problemas dos operários (Socialismo/Anarquismo), em clara disputa com a igreja junto dessa classe, significou mais um problema para o catolicismo. A Encíclica *Syllabus Errorum* (1864) condenava o socialismo, o liberalismo, o racionalismo, a franco-maçonaria e a independência relativamente à igreja (Moura, 2004:12). Apesar disso, Leão XIII (eleito Papa em 1878) procurou dar resposta ao crescente laicismo e secularização da sociedade, através da Bula *Rerum Novarum* (1891), na sequência do Concílio do Vaticano I (1869-70), com propostas para travar o avanço das teorias socialistas ou de cariz socializante (Moura, 2004:13). Desse modo, a igreja tinha, a partir de agora, uma doutrina que competia com o socialismo radical na resolução dos problemas dos desfavorecidos, facto que suscitou ainda mais a desconfiança dos anticlericais.

Com Pio X (eleito papa em 1903) voltou a crescer o radicalismo que passou a proibir os fiéis de lerem "jornais socialistas e republicanos sob pena de pecado mortal contra a lei natural e eclesiástica" (Magalhães, 2009:276). No pontificado de Pio X, foram criados "conselhos de vigilância em cada diocese para vigiar as escolas católicas e impedir que se ensinasse o que era contrário à Doutrina" (Neto, 1998:518). De igual forma se exigia um juramento antimodernista aos candidatos ao sacerdócio.

O *Provincia do Algarve*, de forma irónica, dava notícia da excomunhão do padre Loisy, professor do Colégio de Paris, sob o pontificado de Pio X, "que por suas ideias modernas mereceu ser excomungado pelo papa Pio X" (*Provincia do Algarve*, n.º 39, 26/6/1909:2).

Em 1907, a Bula *Pascendi* fechava, finalmente, qualquer abertura da igreja à modernidade (Neto, 1998:518). O *Provincia do Algarve*, após relatar como 640 pessoas foram salvas pelo telégrafo quando um paquete se afundou ao largo dos Açores, concluía: "e andam por ai tantos padres pregando contra as ciências dos nossos dias que prestam desses serviços à humanidade, e o papa Pio X condena todas as novidades do nosso século" (*Provincia do Algarve*, n.º 38, 19/6/1909:2).

O anticongreganismo republicano alicerçava-se na Filosofia Iluminista, nos direitos fundamentais do homem. Os votos perpétuos eram considerados contrários à liberdade e à felicidade, atentando assim contra as leis naturais. Em nome deste princípio, os republicanos condenaram o celibato dos padres, por agredir as leis da natureza. Por exemplo, os casos de Sara Matos, noviça, alegadamente morta por envenenamento, após violação pelos Jesuítas (1891) e ainda de Rosa Calmon (1901), filha do Cônsul do Brasil no Porto, protagonista de um suposto rapto para ingressar numa ordem contra a vontade dos pais, deram lugar a ondas anticlericais que se sentiram por todo o país.

O *Provincia do Algarve* lançou mão desses recursos, de grande divulgação em Portugal, para atacar a igreja católica. Veja-se o que disse a esse respeito: “não foram eles que mataram Sara Matos e têm roubado quantos filhos aos pais” (*Provincia do Algarve*, nº 4, 24/10/1908:1).

O *Futuro*, apesar de não ser anticlerical, utilizou igualmente o episódio da morte de Sara de Matos, pela irmã Collecta, no Convento das Trinas, para condenar os Jesuítas em particular e o congreganismo em geral: “o facto prova à evidência o estado de degradação moral a que chegou a sociedade portuguesa e a necessidade urgente de extirpar o cancro que a contamina, chamando a atenção dos governantes para a organização desses coios que se acobertam sob o manto tutelar da educação” (*O Futuro*, nº 28, 29/9/1891:2). Para os republicanos, o homem só podia atingir a felicidade se fosse livre e prisioneiro das religiões teológicas, nunca o seria.

O congreganismo era, ainda, considerado, na perspetiva do jornal *Provincia do Algarve*, contrário às leis sociais, à ética do trabalho. A contemplação era considerada improdutiva e os seus seguidores preguiçosos, “parasitas sociais” (*Provincia do Algarve*, nº 49, 4/9/1909:1), tendo atenção “que não sentem o amor ao trabalho, visto que só de esmolas vivem e à custa de esmolas passam uma existência regalada” (*Provincia do Algarve*, nº59, 26/6/1909:2).

O fim do ser humano seria contribuir com o seu trabalho, não para benefício próprio, mas para o bem comum. O facto de as ordens religiosas em Portugal se dedicaram ao ensino e assistência, condição para a sua permanência (ainda que não regulamentada pela lei, antes de 1901), não colidia com esta visão, pois os

republicanos condenaram, veementemente, essas atividades por parte das congregações.

O congreganismo era, finalmente, contrário aos valores republicanos do culto da Pátria e da Família. O culto da Pátria era um valor 'sagrado' e como afirmava o *Provincia do Algarve*, "essas criaturas [jesuítas] que não têm amor da pátria, visto que pertencem a Roma "(...) que não têm o amor da família, visto que estão consagrados ao celibato" ( *Provincia do Algarve*, nº 40, 3/7/1909:3). A família, enquanto federação de indivíduos ligados por um sentimento de afeição, era considerada o órgão natural de base da estrutura social.

A ação clerical dominava duas importantes e eficazes oficinas: o púlpito e o confessionário. Estas propagavam, necessariamente, os valores e a moral católicas e através delas, em especial da confissão auricular, a igreja exercia um apertado controlo sobre as consciências. As mulheres eram as principais 'presas' da ação clerical, mas por intermédio destas, exercia-se um apertado controlo sobre as famílias. Era esta situação fortemente contestada pelos republicanos, como se pode depreender do seguinte excerto: "combatemos sim o padre que intriga e mexerica nas sacristias, promovendo a cisão no seio das famílias e entre os paroquianos. É contra isso que se oporá a província do Algarve, jornal do futuro, cuja missão é instruir o povo e impeli-lo para o caminho da sua felicidade e não para a sua escravidão e aviltamento. " ( *Provincia do Algarve*, nº 26, 27/3/1909:1).

Para o poder político, a presença das ordens religiosas em Portugal era uma forma de proporcionar serviços de saúde e de ensino que o estado não garantia. Para os republicanos impunha-se, contudo, cumprir os princípios da ideologia laica, reforçada pelo sucesso da III República Francesa (1870) e pela revolução republicana brasileira (1889) e resgatar o homem (e principalmente a mulher) das garras da igreja.

O *Provincia do Algarve* comparava os gastos com a educação nas repúblicas laicas (francesa, suíça e brasileira), com os 1800 contos anuais gastos em Portugal, muito aquém do necessário. ( *Provincia do Algarve*, nº 42, 17/7/1909:2). Só assim seria possível construir um homem novo, um cidadão consciente pela ilustração, livre e fraterno, representante do progresso. A "questão religiosa" estava assim intimamente ligada à "questão social", pois resolver a primeira só era possível através da educação,

da formação de cidadãos instruídos, capazes de pensar por si, libertos das garras do padre.

No projeto republicano, o papel do padre seria substituído pelo do professor. Daí a importância da formação dos cidadãos e da educação, pois só ela possibilitaria a tão desejada ilustração.

Os excessos da igreja católica em Portugal, aliada ao poder político (Trono e o Altar), sob o pontificado de Pio X, também contribuíram para o extremar de posições. O jornal independente, *O Algarve*, manifestava a sua discordância face aos excessos. Como afirmava, “no dia 9 do corrente foi exaltado na igreja do Carmo em Faro, com missa cantada *Te Deum* laudamos, o sr. Comendador Neto, em atenção certamente à sua superior qualidade de cacique. É o país da fome e da grandeza este nosso! E da comédia” (*O Algarve*, nº 61, 23/5/1909:2). A missa *Te Deum* foi o agradecimento pelo restabelecimento do comendador após doença. Pudemos confirmar que o Comendador esteve ausente por longo período das Cortes, onde era deputado, com faltas sucessivas à chamada.

Por seu lado, o *Provincia do Algarve* lamentava a pacificidade da população algarvia face ao crescimento da reação ultramontana dos últimos anos da Monarquia, sem que jamais tivesse havido um protesto dos liberais desta província (*Provincia do Algarve*, nº 4, 24/10/1909:2).

O anticlericalismo era um fenómeno muito mais lisboeta do que provinciano. O mesmo testemunhava *O Heraldo* a respeito da “guerra religiosa” que existia no país: “a maioria do país quer é paz e sossego, pois só na tranquilidade é fecundo o trabalho” (*O Heraldo*, nº 1418, 3/10/1909:1).

A sociedade civil respondia aos considerados excessos do “Trono e do Altar” com associações contestatárias que defendiam um modelo sociocultural alternativo que passava primeiramente pela resolução da “questão política”, isto é, pôr fim à Monarquia. A Associação dos Livres-pensadores (1882), a Junta Liberal e a Associação do Registo Civil (1876) foram as mais contestatárias. A Junta tinha por objetivo o combate anticlerical e teve um papel importante na organização de manifestações

lideradas por Miguel Bombarda (Neto, 1998:354). A Associação de Registo Civil<sup>107</sup> lutou pela obrigatoriedade do registo civil, nascimento, batismo e óbito, e como segundo propósito o combate ao clericalismo e fanatismo religiosos (Neto, 1998:355). Os atos fundamentais de existência eram instrumentos de poder da igreja que os republicanos, em particular, consideravam que tinham que passar para a esfera do estado, evitando, deste modo, a manipulação das consciências. Esta associação, sem se afirmar republicana, era manifestamente anticlerical.

Como explicava o *Provincia do Algarve*, este anticlericalismo republicano seria solucionado se se vivesse num estado laico, ora sucedia que essas associações se viam compelidas a ser anticlericais, pela contingência de usar juramentos religiosos em atos oficiais e de sustentar o clero de uma religião que não professavam: “é isto que os obriga a sair do estado de indiferentismo para o de guerra declarada, contar uma religião que não reconhecem como verdadeira, mas que são obrigados a praticar (...)” (*Provincia do Algarve*, nº 49, 4/9/1909:1).

Numa tentativa de conciliação com a sociedade civil, o poder político regulamentou o Registo Civil em 1878, no entanto, a adesão da população foi baixa durante a Monarquia Constitucional.

*O Porvir* noticiava o primeiro casamento civil em Faro em 1889. A primeira tentativa não se concretizou, mas os noivos insistiram. Tratou-se do filho de um abastado proprietário da freguesia de S. Braz, José Martins Caiado. O Bispo deslocou-se àquela localidade a fim de convencer os noivos a desistir da ideia e ainda se ofereceu para celebrar pessoalmente o ato, sem sucesso (*O Porvir*, nº 59, 29/12/1889:1).

*O Provincia do Algarve* noticiou atropelos ao direito das pessoas acederem ao Registo Civil no Algarve. Veja-se, por exemplo, o caso de Rosendo Entrudo, de Olhão, que ao querer ser enterrado civilmente, foi-lhe barrada a entrada no cemitério pela porta principal. Foi necessária a intervenção do Presidente da Câmara, João Leonardo. Mesmo assim, foi enterrado num coval separado (*Provincia do Algarve*, nº 8, 21/11/1908:1). O operário soldador Rosendo Entrudo deu matéria para a imprensa

---

107 Em 1895, esta associação constituía uma reformulação da outra de 1876.

divulgar, por três vezes, a sua escolha civil nos atos de existência, por altura do casamento (1905) do nascimento do filho Pedro (1906) e finalmente da sua morte, noticiada em *O Futuro* e no *Provincia do Algarve*. As opções pelo registo civil escasseavam.

O mesmo se passava com notícias de padres que se recusavam a passar “certidões de idade”<sup>108</sup>: “estas birras dos srs. priores manifestam-se todos os dias e nem mesmo cá no concelho representam caso tão raro.” (*Provincia do Algarve*, nº 39, 26/6/1909:2). Concluía o *Provincia do Algarve* que, se estes casos estivessem a cargo de funcionários civis, não ocorreriam. Este jornal noticiava, em paralelo, o batismo civil de 2 crianças, Emília Neves e Joaquim Neves, em Lagos e de casamentos civis. Os casos esporádicos noticiados comprovam a fraca adesão da população algarvia às instituições civis para registo dos atos da existência, em clara sintonia com a situação nacional. As notícias eram, claramente, exceções que o jornal considerava como boas práticas que importava registar para exemplo.

O jornal *O Povo Algarvio*, por sua vez, publicitava os preços do registo civil e disponibilizava as suas instalações para “quem pretendesse qualquer registo civil deste concelho [Loulé] ou indicações sobre o mesmo” (*O Povo Algarvio*, nº 31, 9/4/1910:3). Esta disponibilidade custou um processo ao diretor, movido pelo padre José Pedro que, entre outras coisas, o acusou de ter efetuado o registo civil nas instalações do jornal, sem comunicação do facto às autoridades no prazo de 30 dias<sup>109</sup>, conforme imperativo legal (*ibidem*).

A religião católica estava a ser posta em causa, através da ação de diferentes forças de diversos quadrantes políticos, com primazia para os republicanos. Como afirmava Ramalho Ortigão, “a humanidade adquiriu finalmente a posse definitiva de uma porção de verdade geral e absoluta. Por um lado já não se crê unicamente: demonstra-se. Por outro lado já não se duvida apenas: nega-se “ (Ortigão, 1964:227).

---

<sup>108</sup> Esta designação foi utilizada pelo jornal *Provincia do Algarve*.

<sup>109</sup> De acordo com o Art.º 32 do Título V *Do Registo dos Nascimentos*, do *Regulamento do Registo Civil*, aprovado pelo Decreto de 28 de novembro de 1878: “O recém-nascido que na forma deste regulamento tiver de ser apresentado para registo, sê-lo-á dentro do prazo de trinta dias da data do nascimento, ao administrador [do concelho] para se fazer o respetivo assento” (*Almanach Republicano* para 1880:64).

Para o jornal *O Herald*, o confronto assumia o risco de guerra civil, como se verifica no excerto: “ os perigos tremendos de uma guerra civil nenhuma consideração lhes merecem (...) para que o país sossegue, para que o país progrida, os governos têm que combater os dois” (*O Herald*, nº 1419, 10/10/1909:1). Um ano após, porém, o *Herald* afastava “o perigo de guerra civil em homenagem aos interesses de Roma” (*O Herald*, nº 1450, 22/5/1910:3). Este periódico algarvio assumia a postura contrária a ambos os opositores, defendendo, por sua vez, o clero nacional, afirmando a este respeito: “perturbações violentas, venham elas de onde vierem, do campo republicano ou do campo clerical serão sempre censuráveis e antipatrióticas “ (*O Herald*, nº 1418, 3/10/1909:2).

A Carta Constitucional, com os privilégios que consagrava à igreja católica, já não servia a sociedade finissecular<sup>110</sup>. Talvez por esse motivo, em 1909, realizou-se um grande comício em Lisboa organizado pela Associação do Registo Civil e pela Junta Liberal. No dia seguinte, a 2 de Agosto, uma manifestação, igualmente em Lisboa, com cerca de 100 000 pessoas<sup>111</sup>, exigia a laicização da sociedade. As lojas e as fábricas encerraram para permitir aos seus empregados participar (*Provincia do Algarve*, nº 45, 7/8/1909:2). Um grupo de intelectuais, na sua maioria republicanos, conseguia, finalmente, mobilizar as massas de diversos quadrantes sociais, em Lisboa.

Comentava o *Provincia do Algarve* a respeito da manifestação de Lisboa: “não se viam nele os maltrapilhos e a gente de baixa condição (...) e que ainda hoje aparecem nas manifestações clericais e reacionárias. Aí figuravam homens de ciência e das letras, jornalistas, negociantes, industriais, proprietários, empregados de comércio, artistas e operários” (*ibidem*). Se virmos com atenção esta afirmação, afinal, na República, onde supostamente cabiam todos, os maltrapilhos e a gente de baixa condição ficavam de fora!

---

110 Os Bispos tinham assento na Câmara dos Pares; o catolicismo era a religião oficial do estado; era exigido o juramento religioso nos atos oficiais; o rei era-o ainda, pela Graça de Deus (Magalhães, 2009:269).

111 O *Provincia do Algarve* (nº 45 de 7/8/1909: 2) achava o número excessivo, mas foi divulgado pelos jornais da capital. Os estudiosos da matéria como Vitor Neto, aceitam-no. No Parlamento, Miguel Bombarda também avançava com o mesmo número: “ainda não há muito tempo vimos como uma manifestação de cem mil pessoas foi lançada ao desprezo pelo Parlamento”( *DCD* nº 57, 3/9/1909:12).

Esta discriminação de “gente de baixa condição” surgia também em *O Heraldo* que, ao referir-se à recepção, em Tavira, ao Governador Civil, Dr. Teixeira de Azevedo, concluía: “ é-nos completamente impossível dar uma nota sequer aproximada das pessoas que esperaram na gare e acompanharam o cortejo notável pelo seu número e seleção “ (*O Heraldo*, nº 1457, 10/7/1910:1).

Finalmente, *O Povo Algarvio* fazia questão de realçar as pessoas presentes na recepção ao advogado Alexandre Braga, em Loulé, quando ali se deslocou para defender o diretor daquele jornal, pelo “número e qualidade” (*O Povo Algarvio*, nº 40, 2/6/1910:1).

Podemos assim concluir que a discriminação era transversal às diferentes ideologias e quadrantes políticos, apesar de os republicanos se assumirem como o “partido da Nação”.

Pressionados pela opinião pública, os governos monárquicos aumentaram o controlo sobre as Ordens Religiosas. As sindicâncias ao cumprimento da lei de Hintze Ribeiro de 1901 sucederam-se<sup>112</sup>. Na sequência desta legislação, os jesuítas apareciam sob a designação de Associação Fé e Pátria, autorizada pelo poder político, e os franciscanos, por outro lado, como Associação Missionária Portuguesa (Neto, 1998:351). Proibia-se, no entanto, o noviciado e os votos, o que mais uma vez se revelava uma hipocrisia.

O jornal *O Heraldo* veiculava, exatamente, esta noção de hipocrisia legislativa, ao afirmar, “ o jesuíta cá no país, desde o ludíbrio da legalização das congregações religiosas (...)”(*O Heraldo*, nº 1450, 22/5/1910:3).

Para quê legalizar as ordens religiosas se as mesmas só durariam enquanto vivessem os membros à data da lei? Foram, finalmente, implicitamente revogadas as leis de Marquês de Pombal de 1759 e de Joaquim António de Aguiar de 1834.

A permanência das Ordens Religiosas sob outras designações contribuiu, igualmente, para que a imprensa e a propaganda republicanas elegessem a “corja jesuítica” como alvo de todos os ataques e símbolo da luta anticlerical.

---

112 Pelo Dec. Lei de 18 de Abril de 1901, a presença de congregações religiosas era finalmente legalizada, desde que se dedicassem ao ensino e à beneficência.

No rescaldo de tudo isto, os resultados da sindicância foram publicados pelo *Província do Algarve*, onde se podiam ler os crimes imputáveis aos jesuítas, entre eles a desculpabilização do parricídio, em casos que atentasse contra a lei de Deus.

Talvez por esse motivo, nas vésperas do 5 de outubro, D. Manuel II já assinara um decreto que fechava todos os colégios Jesuítas, com vista a acalmar a sociedade civil (Lopes, 1947:384). Este nunca chegou a ser publicado porque o 5 de outubro interrompeu o processo.

Nessa ordem de ideias se verifica que a luta anticongreganista assumiu contornos de anticlericalismo no último quartel do século XIX e primeira década do século XX, com enorme incidência nas vésperas da implantação da República.

Entre os anticlericais destacavam-se os republicanos, socialistas e anarquistas, unidos principalmente nessa luta. Para todos eles, resolver a “questão religiosa” era uma “questão de regime”, a condição para implementar modelos de sociedade que divergiam entre si, mas onde a República aparecia como o pré-requisito. Para os republicanos, era a condição para erguer uma nova sociedade, um homem novo, para a qual tinham um projeto cultural totalizante e que passava pelo lançamento da religião para o foro privado, da consciência individual, cumprindo a máxima, “Igreja livre num estado indiferente” (Neto, 1998:174).

Este ideário era, igualmente, partilhado pelo *Província do Algarve*, onde se certificava que se tornava “cada vez mais urgente a necessidade de circunscrever cada religião ao foro íntimo da consciência de cada um, ou as igrejas que as representam” (*Província do Algarve*, nº 21, 20/2/1909).

Assim, o anticlericalismo republicano era uma questão ideológica e confundia-se com o laicismo liberal, de raiz iluminista, ao qual acresceu o anticlericalismo positivista, na década de 70, na linha heterodoxa de Littré, que não reconhecia a Religião da Humanidade (defendida por Comte e Laffite). Para os ideólogos republicanos portugueses, substituir a Religião Católica pela Religião da Humanidade era pouco atrativo, quando uma das bases da propaganda política assentava, exatamente, na luta anticlerical. Este elemento era o aglutinador dos diferentes quadrantes, unidos na resolução do problema político (Catroga, 1977:296).

Os republicanos, não aderindo a uma nova religião, propunham-se acabar com todas, pelo menos no que tocava à sua influência sociocultural e ideológica, remetendo-as para a esfera da vida privada.

O *Provincia do Algarve* deixava em aberto a possibilidade de triunfar a religião que melhor se adaptasse ao futuro, que se anunciava pelo domínio da ciência, como se comprova pelo excerto: “somente pela luta das ideias, quer científicas, quer morais e quer teológicas, chega-se à verdade. As escolas e igrejas que melhor doutrina apresentarem são as que triunfarão. A elas próprias convém o conhecimento do erro, convém porque este conduz sempre à verdade por meio da discussão.” (*Provincia do Algarve*, nº 21, 20/2/1909:1).

A República, defendida pelo *Provincia do Algarve*, comprometia-se a proteger e até auxiliar “ a forma religiosa que mais concorrer para a civilização (...) ” (*ibidem*). O futuro estado republicano deveria ser neutral em matéria religiosa e independente em relação a Roma. Nessa ordem de ideias, afirmava que “ a Religião Católica tem tudo a lucrar e nada a perder com a proclamação da República em Portugal. Ficará livre da escravização do estado (...) Pode um ou outro republicano ser adversário da religião católica, como o têm sido muitos monárquicos, mas a vontade deles não será soberana e terão de respeitar o ideal de liberdade que constitui uma das bases da república” (*ibidem*).

Os republicanos, entre os quais Teófilo Braga, consideravam a religião incapaz de sobreviver à ciência. Nem todos seguiram a linha do cientifismo positivista, mas esta foi sem dúvida a dominante. A ciência representava o progresso e a inovação, contra uma igreja conservadora, antiliberal, anticientífica e antimodernista. O darwinismo e a teoria da evolução das espécies abalaram profundamente os fundamentos bíblicos e deram argumentos aos anticlericais para mostrar que as explicações religiosas eram anacrónicas (Neto, 1998:496-504).

Por seu lado, o *Provincia do Algarve* traçava assim o perfil evolutivo da espécie humana:

“Desde que apareceu na terra e que pouco se distinguia dos brutos, dos quais herdou os instintos, hábitos e costumes (...) confundindo-se com os símios (...) Eis o homem bestial como saiu do seio da natureza (...) A mais

sublime glória do homem consiste em alcançar esse mundo luminoso da ciência, do bem e do belo, o verdadeiro paraíso, a que desejamos subir, ou conquistar (...) O homem afastou-se dos brutos e tornou-se o rei da Criação” (*Provincia do Algarve* nº 56, 24/10/1909:1).

A singularidade da Criação humana, defendida pela religião católica no *Génesis*, era contrariada pelos republicanos anticlericais e positivistas, onde se enquadrava o *Provincia do Algarve*, à luz da verdade científica. Defendia-se o ato de Criação do Homem em igualdade de circunstâncias com as outras espécies e uma diferenciação resultante do cruzamento de raças, pela evolução, a partir da teoria evolucionista de Darwin.

Teófilo Braga substituíra Deus pela Filosofia, a religião dissolver-se-ia na ética, essa era também a posição defendida por Fernão Botto Machado, “Povo! Levanta-te! O Deus Salvador, a verdadeira Providência de ti mesmo, serás tu tornado bem” (cit. Catroga, 1988: 258).

O *Provincia do Algarve*, na mesma ordem de ideias, fazia a apologia duma religião mais humana e mais moderna, em que se veneravam homens sábios e santos como João de Deus, Salvador Villarinho<sup>113</sup> ou Joaquim Lopes (*Provincia do Algarve*, nº 1, 3/10/1908:1).

Com o mesmo intuito, atestava a autora contemporânea Fina D’Armada, “vivia-se para louvar a beleza da vida, a natureza, a obra da criação. Era um sentir tolerante, panteísta. Deus não estava no céu, mas nas coisas.” (D’Armada, 2010:261). Era este o sentimento que animava Manuel de Arriaga, Teixeira de Pascoais, Guerra Junqueiro, os responsáveis do *Provincia do Algarve* e outros. Veja-se o que diz sobre Arriaga a autora anteriormente citada: “Manuel de Arriaga afirma que apesar de ser um materialista, não nega Deus. Também não o afirma, porque apenas o conhece na natureza, nas suas leis” (D’Armada, 2010:266).

Por outro lado, Afonso Costa defendia uma perspectiva anticlerical mais radical, dita jacobina, demolidora face às religiões, que viria a ser implantada em 1910. A perspectiva do *Provincia do Algarve*, apesar de ser anticlerical, mostrava-se tolerante para com as religiões, como se comprova pelo excerto: “em política como em ciência,

---

113 Não nos foi possível apurar quem foi Salvador Villarinho.

como em religião, respeitaremos as opiniões e as crenças de todos” (*Provincia do Algarve*, nº 2, 10/10/1908:1).

A ciência, ao decretar a morte das religiões (representantes do estado metafísico) e das suas igrejas, num futuro próximo, anunciava a República, como representante da ciência e do progresso. A razão científica possibilitaria o controlo do mundo mediante as leis da natureza e da sociedade através das leis morais. Uma ética secularizada sem Deus (Catroga, 2010a:140).

Assim, o modelo de sociedade defendido pelos republicanos era diferente dos liberais, para estes últimos não estava em causa o catolicismo, defendiam o laicismo, isto é, a separação da igreja do Estado, mantendo ambos a sua autonomia. Na véspera da implantação da República, por isso, largos setores da igreja católica pretendiam a separação da igreja do estado. A igreja sobrevive no estado laico, mas os republicanos eram agnósticos ou ateus, o futuro sonhado “alicerçava-se em bases acultuais, adogmáticas e arrivalistas, pois aspiravam a uma sociedade sem Deus” (Catroga, 1977:315). Por esse motivo, neste modelo secularizado, excluía-se todas as concepções religiosas, como se verifica na afirmação do *Provincia do Algarve*: “essa república nem é ateísta, nem católica, nem protestante, nem hebraica e nem maometana” (*Provincia do Algarve*, nº 24, 13/3/1909:1). Restava, para este jornal, uma República agnóstica que louvasse a vida, a obra da criação, a deusa natureza.

Nada sugere que os republicanos algarvios defendessem a Religião da Humanidade, do culto ao Ser Supremo. No geral, o republicanismo português também rejeitou a interpretação mística da Religião da Humanidade. Nesta, Comte apresentava o Ser Supremo, que não sendo um Deus, representava uma unidade moral humana. Estabelecendo a unidade espiritual através da ciência, a Religião da Humanidade possuía como principal objetivo a regeneração social e moral. O Ser Supremo era a humanidade personificada, celebrada através de símbolos, sinais, dias santos, comemorações cívicas, etc. O seu lema era o ‘Amor por princípio’, a ‘Ordem por base’ e o ‘Progresso por fim’, ideais do Positivismo.

Como se pode verificar, para a maioria dos republicanos, nos quais se incluiu o *Provincia do Algarve*, a religião não podia fundamentar a moral, havia que construir uma moral sem Deus, que passava necessariamente pela educação das massas, pela

Ilustração. Consideravam que a Monarquia e a igreja eram as expressões sociais do estado metafísico e estavam condenadas pela ciência. Acreditavam que só a República poderia responder aos problemas da época moderna, era uma inevitabilidade histórica que a ciência anunciava. A sociedade chegara ao momento de maturação ideológica, ao terceiro estado do positivo de Comte, em que poderia prescindir das explicações metafísicas. O futuro pertencia às ciências, representadas pela República e só ela respondia aos seus problemas e aos progressos da indústria (Catroga, 1977:304).

Estamos em presença de um projeto republicano que previa um modelo de sociedade laica, numa primeira fase, com um estado neutral que, através da educação das massas, chegaria a banir todas as religiões, menos uma, a que estivesse mais de acordo com os novos tempos. O *Província do Algarve* acreditava nesse modelo, outros ideólogos republicanos mostravam-se mais demolidores. Estes projetos de sociedade republicana eram defendidos por grupos de intelectuais, com eco entre a população urbana, em especial de Lisboa.

No que respeita a Tavira, um grupo de intelectuais esclarecidos, convictamente positivistas, reunidos à volta do *Província do Algarve*, tentaram, também, fazer eco das ideias republicanas e anticlericais junto da população algarvia, todavia, relataram-nos as dificuldades em educar as massas: “por certo não ignoramos que, grande parte do Povo Algarvio, bestialmente abraçando as crenças religiosas, encontra vedado o caminho do progresso” (*Província do Algarve*, nº 8, 21/11/1908:1); ou, como afirmava o redator José de Arriaga, no número de apresentação do jornal: “ raros são aqui os indivíduos que têm um ideal político” (*Província do Algarve*, nº 1, 3/10/1908:1).

Ter um ideal significava ser republicano, acreditar nesse projeto político, cultural e social, onde não havia maltrapilhos, nem gente de baixa condição! Palavra de honra....republicana! Para isso trabalhou o *Província do Algarve*.

Não era esse o projeto do jornal de propaganda republicana *O Futuro* que, apesar de ser anticongreganista e antijesuíta, mostrava respeito pela religião, pelo clero nacional, divulgando notícias da adesão de padres ao PRP e afirmando que “a religião de Cristo não é incompatível com a democracia” (*O Futuro*, nº 735, 10/2/1907:2) ou “Cristo foi até ao presente o primeiro filósofo e o primeiro pensador do mundo inteiro” (*O Futuro*, nº 693, 15/4/1906:1). Numa perspetiva de pluralidade

informativa *O Futuro* também publicava os artigos de Teófilo Braga sobre “Monarquia e Clericalismo”.

Em conclusão podemos atestar que *O Futuro*, apesar de representar a facção republicana radical, em termos religiosos estava mais próximo do jornal monárquico *O Heraldo*, do que dos correligionários de propaganda republicana, *Provincia do Algarve e Povo Algarvio*.

O país era rural, maioritariamente católico, apesar de como nos é testemunhado pelo *Heraldo*, não ser fanático nem filiado na Companhia de Jesus (*O Heraldo*, nº 1419, 10/10/1909:1). Era, ainda, ignorante e deprimido pelos escândalos políticos, presa fácil do “padre e do cacique”.

A juntar a tudo isso, temos que ter em conta que, em 1900, 99,8% da população ainda se declarava católica. (Neto, 2010:130). No Algarve havia 83,4% de analfabetos (*Provincia do Algarve*, nº 5, 31/10/1908:2), ligeiramente superior à média nacional de 80%, sendo que, mesmo que viesse a República, o progresso e a ciência, a tarefa não se apresentava fácil.

## VI - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ideias republicanas foram defendidas pela primeira vez, no Algarve, no jornal o *Echo do Algarve*, em 1868. Eram ideias ainda envoltas em contradições, animadas pela revolução espanhola: se D. Fernando aceitasse ser rei das duas coroas, teria o apoio do periódico.

Em 1876 ocorreu a primeira tentativa de unificação das diferentes facções antimonárquicas em Lisboa e ainda um impulso para difundir esses ideais na província. O Algarve respondeu com entusiasmo ao apelo de Lisboa, através, por exemplo, do *Jornal dos Artistas* de Portimão, periódico socialista, vocacionado para a defesa dos operários, e que constituía uma referência para os artistas de Tavira (pelo menos os mais instruídos), “a primeira [cidade] em elementos artísticos “ (*Jornal dos Artistas*, nº 12, 27/1/1876:3). Em conjunto sonharam a “República Socialista”.

Em Tavira, Roque Feria lutava para conseguir que os artistas se instruissem naquelas que eram as tendências vanguardistas do século: o mutualismo, o cooperativismo e o associativismo, os mesmos ideais defendidos pelo *Jornal dos Artistas*. Face a uma direção do Club Artístico Tavirense pouco atenta às discussões ideológicas do século, por isso incapaz de orientar os associados, Roque Feria e outros correligionários empreenderam uma conspiração que conduziu à criação do Club Democrata Progressista de Tavira.

Roque Feria era um pragmático e um operacional: tinha uma ideologia e uma estratégia, faltava-lhe conquistar os “artistas”. Como se podia instruir quem não o queria ser? Por outras palavras, quem só estava interessado naquilo que lhe trazia dinheiro? Que revelava vícios de grandeza que constituíam um obstáculo à consciência de classe?

As disputas entre os “artistas” cresceram quando, após a formação do Centro Democrático Republicano de Lisboa, que ocorreu em simultâneo com a constituição do Club Democrata Progressista de Tavira, Roque Feria e o *Jornal dos Artistas* se posicionaram na primeira linha para responder ao apelo de Lisboa: formar clubes em todas as cidades, fiéis aos ideais republicanos.

As divisões no seio do Club Democrata Progressista de Tavira avolumaram-se, os artistas desconfiaram de alguns colegas, cada vez mais comprometidos com as

ideias republicanas. Face às divisões, Roque Faria propôs-se criar um novo clube para responder ao apelo do diretório de Lisboa e à estratégia que o *Jornal dos Artistas* de Portimão queria implementar.

Este empenho concretizar-se-ia em setembro de 1876 quando, diluída no meio de um ímpeto cooperativista, se formava a Associação Livraria com Gabinete de Leitura. O anúncio da mesma foi feito em simultâneo com a entrada em funcionamento de uma cooperativa de ferreiros e o anúncio de uma futura cooperativa de tabacos. Apesar disso, a intenção política não passou despercebida aos tavienses, provocando-lhes “risos”. Era o cripto-republicanismo que se afirmava pela determinação de Roque Faria.

O apelo do *Jornal dos Artistas* concretizava-se e o correspondente de Tavira cedia a sua firma, a *RF&Cª*, para as operações comerciais da nova sociedade.

Roque Faria, por trás de “cinco moços novos”, criava a Associação Livraria, à imagem da que o amigo Carrilho Videira mantinha em Lisboa, onde se educavam os espíritos e de discutiam as “novas ideias”. A nova sociedade, designada de Livraria Central, constituiu um tentáculo do Club Democrata Progressista que, por esse facto, foi usado para fins políticos.

O mal-estar entre os artistas era um facto e o próprio presidente do Club Democrata Progressista fez questão de, no primeiro aniversário, marcar a pluralidade, dando vivas à Monarquia.

Após as cisões verificadas no seio do Club Democratico Republicano, em julho de 1876, a família republicana de Lisboa tentaria, de novo, a união em 1882, desta vez por iniciativa do Clube Henriques Nogueira, e voltaria à carga com a estratégia ensaiada em 1876. Desta vez, Lagos respondeu ao apelo antes de Tavira, antes mesmo da ratificação em Assembleia Geral, de 1883, da decisão do Congresso Republicano. Os republicanos de Tavira tardaram a responder, continuavam divididos por divergências ideológicas. À frente do Centro Republicano de Lagos estava José António Braclamy, em colaboração com Salazar Moscoso (“um renegado” nas palavras de Roque Faria), como diretor do primeiro jornal de propaganda republicana no Algarve. Este periódico teve uma curta existência de 3 meses.

O sonho dos dirigentes republicanos de Lagos era diferente dos de Tavira (pelo menos de uma facção fortemente combativa) e não passava pela República Socialista. Eram representantes, sob uma aparente unidade, da facção moderada/evolucionista, para quem a vitória eleitoral era a prioridade. Este mesmo facto pode ser testemunhado pelo nome atribuído ao Clube: Centro Eleitoral Democrático Lacobrigense.

Em 1884, os republicanos de Tavira conseguiram, finalmente, a criação de um Centro Republicano, cujo presidente seria o médico Emiliano Parreira, ainda que, como se noticiava em *O Seculo*, “baixinho por temor às rolhas” (*O Seculo*, nº 1109,21/8/1884:3). Em fidelidade aos ideais de instrução popular, que vinham desde a Sociedade Livraria, mantiveram uma Biblioteca e um Gabinete de Leitura.

Os republicanos algarvios, apesar das divergências ideológicas, tinham, nesta década, uma estratégia regional, em grande parte alimentada pela sensação de isolamento e abandono a que tinha sido votada a província pelos governos da Monarquia. Lisboa estava ligada a Madrid desde 1866 e a Paris, através do Sud-Express, desde 1887, apesar de o comboio só ter chegado a Faro em 1889. O PRP afirmava-se no Algarve como uma frente de descontentes com a Monarquia.

O segundo jornal de propaganda republicana no Algarve, *A Província do Algarve*, pretendia servir os propósitos de uma estratégia regional. Roque Faria ficaria à sua frente como redator principal e proprietário, cuja publicação tardou dois anos (1886). Não conseguimos perceber a razão da demora na execução do projeto, mas não deixava de ser natural esta consideração para com Roque Faria, um republicano histórico, dadas as suas ligações ao livreiro Carrilho Videira e às lutas antigas, em Tavira, pela educação e instrução popular, para além da sua dedicação à causa e capacidade económica.

Acreditamos que o Conselho Provincial do Algarve, conhecendo o carácter polémico de Roque Faria, as inimizades que granjeou ao longo dos anos e o seu alinhamento com a facção radical, quis precaver a unidade do PRP algarvio: publicou as regras de funcionamento de *A Província do Algarve*, no jornal *O Século*, em 1884. De pouco serviram as cautelas dos dirigentes republicanos algarvios, a morte de Emiliano

Parreira em 1886 abriu de novo o campo à polémica e *A Província do Algarve* seria encerrado ao cabo de um ano.

Após esse encerramento, foi fundado em Tavira o jornal radical *O Combate* (1887/88), igualmente dirigido por Roque Faria. O encerramento deste último periódico levou-o a sair de Tavira, onde desenvolvia a atividade de comerciante e vivia com a família. Foi para Olhão fundar *O Porvir*, em colaboração com o correligionário Gustavo Cabrita, fiel aos mesmos ideais, a “República Socialista”.

Acreditamos nas palavras de Carrilho Videira, a sobrevivência dos jornais dirigidos por Roque Faria deveu-se à sua generosidade e dedicação à causa, pelo menos enquanto as autoridades o permitiram. Não há dúvida que, para além da dedicação aos ideais republicanos, foi um filantropo. Os Bombeiros de Tavira, de quem foi o primeiro presidente, devem a fundação à sua generosidade. Defendeu a “República Socialista” com uma enorme coerência e tenacidade, o que lhe valeu tanto o reconhecimento como inimizades. Os “grandes” do partido, em Lisboa, não lhe foram indiferentes.

Em 1887, Roque Faria, através do jornal *O Combate*, interveio ativamente ao nível do diretório republicano, com vista ao reconhecimento da sua facção socialista num programa federado. Os seus artigos, como constatou Carrilho Videira, eram “despidos de atrativos, modestos, sem os desnecessários floreios retóricos, eram de uma energia pasmosa” (*A Victoria da Republica*, 1890:83). A sua facção seria derrotada, no Congresso de 1887 e, definitivamente, em 1891, com a publicação do único programa do PRP. Nessa ocasião Roque Faria já tinha morrido, a “República Socialista” fora afastada pelos novos senhores do partido, a “geração ativa”.

Gustavo Cabrita, igualmente republicano socialista, era mais moderado na linguagem do que Roque Faria, pelo que não suscitou a perseguição das autoridades. Conseguiu dirigir o único jornal de propaganda, no Algarve, *O Futuro*, por um período de 17 anos. Defendia o federalismo, a revolução, os operários, dava a conhecer as propostas feministas mais arrojadas, mas, enquanto não havia condições para fazer a revolução, transigia com a facção republicana moderada/evolucionista, adepta da via eleitoral. Não tinha o discurso extremista e anticlerical da maioria dos correligionários, era católico (perceptível no final da vida, em especial após a morte do filho que ocorreu

no final da década de 90) e utilizava uma discriminação positiva ao referir os padres republicanos. Desconfiava dos anarquistas e não alinhava com a fação dessa nova geração de republicanos oportunistas de 91, que se serviam de alguns para mostrar que na República cabiam todos. Por exemplo, ignorou o popular e conterrâneo Bartolomeu Constantino.

Recorrentemente, mostrava a sua desconfiança em relação aos correligionários de Lagos, como o fizera Roque Feria, que se recusavam, inclusivamente, a comprar o único jornal de propaganda algarvio. Reconhecia-lhes, porém, a capacidade organizativa, numa década de desalento. Enaltecia, em contrapartida, Tomás Biker, representante da esquerda republicana em Lagos.

Todos estes dados permitem-nos concluir que o surto das ideias republicanas no Algarve teve quatro fases: a da introdução, cuja defesa, de forma isolada, foi mais ou menos clara, mais ou menos empenhada, conforme os protagonistas; a da afirmação, de 1882 até 1886, onde se definiu uma estratégia regional, com a colaboração dos elementos do partido de diferentes pontos da região, num sonho de unidade que não passava de aparência; a fase das divisões e lutas ideológicas, após a morte de Emiliano Parreira em 1886, agravada com a desorientação do PRP a nível nacional após 1891. Esta era a fase em que pareciam existir dois partidos republicanos algarvios de costas voltadas: o de Sotavento e o do Barlavento. A quarta fase, de 1906 a 1910, em que foi possível reencontrar uma estratégia regional, ainda que atrasada em relação ao PRP nacional, com uma nova elite de republicanos no sotavento, representantes da “geração ativa”, cuja prioridade era o assalto ao poder, entre eles, José Pires Padinha, Zacarias Guerreiro, Silvestre Falcão. Se estavam longe os tempos de rebeldia radical de Roque Feria, a dedicação à causa continuava, porém, a ser total. Silvestre Falcão, tal como o fizera Roque Feria, delapidou o património pessoal a favor da “sua” República. Nesta última fase, os republicanos do Algarve já perdera a projeção nacional que tivera na década de 80.

Em 1908 publicavam-se novos jornais de propaganda republicana no Algarve: o *Provincia do Algarve* em Tavira e *O Povo Algarvio* em Loulé. *O Povo Algarvio* fez do anticlericalismo a sua bandeira. Já o *Provincia do Algarve* era um jornal de intelectuais, em perfeito alinhamento com as cúpulas do PRP, que na véspera da revolução do 5 de

outubro julgavam possuir essa verdade absoluta: a República era o melhor regime para o povo. Mas que República? Uma República tolerante, conquanto, profundamente anticlerical, municipalista e pacifista. Os assuntos fraturantes eram omissos: o feminismo e o sufrágio universal. Defendiam uma República onde cabiam todos: os socialistas, os anarquistas e todos os descontentes do regime monárquico. A propaganda republicana no Algarve, tal como no resto do país, acabou como pretendeu começar: a frente dos descontentes da Monarquia. As diferenças ficaram para resolver depois.

A educação foi um tema recorrentemente abordado, era um dos elementos de união dos republicanos de todas as cores. Neste domínio, republicanos e monárquicos apenas divergiam na forma de solucionar o problema, não na sua essência.

Uma questão a deslindar seria se a proposta republicana era ou não messiânica. Sabemos que, nas décadas de 70 e 80, Roque Faria afirmou-se na antítese do messianismo, era um homem de ação, com um modelo político, económico e social concreto, mas sem uma estrutura político/partidária que o reconhecesse. A adesão à causa ficava, igualmente, aquém do que desejava, como o próprio recorrentemente constatou, principalmente entre os “artistas” por quem dizia lutar. Já o *Provincia do Algarve* utilizava um discurso próprio de intelectuais, apoiados na filosofia positivista. A convicção da superioridade do ideal republicano era total, acreditavam de tal forma na bondade do projeto que achavam que o mesmo, por si, seria suficiente para resgatar a sociedade da ignorância e lhe trazer a felicidade. Mesmo os desconfiados render-se-iam à República, uma vez implantada.

A propaganda republicana algarvia vivia do entusiasmo de alguns dirigentes que se dedicaram à causa. Os níveis de adesão não eram proporcionais ao empenho e disso nos deram conta os diversos jornais de propaganda. Sem dúvida que Lagos conseguiu os mais elevados níveis de adesão no Algarve, com expressão nos sucessos eleitorais.

No entanto, se como afirmou Vilhena Mesquita, Lagos foi o “alfobre da imprensa republicana algarvia” (Mesquita, 2010:19), Tavira e Olhão foram o baluarte da imprensa de propaganda republicana: a radical e a positivista. Na nossa opinião não fará, então, sentido falar de uma *Escola de Lagos* (Mesquita, 2010:19) no que respeita

ao republicanismo. Se as ideias republicanas tiveram uma marca distintiva, foi a falta de uma escola. O republicanismo no Algarve, como no país, foi sonhado à medida de cada um e de cada geração. Mesmo quando, aparentemente, a família republicana se encontrava unida, as divergências estavam apenas adormecidas.

No final, e porque todo o trabalho de investigação possibilita sempre mais perguntas, ainda nos ficaram as seguintes questões por resolver: qual o papel do Algarve Central, Faro e Loulé, na afirmação das ideias republicanas? Qual a relação dos republicanos de Lagos com os correligionários de Silves, Lagoa e Portimão? Qual o posicionamento ideológico dos Clubes de Artistas de Silves, Faro e Portimão face às ideias republicanas? Estas perguntas poderão ser alvo de futuro investimento.

ANEXO 1 – O PROGRAMA REPUBLICANO DE 1891

Todas as reformas devem ser simultâneas a estes dois factores sociais:

**Organização dos poderes do Estado** — a) *Do Poder Legislativo* — 1.º — *Federação de Municípios* — Legislando em Assembleias provinciais sobre todos os actos concernentes à segurança, economia e instrução provincial, dependendo nas relações mútuas da homologação da Assembleia nacional.

2.º — *Federação de províncias* — Legislando em Assembleia nacional, e sancionando sobre o ponto de vista do interesse geral as determinações das Assembleias provinciais, e velando pela autonomia e integridade da Nação.

3.º — *Constituinte decenal* — Destinada à revisão periódica da Constituição política, e a reformar a Codificação geral.

b) *Do Poder executivo* — O poder ministerial divide-se em três grandes ramos:

1.º — *A Segurança pública* — compreende:

Força armada de terra e de mar. — Polícia civil e fiscal. — Justiça e Penalidades. — Garantias individuais. — Relações internacionais.

2.º — *A Educação pública*, compreende:

Instrução elementar, científica e técnica. — Relações culturais. — Belas-Artes. — Salubridade. — Assistência. — Recompensas cívicas.

3.º — *Economia pública*, compreende:

Agricultura. — Indústria, Comércio e Navegação. — Concessões de obras. — Correios e Telégrafos. — Arrecadações de impostos. — Estatística e Contabilidade geral.

c) *Do Poder Judicial* — 1.º — Juízo de Conciliação. — Preparação, Arbitragem e Revisão.

2.º — Juízo Civil — Singular, Colectivo e Especial.

3.º — Juízo Criminal, Policial e Administrativo.

§ 2.º — *Fixação das garantias individuais* — 1.º — *Liberdades essenciais* — instrumento das garantias políticas e actos cívicos:

Liberdade de consciência, e igualdade civil e política para todos os cultos. — Abolição do juramento nos actos cívicos e políticos. — Registo civil obrigatório para os nascimentos, casamentos e óbitos. — Liberdade de Imprensa, de discussão, e de ensino. — Ensino elementar obrigatório, secular e gratuito. — Secularização dos cemitérios e criação dum Panteão nacional para as honras cívicas. — O professorado dividido em docente e examinante. — Educação progressiva da mulher, exercendo a capacidade política em correlação com as obrigações cívicas a que estiver sujeita. — Abolição dos graus e da frequência obrigatória nas disciplinas teóricas e superiores. — Harmonizar e simplificar os Códigos civil, criminal, administrativo, comercial e de processo com o espírito filosófico e resultados científicos modernos.

2.º — *Liberdades políticas* ou de garantias:

Sufrágio universal. — Representação das minorias. — Autonomia municipal, descentralização e administração civil das províncias ultramarinas. — Livre trânsito, inviolabilidade de domicilio e abolição da prisão preventiva, excepto para o assassínio. — Liberdade de associação, de reunião e de representação (excepto para a força armada sob forma colectiva). — Liberdade de trabalho e de indústria, e abolição dos monopólios quando não estejam subordinados à utilidade pública. — Abolição do corpo diplomático, e conversão do consular em uma magistratura para as relações de direito internacional. — Autonomia e integridade da nação portuguesa. — Extinção dos poderes hereditários e privilegiados. — Substituição dos títulos nobiliárquicos feudais por um sistema de recompensas cívicas. — Organização militar exclusivamente defensiva. — Poder legislativo de eleição directa. — Poder executivo, de delegação temporária do legislativo e especializando a acção presidencial para as relações gerais do Estado. — Lei de incompatibilidade e efectividade de responsabilidade ministerial. — Proibição de acumulação de funções públicas. — Taxação do povo pelo povo. — Responsabilidade de todos os funcionários ou autoridades. — Direito de resistência aos actos ofensivos das leis. — Abolição do recrutamento e serviço militar obrigatório. — Exercício reduzido à escola e Quares, e Música nacional segundo as divisões provinciais.

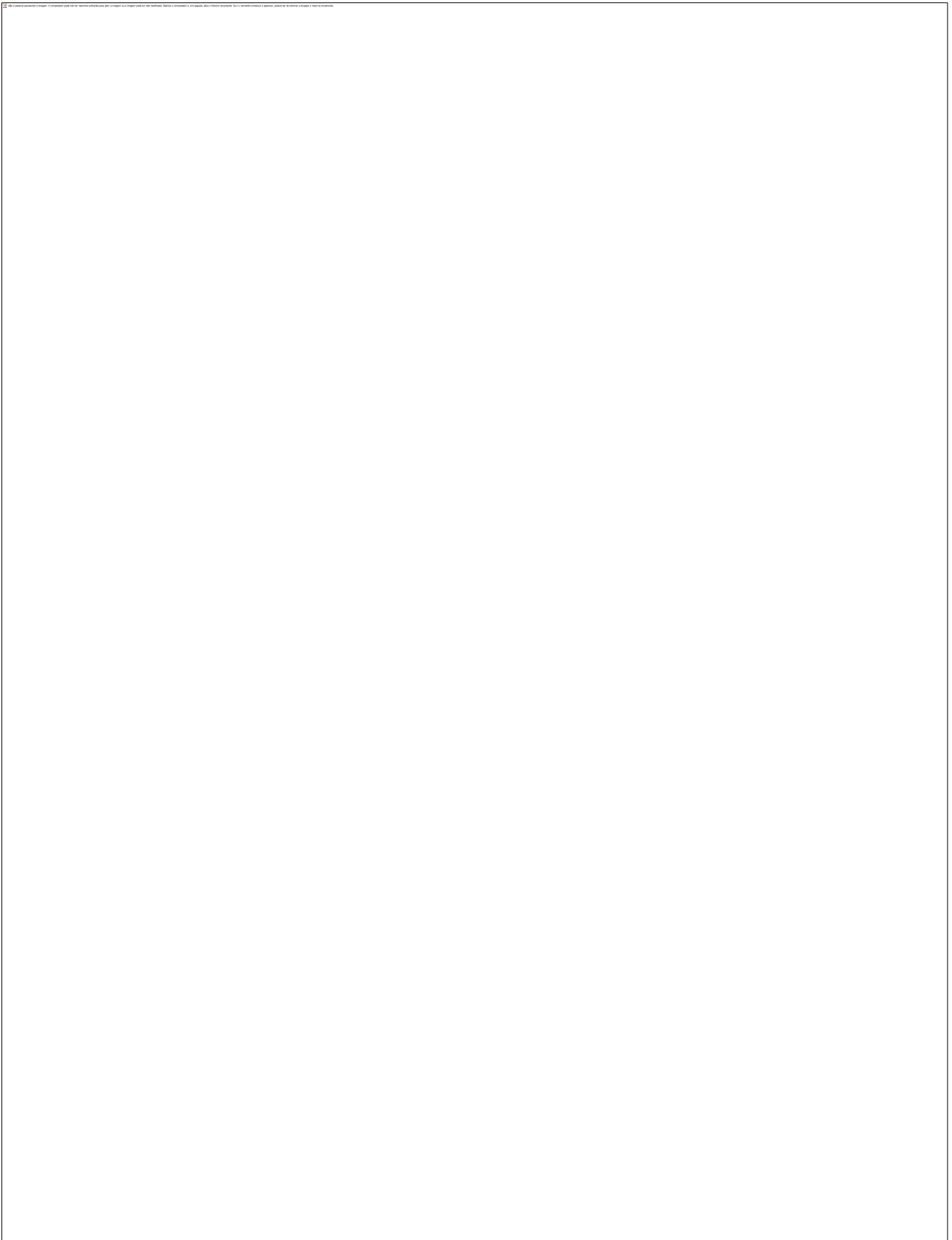
3.º — *Liberdades cívicas*, ou objecto da acção individual:

Extinção das últimas formas senhoriais da propriedade, no sentido de a tornar perfeita, como foros, laudémios, lutuozas, por uma lei sobre remissão forçada. — Arroteamento obrigatório dos terrenos incultos ou sua expropriação por utilidade pública. — Reforma do regime hipotecário como forma de crédito geral territorial. — Estabelecimento do regime de aprendizagem e regulamentação do trabalho de menores. — Desenvolvimento das associações cooperativas de consumo, produção, edificação e crédito, pelo adiantamento pelo Estado dum fundo inicial. — O Estado não concorre com as indústrias particulares, e as suas oficinas, quando não adjudicáveis a empresas particulares, serão escolas de artes e ofícios. — Substituição do sistema penitenciário por colónias penais agrícolas. — Tribunais especiais de medicina legal. — Abolição de lotarias e de quaisquer jogos de azar, embora com fim caritativo. — Abolição completa de todas as contribuições de serviços pessoais ou dias de trabalho; — das graças ou perdão de penalidade, mas salvo o direito de reparação ao inocente. — Revisão das pautas, no intuito de facilitar a aquisição de matérias-primas, e protecção ao trabalho nacional. — Abolição de todos os direitos de consumo cobrados pelo Estado. — Diminuição gradual do imposto de consumo nos géneros de primeira necessidade. — Regulamentação do inquilinato. — Tribunais arbitrais de classe, para os conflitos entre operários e patrões, ampliação de competências dos árbitros. — Reconhecimento e auxílio às câmaras sindicais. Bolsas de trabalho e todos os meios de incorporação do proletariado na sociedade moderna. — Reconhecimento da dívida pública, com o resgate da externa, e regularizando a interna como meio de capitalização dos pequenos possuidores.



Illegible text at the top of the page, possibly a header or page number.

## **ANEXO 2 – A ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO NO ALGARVE**



Il presente documento è protetto da un sistema di sicurezza che impedisce la stampa, la copia o l'uso non autorizzato. Per informazioni, consultare il sito [www.foxit.com](#).

Illegible text at the top of the page, possibly a header or title.

© The copyright in this work is owned by the author. All rights reserved. No part of this work may be reproduced or transmitted in any form or by any means, electronic or mechanical, including photocopying and recording, or by any information storage or retrieval system, without the prior written permission of the author.

## BIBLIOGRAFIA

### FONTES

**BATALHA**, Ladislau

1876 *A Nova Inquisição ou Directorio republicano e os seus Actos perante a Opinião Publica*, Nova Livraria Internacional, Lisboa.

**BRAGA**, Teófilo

2010, *História das Ideias Republicanas*, Editora Nova Vega, Lisboa.

### CENSO

*Relatório sobre o censo da população*, Separata do vol. I, 1890, acessível em [www.ine.pt](http://www.ine.pt) acedido em 24/9/2011.

### DCD,

*Diário da Câmara dos Deputados*, acessível em

<http://debates.parlamento.pt/catalog.aspx?cid=r1.cd>, acedido em 6/9/ 2011.

### DIÁRIO DO GOVERNO

Diários do Governo nº 76 de 29/Março de 1890; N.º 37 / 15 de Fevereiro de 1896; N.º 155 / 18 de Julho de 1898; N.º 81 / 13 de Abril de 1907; N.º 136 /21 de Junho de 1907, in *Leis da Imprensa na Monarquia Constitucional*, acessível em <http://hemerotecadigital.cmlisboa.pt/LeisdeImprensa/MonarquiaC.htm>, acedido em 4/9/2011.

**NOGUEIRA**, José Félix Henriques

1979, *Obra Completa 1823-1858*, 3 volumes, Imprensa Nacional - Casa da Moeda, organização de António Carlos Leal da Silva, Lisboa.

**ORTIGÃO**, Ramalho

1964, "O país e a Sociedade Portuguesa", tomo II, in *As Farpas* (Edição Integral), 2 volumes, Livraria Clássica Editora, Lisboa.

**ORTIGÃO, Ramalho**

1992, "Os nossos filhos; a instrução pública", vol. VIII, in *As Farpas*, 15 volumes, Clássica Editora, Lisboa.

**QUENTAL, Antero**

1982, *Prosas Sociopolíticas* (publicadas e apresentadas por Joel serrão), Imprensa Nacional Casa da Moeda, Vila da Maia

**RELVAS, José**

1977, *Memórias Políticas*, 2 volumes, Terra Livre, Lisboa.

## **PERIÓDICOS**

### **ALBUM DAS GLÓRIAS**

(desenhos de Rafael Bordalo Pinheiro; textos João Ribaixo), Typ. Editora Rocio, 1880-1902, Lisboa.

**ALMANACH DA BIBLIOTECA REPUBLICANA DEMOCRATICA (1875)**, Carrilho Videira, Nova Livraria Internacional, Lisboa.

**ALMANACH DE O MUNDO**, França Borges, Oficinas do jornal "O Mundo", 1907-1913, Lisboa.

### **ALMANACH DA REPUBLICA PARA 1893-94**

Livraria Popular de Francisco Franco, colab. Baptista Machado... [et al.]Lisboa.

**ALMANACH REPUBLICANO PARA... (1876-1883)**, Carrilho Videira, Nova Livraria Internacional, Lisboa.

**ALMANACH DO SEculo** para 1886 , Lisboa, Typografia Nacional, 1887

**ARCHIVO DEMOCRATICO** , Feio Terenas, Typ. Gonçalves, 1907-1911, Lisboa.

**A BATALHA** , Almanach de Propaganda Republicana para 1893-94, Ilídio Analide da Costa, Lisboa, Typografia Machado, 1892

**REVISTA PENINSULAR**, D. Carlos José Caldeira, Porto, 1855, acessível em [http://books.google.com/books?id=bhAQAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs\\_ge\\_summary\\_r&cad=0#v=onepage&q&f=false](http://books.google.com/books?id=bhAQAAAAYAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-PT&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false) acedido em 12/6/2011.

**A VICTORIA DA REPUBLICA**: Almanach de propaganda democrática, colaboração dos principais escritores do Partido republicano, Typ. de Eduardo Roza, 1885-1894, Lisboa.

**O Algarve**, Ferreira da Silva, Faro (1908-----) Anos de 1908 a 1910

**A Barricada**: semanário radical / órgão dos oprimidos, Lisboa (1890)

**O Combate**, Roque Faria, Tavira (1887-1888)

**O Diário de Notícias**, Eduardo Coelho, Lisboa (1864-----)

**Diário Ilustrado**, Imprensa de Souza Neves, Lisboa (1872-1911)

**Echo do Algarve**, José Teixeira Simões e António Corrêa, Lagos (1868-69)

**A Folha Democratica**, José António Bracklamy, Lagos (1883)

**O Futuro**, Gustavo Cabrita, Olhão, (1891-1909)

**O Herald**, João Pedro Sousa, Tavira, (1901-12)

**Jornal dos Artistas**, Gomes Leal, Portimão (1875-1877)

**A Lucta**, Brito Camacho, Lisboa, (1906- 1935)

**O Mundo**, França Borges, (1900-1930), Lisboa

**Pontos nos ii**, Rafael Bordalo Pinheiro, Lisboa, (1885-1891)

**O Porvir**, Roque Faria e Gustavo Cabrita, Olhão, (1888-1889)

**O Povo Algarvio**, Paulo Madeira, Loulé (1909-12)

**A Provincia do Algarve**, Roque Faria, Tavira (1887 - 88)

**Provincia do Algarve**, Silvestre Falcão, Tavira (1908- 1920)

**A Republica**: jornal da democracia portuguesa, Lisboa (1870)

**A Republica Portuguesa**, Tavares Coutinho e Francisco Pacheco, Rio de Janeiro (1895)

**O Seculo**, Magalhães Lima/Silva Graça, Lisboa, (1881- 1989)

**O Suffragio Universal**, Paulo da Fonseca, J. Fernandes Alves, Lisboa (1881).

**A Vanguarda**, Alves Correia, Lisboa (1891)

## ESTUDOS

**ALMEIDA**, Hortense de

1995, “Maria Veleda”, in *Anais do Município de Faro*, vol. XXV. pp. 143- 159.

**BAPTISTA**, José Alberto

2004, *João Bonança na cultura do seu tempo*, Edições Colibri, Lisboa.

**BAPTISTA**, José Alberto

2011, “Câmara Republicana de Lagos (1908-1910)”, in *Lagos da República*, acessível em <http://lagosdarepublica.wikidot.com/camara-republicana-de-lagos>, acedido em 11/7/2011, pp. 1-19.

**BARBOSA**, Luísa Maria Gonçalves

2011, *O Brasil e o Ideário Republicano na Imprensa Portuguesa 1889/1891*, acessível em <http://www.museu-emigrantes.org/ComlIdeaRepNov03.pdf> acedido em 15/3/2011.

**BARREIROS**, José António

1980, “As instituições criminais em Portugal no século XIX: subsídios para a sua história”, in *Análise Social*, vol. XVI (63), 3.º, pp. 587-612.

**CABRAL**, Manuel Vilaverde

2006, *Portugal na Alvorada do século XX*, Editorial Presença, Lisboa.

**CANOTILHO**, J.J. Gomes Canotilho,

1993 “As Constituições”, in José Mattoso, *História de Portugal*, V vol., Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 149-165.

**CASCÃO**, Rui

1986, “Família e Divórcio na Primeira República” In *A Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspetivas Atuais*, Atas do colóquio, Faculdade de Letras, Coimbra, pp. 153-169.

**CARVALHO**, Margarida

2011, “DOMITILA DE CARVALHO (1871-1966) Um percurso singular”, in *História e Universos Femininos*, Associação Portuguesa de História, acessível em [http://www.aph.pt/uf/uf\\_0506.html](http://www.aph.pt/uf/uf_0506.html), acedido em 22/7/2011, p.1.

**CATROGA**, Fernando

1977, “A Importância do Positivismo Na Consolidação da Ideologia Republicana Em Portugal”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra*, Vol. III, Coimbra, pp.284-327.

**CATROGA, Fernando**

**1985**, “Nacionalismo e Ecumenismo, a Questão Ibérica na 2ª metade do século XIX”, Separata da Revista *Cultura, História e Filosofia*, vol. IV, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, pp. 419-463.

**CATROGA, Fernando**

**1986**, “A laicização do casamento e o feminismo republicano”, in *a Mulher a Sociedade Portuguesa. Visão histórica e Perspetivas Atuais*, Atas do Colóquio / Instituto de História Económica e Social, 2 volumes, Coimbra FCUL, I vol., pp. 135-152.

**CATROGA, Fernando**

**1988**, “Laicismo e questão religiosa em Portugal (1865/1911)”, in *Análise Social*, 24 (100), pp. 221-273.

**CATROGA, Fernando**

**1991**, “A memória de 1848 na fundamentação do republicanismo português” in *Estudos de História Contemporânea Portuguesa*, homenagem ao professor Victor de Sá, Horizonte, Lisboa, pp. 269-288.

**CATROGA, Fernando**

**1996**, “Positivistas e Republicanos” in TORGAL, Luís Reis; MENDES, José Amado; CATROGA, Fernando, *História da História em Portugal, sécs. XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa, pp. 87-115.

**CATROGA, Fernando**

**1999**, “O Céu da Memória Cemitério Romântico e Culto Cívico dos Mortos em Portugal”, Editorial Minerva, Coimbra.

**CATROGA, Fernando**

**2006**, “A República única e Indivisível” in *Revista de História das Ideias*, vol 27, pp. 171- 251.

**CATROGA, Fernando**

**2010a**, *O Republicanismo em Portugal, da Formação ao 5 de Outubro de 1910*, Casa das Letras, Lisboa.

**CATROGA, Fernando**

**2010b**, *Res Publica: cidadania e representação política em Portugal, 1820-1926*, Catálogo da exposição, Biblioteca Nacional, Lisboa.

**CATROGA, Fernando**

**s/d**, “A Formação do Movimento Republicano – 1870-1883”, in João Medina, (dir.), *História Contemporânea de Portugal, Das Invasões Francesas aos nossos dias* Multilar, Lisboa, 2º volume, pp. 6-42.

**CHAVES**, Castelo Branco

**1935**, *Teófilo Braga e o Nacionalismo*, Seara Nova, Lisboa.

**COSTA**, Fernando Marques

**1986**, "Mulheres, Elites e Igualitarismo na 1ª República" in *a Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspetivas Atuais*. Atas do colóquio, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, Coimbra, 2º volume, pp. 369-385.

**CUNHA**, Afonso

**1996**, "Outubro de 1910, Os são-brasenses descem à cidade" in *Anais do Município de Faro*, vol XXVI, pp. 11-29.

**D'ARMADA**, Fina

**2010**, *As Mulheres na Implantação da República*, Esquilo, Edições & Multimédia, Lisboa.

**ESTEVES**, João

**1998**, *As origens do Sufragismo Português*, Editorial Bizâncio, Lisboa.

**ESTEVES**, João

**2000**, "O Movimento Sufragista em Portugal na 1ª metade do século XX (1896-1947)" in *A Mulher na História*, Atas dos Colóquios sobre a temática da Mulher 1999-2000, Câmara Municipal da Moita, Moita, pp. 239-255.

**FERNANDES**, Paulo Jorge Chalante Azevedo

**2007**, "O Poder Oculto", Biografia política de Mariano Cirilo de Carvalho, Dissertação de Doutoramento em História Institucional e Política, apresentada à faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

**FERREIRA**, David

**1975a**, "Eleição", in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 volumes, Iniciativas Editoriais, Lisboa, vol. II, pp. 357-359.

**FERREIRA**, David

**1975b**, "Partido Republicano Português", in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal* 6 volumes, Iniciativas Editoriais, Lisboa, vol. V, pp. 294-303.

**FREITAS**, Joana Gaspar

**2011**, *Manuel de Arriaga Percurso Intelectual e Político de um Republicano Histórico (1840 -1917)*, Comissão Nacional para as Comemorações do Centenário da República, Lisboa

**FMS**

**2011**, Fundação Mário Soares, *Biografias*, acessível em <http://www.fmsoares.pt> acedido em 4/9/2011.

**GARNEL**, Maria Rita Lino

**2004**, *A República de Sebastião de Magalhães Lima*, Livros Horizonte, Lisboa.

**GUERREIRO**, Luís

**2010**, “Silvestre Falcão, um republicano da geração do *Ultimatum*”, Catálogo da Exposição *A 1ª República em Tavira, transformações e continuidades*, Museu Municipal, Tavira, pp. 26-35.

**GUINOTE**, Paulo

**2010**, “A I República E A Questão Da Instrução Popular – 1” , *A Educação do meu umbigo*, 1/10/2010, acessível em <http://educar.wordpress.com/2010/10/01/a-i-republica-e-a-questao-da-instrucao-popular-1/> acedido em 22/4/2011

**HENRIQUE**, Mendo

**2010**, *A Grande Ilusão, Um Ensaio sobre 1910 a duas vozes*, Bertrand Editora, Lisboa.

**HOMEM**, Amadeu Carvalho

**1990a**, *A Propaganda Republicana (1870 – 1910)*, Coimbra Editora, Coimbra.

**HOMEM**, Amadeu Carvalho

**1990b**, “O Radicalismo Republicano e o Temor do Poder” in *Revista Portuguesa de História*, tomo XXV, Faculdade de Letras, Coimbra, pp. 301 – 308.

**HOMEM**, Amadeu Carvalho

**1997**, “O anti iberismo dos republicanos radicais portugueses (1870-1910)” in *Atas dos 3ºs Cursos Internacionais de Verão de Cascais* (8 a 13 de Junho de 1996), Câmara Municipal de Cascais, Cascais, vol. III, pp. 213-220.

**HOMEM**, Amadeu Carvalho

**2001**, *Da Monarquia à República*, Palimage Editores, Viseu.

**HOMEM**, Amadeu Carvalho

**2011**, “João Franco, O Nefasto”, in *Lagos da República*, Câmara Municipal de Lagos, p. 1, acessível em <http://lagosdarepublica.wikidot.com/xlvi-joao-franco-o-nefasto>, acedido em 11/7/2011.

**LEAL**, Ivone

**1986**, “Papéis Tradicionais Femininos, Continuidades e Rupturas de meados do século XIX a meados do século XX” in *A Mulher na Sociedade Portuguesa . Visão Histórica e Perspetivas Atuais*, 2 volumes, Atas do colóquio, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, Coimbra, vol. II, pp. 353-369.

**LEAL, Ernesto de Castro**

**2006**, “A ideia federal no republicanismo português (1910-1926)” in *Revista de História das Ideias*, Faculdade de Letras, Coimbra, vol. 27, pp. 251-293.

**LEAL, Ernesto de Castro**

**2008**, *Partidos e Programa, o campo partidário republicano português 1910-1926*, Coimbra, Imprensa da Universidade.

**LEAL, Ernesto de Castro**

**2011**, “O Campo Político dos Partidos Republicanos Portugueses (1910-1926)” in *Lagos da República*, acessível em, <http://lagosdarepublica.wikidot.com/o-campo-politico-dos-partidos-republicanos-portugueses-1910>, acedido em 1/8/2011.

**LOPES, D' Oliveira**

**1947**, *História da República Portuguesa. A Propaganda na Monarquia Constitucional*, Editorial Inquérito, Lisboa.

**LOPES, Fernando Farelo**

**s/d**, *Partidos e representação política no período liberal em Portugal*, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

**LOPES, Marco**

**2010**, “António Pires Padinha, um republicano desde os bancos da escola, apontamentos biográficos”, Catálogo da Exposição *A 1ª República em Tavira, transformações e continuidades*, Museu Municipal, Tavira, pp. 45-57.

**LUZURIAGA, L.**

**1977**, *História da Educação e da Pedagogia*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.

**MAGALHÃES, Joaquim Romero**

**2009**, *Vem aí a República! (1906-1909)*, Livraria Almedina, Coimbra.

**MARQUES, A.H. de Oliveira**

**s/d**, *História da Primeira República: as estruturas de base*, Iniciativas Editoriais, Lisboa.

**MARQUES, A.H. de Oliveira**

**1975**, *A 1ª República Portuguesa alguns aspectos estruturais*, Livros Horizonte, Lisboa.

**MARQUES, A.H. de Oliveira**

**1980**, *A 1ª República Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa.

**MARQUES, A.H. de Oliveira**

**1988**, *Ensaios de História da I República Portuguesa*, Livros Horizonte, Lisboa.

**MARQUES, A.H. de Oliveira**

**1990**, *Portugal da Monarquia para a República*, Editorial Presença, Lisboa.

**MARQUES, A.H. de Oliveira**

**2010**, *A Primeira República Portuguesa*, Texto Editora, Lisboa.

**MEDINA, João**

**1990**, *Oh! a República!...": estudos sobre o Republicanismo e a Primeira República Portuguesa*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa.

**MENDES, António Rosa e GOMES, Neto**

**2010**, *Algarve, 100 Anos de República 100 Personalidades*, Edição do Governo Civil de Faro.

**MENDONÇA, Artur Barracosa**

**2006a**, "A reorganização do Partido republicano no Algarve" in *Revista História*, nº 89, Ano XXVIII, III série, (setembro) pp. 38-41.

**MENDONÇA, Artur Barracosa**

**2006b**, "O Partido Republicano em Tavira nos finais da Monarquia Constitucional" in *V Jornadas de História de Tavira*, Clube de Tavira, Tavira, pp. 182-204.

**MENDONÇA, Artur Barracosa**

**2007**, "Subsídios para a História do Partido Republicano no Algarve", in *13º Congresso do Algarve*, Racal Clube, Silves, pp. 133-142.

**MENDONÇA, Artur Barracosa**

**2010**, "A Propaganda Republicana no Algarve até 1910" in *Catálogo da Exposição "O Algarve do reino à Região – Mendes Cabeçadas e a I República no Algarve"*, Câmara Municipal de Loulé, Loulé, pp. 1-12.

**MENDONÇA, Artur Barracosa, e MARTINS, J. M.**

**2011**, *Almanaque Republicano*, acessível em [www.arepublicano.blogspot.com](http://www.arepublicano.blogspot.com) acedido em 1/11/2011.

**MENDONÇA, J. M.**

**2011**, "A Republicanização do Algarve (1876–1910)" in *barlavento online*, acessível em <http://www.barlavento.pt/index.php/noticia?id=44904> acedido em 9/9/2011.

**MESQUITA, José Carlos Vilhena**

**1989**, *História da Imprensa do Algarve*, II volumes, Comissão de Coordenação da Região do Algarve, Faro.

**MESQUITA**, José Carlos Vilhena

**2010**, “A Imprensa Republicana no Algarve”, in *Catálogo da Exposição “ O Algarve do reino à Região – Mendes Cabeçadas e a I República no Algarve”*, Câmara Municipal de Loulé , Loulé 2010, pp. 1-30.

**MOGARRO**, Maria João

**2010**, Cultura material e modernização pedagógica em Portugal (séculos XIX-XX) in *Educatio Siglo XXI*, Vol. 28 nº 2 , pp. 89-114

**MONTEIRO**, Nuno e **PINTO**, António Costa

**2005** “A Identidade Nacional Portuguesa”, in António Costa Pinto (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Publicações D. Quixote, Lisboa, pp. 51-67

**MONTEIRO**, José Luís Cavaco

**2009**, *Federalismo, Regionalismo e Municipalismo em Portugal*, (policopiado) Dissertação de Mestrado Apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa.

**MONTEIRO**, Natividade

**2011**, “Mulheres Republicanas e a Educação”, in *História e Universos Femininos*, Associação de Professores de História, acessível em [http://www.aph.pt/uf/uf\\_0801.html](http://www.aph.pt/uf/uf_0801.html), acedido em 17/7/2011, p.1

**MOURA**, Maria Lúcia de Brito

**2004**, *A Guerra Religiosa na Primeira República – Crenças e Mitos num Tempo de Utopia*, Editorial Notícias, Lisboa.

**NETO**, Vítor Manuel Parreira

**1994**, “O Estado e a Igreja”, in José Mattoso, (direcção) *História de Portugal*, 9 volumes, Edição do Círculo de Leitores, Lisboa, V volume, pp. 265-285.

**NETO**, Vítor Manuel Parreira

**1998**, *Estado, a Igreja e a Sociedade em Portugal (1832-1911)*, Imprensa Nacional da Casa da Moeda, Lisboa.

**NETO**, Vítor Manuel Parreira

**2010**, “A questão religiosa, Estado, Igreja e Conflitualidade” in Fernando Rosas, e Maria Fernanda Rollo, (coord.) *História da Primeira República*, Tinta-da-china, Lisboa, pp. 129-149.

**OLIVEIRA**, A. Paulo Dias

**2002**, “Padres, Freiras e Forais: Os Discursos Parlamentares de Vicente Ferrer Neto Paiva (1839 – 1862)”, *Separata Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias*, vol. XV (2ª série), pp. 171- 189, Centro de História da Cultura da Universidade Nova de Lisboa.

**OLIVEIRA, A. Paulo Dias** (Introdução, Recolha e Seleção)  
**2003**, *Vicente Ferrer Neto Paiva Discursos Parlamentares (1839-1862)*, Assembleia da República, Lisboa

**OLIVEIRA, A. Paulo Dias**  
**2007**, *Rodrigues de Brito, a Mutualidade de Serviços e o Solidarismo Krausiano*, Dissertação de Doutoramento apresentada à Universidade do Algarve, Faro (policopiado).

**OLIVEIRA, A. Paulo Dias**  
**s/d,** "O pendor ético do humor de Rafael Bordalo Pinheiro", *Actas do Congresso Internacional de Rafael Bordalo Pinheiro*, (no prelo), pp. 1-21

**PALMA, Patrícia de Jesus**  
**2008**, *A Produção Literária na Imprensa no Algarve durante os séculos XIX e XX*, 2 volumes, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, (Policopiado).

**PEREIRA, Maria da Conceição Meireles**  
**2010**, "Iberismo e Nacionalismo em Portugal, Da regeneração à República. Entre Utopia e Distopia", *Separata da Revista História das Ideias*, Vol. 31, Faculdade de letras de Coimbra, pp. 257-284.

**PEREIRA, José Pacheco**  
**1981**, "A origem do movimento operário no Porto: as associações mutualistas (1850-70)" in *Análise Social*, vol. XVII (65), -1.º, pp. 135-151

**PROENÇA, Maria Cândida**  
**2010**, "A Educação" in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (coord.) *História da Primeira República*, Tinta-da-china, Lisboa, pp. 169-191.

**RAMOS, António Alberto Pereira**  
**1996**, "Afonso Costa e Bartolomeu Constantino e o Movimento Republicano e o Operariado em 1904" in *Actas do I Congresso dos Algarvios da Margem Sul do Tejo* (1 a 2 de Abril de 1905), Casa do Algarve do Concelho de Almada, pp. 127-136.

**RAMOS, Rui**  
**1992a**, A Ideia Republicana e a História da República em Portugal (a propósito de alguns livros recentes) in *Análise Social*, nº 115, pp.229-239.

**RAMOS, Rui**  
**1992b**, "A formação da *intelligentsia* portuguesa (1860-1880)" in *Análise Social*, volume XXVIII, (116-117), (2º-3º), pp.483 – 528.

**RAMOS, Rui**  
**1994**, "A Segunda Fundação (1890 – 1926)", in José Mattoso, (dir.), *História de Portugal*, 9 volumes, Edição do Círculo de Leitores, Lisboa, VI volume, pp. 1 – 433.

- RAMOS, Rui**  
2001, “João Franco: uma educação liberal (1884-1897)” in *Análise Social*, vol. XXXVI (160), 735-766.
- RAMOS, Rui**  
2004, “Para uma História Política da cidadania em Portugal”, in *Análise Social*, 172, pp. 547-569.
- RAMOS, Rui, (coord.)**  
2009, *História de Portugal, A Esfera dos Livros*, Lisboa.
- REAL, Miguel**  
2005, “O pensamento racionalista português na segunda metade do século XIX-Teófilo Braga, Júlio de Matos e Miguel Bombarda”, in *Vértice*, nº 122, Maio Junho, pp.5-22.
- REIS, António**  
1983, “A I República”, in José Hermano Saraiva, *História de Portugal*, 6 volumes, Publicações Alfa, Lisboa, volume VI, pp.117-135.
- REIS, António (dir.)**  
1990, *Portugal Contemporâneo*, Publicações Alfa, Lisboa.
- RIBEIRO, Lia Paulo**  
2011, *A popularização da Cultura Republicana*, Editora Almedina, Coimbra
- ROCHA, Acílio da Silva Estanqueiro**  
2011, *Pensar Krause Hoje ou Pensar Radicalmente a Humanidade*, Universidade do Minho, acessível em [http://www.google.pt/#hl=ptPT&q=federalismo+krause&oq=federalismo+krause&aq=f&aqi=&aql=&gs\\_sm=s&gs\\_upl=597518222101211101010101156178018.3&bav=on.2,or.r\\_gc.r\\_pw.&fp=a7dc6ec0e890727&biw=1345&bih=557](http://www.google.pt/#hl=ptPT&q=federalismo+krause&oq=federalismo+krause&aq=f&aqi=&aql=&gs_sm=s&gs_upl=597518222101211101010101156178018.3&bav=on.2,or.r_gc.r_pw.&fp=a7dc6ec0e890727&biw=1345&bih=557), Acedido em 12/6/2011.
- ROSAS, Fernando**  
2010, *Porque venceu e porque se perdeu a I República? 1910 A duas vezes*, Bertrand Editora, Lisboa.
- SÁ, Vítor de**  
1981, “Problemas e perspectivas num inventário da imprensa operária portuguesa”, in *Análise Social*, vol.XVII (67-68) – 3º, 4º - pp. 839-860.
- SÁ Luís e RÊGO, Manuela (Coord., Org. e Pesquisa)**  
2011, *Imprensa Republicana: da difusão do ideário (1948) ao final da Primeira República (1926)*, (Introdução de Jorge Couto), Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa.
- SAMARA, Maria Alice**  
2010a, “A Questão Social: à espera da nova aurora” in Fernando Rosas e Maria Fernanda Rollo, (coord.) *História da Primeira República*, Tinta-da-china, Lisboa, pp. 149-169.

**SAMARA**, Maria Alice

**2010b**, “Republicanismo” in Fernando Rosas, Maria Fernanda, Rollo, (coord.) *História da Primeira República*, Tinta-da-china, Lisboa, pp. 61-79.

**SERRÃO**, Joel

**1975**, “Republicanismo”, in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, 6 volumes, Iniciativas Editoriais, Lisboa, vol. VI, pp. 285-293.

**SERRÃO**, Joel

**1979**, *Liberalismo, Socialismo, Republicanismo – Antologia do Pensamento Político Português*, Livros Horizonte, Lisboa.

**SERRÃO**, Joel

**1986**, “Notas sobre Situação da Mulher Portuguesa Oitocentista” in *a Mulher na Sociedade Portuguesa. Visão Histórica e Perspectivas Actuais, Actas do colóquio*, 2 volumes, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras, volume II, pp.325- 352.

**SOARES**, Mário

**1950**, *As Ideias Políticas e Sociais de Teófilo Braga*, (Prefácio de Vitorino Magalhães Godinho), Centro Bibliográfico, Lisboa.

**SOBRAL**, José Manuel

**2004**, “O Norte, o Sul, a raça, a nação - representação da identidade nacional portuguesa (séculos XIX-XX)” in *Análise Social*, vol XXXIX (171), 55-84.

**TEIXEIRA**, Nuno Severiano

**2005**, “Entre a África e a Europa: a Política Portuguesa 1890 – 2000”, in António Costa Pinto (coord.) *Portugal Contemporâneo*, Publicações D. Quixote, Lisboa, pp. 87-117.

**TENGARRINHA**, José Manuel

**1975**, “Imprensa” in Joel Serrão, *Dicionário de História de Portugal*, 6 volumes, Iniciativas Editoriais, Lisboa, vol. III, pp. 246-273

**TENGARRINHA**, José Manuel

**1989**, *História da Imprensa Periódica Portuguesa*, Editorial Caminho, Lisboa.

**VALENTE**, Vasco Pulido

**1976**, *O Poder e o Povo, A Revolução de 1910*, Moraes Editores, Lisboa.

**VALENTE**, Vasco Pulido

**1992**, *Revoluções, A “Republica Velha”* (Ensaio de interpretação política), in *Análise Social*, vol. XXVII (115), (1<sup>ª</sup>), pp. 7-63.

**VAQUINHAS, Irene**

**2000**, *Senhoras e Mulheres na Sociedade Portuguesa do Século XIX*, Edições Colibri, Lisboa.

**VENTURA, António**

**2000**, *Anarquistas, Republicanos e Socialistas em Portugal, As convergências Possíveis (1892 – 1910)*, Edições Cosmos, Lisboa.

**VENTURA, António**

**2003**, *Magalhães Lima um Idealista Impenitente*, Coleção Parlamento, Lisboa.

**VENTURA, António**

**2004**, *A Carbonária em Portugal, 1897-1910*, Livros Horizonte, Lisboa.

**VIEGAS, Libertário**

**1988**, “Algarve 1908-1927”, in *Atas do Município de Faro*, Volume XVIII, Edição da Câmara Municipal de Faro, pp. 143-167.